FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO
DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS
MESTRADO PROFISSIONAL EM BENS CULTURAIS E PROJETOS SOCIAIS

JOANILDA MARIA DOS SANTOS

PARACAMBI: ESTUDO DE CASO DO PROCESSO DE RECONVERSÃO DE UMA FÁBRICA DE TECIDOS EM "FÁBRICA DO CONHECIMENTO".

Rio de Janeiro
2017

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO
DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS
MESTRADO PROFISSIONAL EM BENS CULTURAIS E PROJETOS SOCIAIS

JOANILDA MARIA DOS SANTOS

PARACAMBI: ESTUDO DE CASO DO PROCESSO DE RECONVERSÃO DE UMA FÁBRICA DE TECIDOS EM "FÁBRICA DO CONHECIMENTO"

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de mestre em Bens Culturais e Projetos Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Ribeiro Fontes

Rio de Janeiro
2017

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Mario Henrique Simonsen/FGV

Santos, Joanilda Maria dos
Paracambi : estudo de caso do processo de reconversão de uma fábrica de tecidos em "Fábrica do Conhecimento" / Joanilda Maria dos Santos. – 2017.
121 f.

Dissertação (mestrado) – Escola de Ciências Sociais da Fundação Getulio Vargas, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais.
Orientador: Paulo Roberto Ribeiro Fontes.
Inclui bibliografia.

1.Patrimônio cultural - Paracambi (RJ). 2. Edifícios industriais - Conservação e restauração. 3. Fábrica do Conhecimento. I. Fontes, Paulo. II. Escola de Ciências Sociais da Fundação Getulio Vargas. Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. III.Título.

CDD – 306

SRA FGV

JOANILDA MARIA DOS SANTOS

PARACAMBI: ESTUDO DE CASO DO PROCESSO DE RECONVERSÃO DE UMA FÁBRICA DE TECIDOS EM "FÁBRICA DO CONHECIMENTO".

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil para obtenção do grau de Mestra em Bens Culturais e Projetos Sociais

Data da defesa: 11/09/2017

ASSINATURA DOS MEMBROS DA BANCA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Paulo Roberto Ribeiro Fontes
Orientador (a)

Luciana Quillet Heymann

Ricardo Medeiros Pimenta

Dedico esta dissertação a minha bela e doce sobrinha, Raquel Lustosa, e minha forte e sábia mãe, D. Raimunda. (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Ao professor Paulo Fontes por aceitar a orientação deste trabalho.

À professora Luciana Heymann e ao professor Ricardo Pimenta por aceitarem fazer parte da banca de qualificação e de defesa.

Ao professor Alexandre Morelli que conduziu com eficiência meu retorno ao curso.

Às amigas Claudia Aragon, Regina Oliveira e Rita Fernandes, pela atenção, interesse e cuidado que trataram as dificuldades que enfrentei para concluir este trabalho. No momento em que já não acreditava mais, tinham sempre palavras de apoio, incentivo e motivação. Responderam prontamente as mensagens de pedido de ajuda. Leram e releram atentamente meu texto e contribuíram, dentro de suas possibilidades, com comentários, críticas gentis e elegantes, sugestões precisas e esclarecedoras.

À Fundação Getúlio Vargas especialmente aos professores do Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, pelos ensinamentos compartilhados. Aos funcionários do CPDOC, da secretária e de todos os setores que tive contato enquanto estive nesta instituição. Sempre um tratamento cordial e eficiente.

Aos colegas da turma 2015 do Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais, principalmente nossas reuniões no “escritório” depois das aulas, os encontros na casa da Rita e o retorno para Niterói “papeando” com Claudinha.

Às alunas de biblioteconomia Raissa e Isadora pelas transcrições das entrevistas.

À Universidade Federal Fluminense, por viabilizar este mestrado.

Às colegas da SDC/ UFF, especialmente Ana Rosa, Jane Alice, Maria da Conceição, Fernanda Alves e Márcia Nascimento, que com paciência e companheirismo suportaram minhas, ausências angústias e agonias.

À prof. Maria Ciavatta que gentilmente cedeu o material de sua pesquisa e a todos os entrevistados, esta cooperação facilitou bastante esta pesquisa.

À Ingrid Augusta, Marilene Abreu, Luciana Cruz e Francineide por me acolherem em suas casas sempre que precisei ir ao Rio ou à Paracambi.

Às amigas Sandra Filgueiras, Rosiane Nascimento e Catarina Heralda, vem de longas datas nossa caminhada.

Ao amigo Dempsey Bragante por se fazer presente em todos os momentos.

Ao meu filho, Luís Fernando e a minha sobrinha neta, Valentina Lustosa que são a inspiração para minhas lutas.

RESUMO

O presente estudo de caso propôs-se a investigar o processo de reconversão das edificações de uma fábrica de tecidos, a Brasil Industrial, no município de Paracambi, em ambiente educacional – a Fábrica do Conhecimento. Descreve e analisa como ocorreu esta mudança, quem são os atores sociais do processo e se há reflexões e ações no sentido de preservar a memória fabril e operária da cidade de Paracambi; e se os elementos do patrimônio industrial da cidade estão sendo preservados de acordo com as orientações do processo de tombamento do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC). A partir da fundamentação teórica, análise da documentação do processo de tombamento e de reconversão, e das entrevistas semiestruturadas com os gestores das instituições que fazem a gestão do espaço, procurou-se entender como são tratadas tais questões. Os resultados do estudo apontam que há um desconhecimento do processo de tombamento, e, consequentemente, não há ações para a preservação da memória fabril da cidade. A falta de comunicação entre os atores da reconversão, entre o poder público municipal, que é o gestor do espaço, e o INEPAC potencializa o problema; há disputas internas pelos espaços e não existem por parte das instituições, ações práticas no sentido de patrimonialização do bem cultural.

Palavras-chave: Memória; Patrimônio; Reconversão; Patrimônio industrial.

ABSTRACT

The present case study aimed to investigate the process of reconversion of the buildings of a textile factory, Brasil Industrial, in the municipality of Paracambi, in an educational environment - the Fábrica do Conhecimento (“Factory of Knowledge”). It describes and analyzes how this change happened, who are the social actors of the process and if there are reflections and actions in the sense of preserving the factory and worker memory of the city of Paracambi; and if the elements of the city's industrial patrimony are being preserved in accordance with the guidelines of the tipping process of the State Institute of Cultural Patrimony (INEPAC). From the theoretical foundation, analysis of the documentation of the process of tipping and reconversion, and the semi-structured interviews with the managers of the institutions that manage the space, we sought to understand how these issues are handled. The results of the study indicate that there is an ignorance of the process of tipping, and consequently, there are no actions for the preservation of the city's factory memory. The lack of communication between the actors of the reconversion, between the municipal public power, that is the manager of the space, and the INEPAC potentiate the problem; there are internal disputes over the spaces and there is no practical action by the institutions in the sense of patrimonialization of the cultural good.

Key-words: Memory; Patrimony; Reconversion; Industrial Heritage;

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	A Fábrica de tecidos	11
Figura 2	A Fábrica do conhecimento	13
Figura 3	Vila operária da Brasil Industrial	20
Figura 4	RMRJ situando Paracambi ao fundo, do outro lado e o mapa da cidade.	23
Figura 5	Complexo Fabril Brasil Industrial e seu maquinário	31
Figura 6	Bondinho interligando a fábrica a estação de trem e Praça da fábrica e o antigo Cassino	35
Figura 7	Capela Nossa Senhora da Conceição, Brasil Industrial.	36
Figura 8	Usina da Serra	41
Figura 9	Entrada para as unidades educacionais	71
Figura 10	Entrada para o espaço dos projetos sociais	72
Figura 11	Planetário	73
Figura 12	Alunos do CEDERJ	74
Figura 13	Fachada do CEDERJ-Paracambi	76
Figura 14	Alunos da UERJ em atividade interativa em uma das áreas externas da Fábrica do Conhecimento	77
Figura 15	Alunos da rede municipal de ensino de Paracambi em sessão de filmes do Cineclube	78
Figura 16	Exposição permanente do Espaço da Ciência- Paracambi	79
Figura 17	Alunos da rede municipal de ensino de Paracambi em sessão de filmes do Cineclube	81
Figura 18	FAETEC-Faeterj Paracambi	82
Figura 19	Laboratórios da FAETEC	83
Figura 20	CETEP Paracambi	87
Figura 21	Laboratórios do IFRJ	89
Figura 22	Escola de Música Villa Lobos	91
Figura 23	Apresentação orquestra da Escola de Música Villa Lobos	92
Figura 24	Aula de street dance	93
Figura 25	Aula de ballet	94
Figura 26	Alunos da Cia Municipal de Teatro	97
Figura 27	Exposição permanente na Brinquedoteca Viva	99
Figura 28	Exposição permanente na Brinquedoteca Viva	100
Figura 29	Metalúrgica que compõe a incubadora de empresas	102
Figura 30	Investiplan	103
Figura 31	Tecelagem	104

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BNH	Banco Nacional de Habitação
CA	Conselho acadêmico
CCPL	Cooperativa Central dos Produtores de Leite
CD	Conselho diretor
CECIERJ	Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Rio de Janeiro
CEFET	Centro Federal Tecnológico
CEFETEQ	Centro Federal Tecnológico de Química
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
CET	Conselho Estadual de Tombamento
CETEP	Centro de Educação Tecnológica e Profissionalizante
Cia	Companhia
CNRC	Centro Nacional de Referência Cultural
COIEE	Coordenação de Integração Empresa e Escola
DESUP	Diretoria de Educação Superior
DIVEST	Divisão de estágios
FAETEC	Fundação de Apoio à Escola Técnica
FAETERJ	Faculdade de Educação Tecnológica do Estado do Rio de Janeiro
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FEEMA	Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente
FICCIM	First International Congress on the Conservation of Industrial Monument
FUNARJ	Fundação Anita Mantuano de Artes do Estado do Rio de Janeiro
FUNARTE	Fundação Nacional de Artes
FUNDEREM	Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICOMOS	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IFRJ	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro
INEPAC	Instituto Estadual do Patrimônio Cultural
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IST	Instituto Superior de Tecnologia
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PT	Partido dos Trabalhadores
RMRJ	Região Metropolitana do Rio de Janeiro
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECT	Secretária de Ciência e Tecnologia
SISU	Sistema de Seleção Unificada
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
TICCIH	International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage
UENF	Universidade Estadual do Norte Fluminense
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFF	Universidade Federal Fluminense
UFRJ	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1	**INTRODUÇÃO**	**10**
2	**A INDUSTRIALIZAÇÃO, A DESINDUSTRIALIZAÇÃO EM PARACAMBI E O PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO**	**19**
2.1	**Aspectos históricos e geográficos da cidade de Paracambi**	**19**
2.2	**Marcos da indústria têxtil brasileira**	**23**
2.3	**A industrialização em Paracambi e a percepção das mudanças**	**28**
2.3.1	A fábrica de tecidos Brasil Industrial	33
2.4	**A desindustrialização de Paracambi, seus reflexos e as expectativas sobre o futuro da fábrica**	**44**
2.5	**Patrimonialização e tombamento: paradoxos e contradições**	**48**
2.5.1	Patrimônio industrial	56
3	**O TOMBAMENTO E A RECONVERSÃO DA BRASIL INDUSTRIAL**	**61**
3.1	O processo de tombamento e o de reconversão	63
4	**A FÁBRICA DO CONHECIMENTO**	**70**
5	**CONSIDERAÇÕES FINAIS**	**105**
	REFERÊNCIAS	108
	APÊNDICE	116

1 INTRODUÇÃO

As atividades industriais no Brasil, nos últimos dois séculos, foram um motor de expansão econômica e de desenvolvimento que acarretaram diversas transformações no modo de vida da sociedade brasileira. O patrimônio material e imaterial, legado desse processo, distingue o Brasil atual do que tínhamos antes da industrialização e, portanto, deve ser considerado como um importante elemento de identidade desta época.

A industrialização, que envolve um aumento da participação do setor no produto e no emprego total da economia, atravessa um momento de mudança estrutural e dá lugar à "desindustrialização", processo observado especialmente nas duas últimas décadas do século XX, em algumas antigas cidades industriais do Sudeste, em particular, no Estado do Rio de Janeiro. A industrialização mudou sobretudo a paisagem e a desindustrialização, por sua vez, produziu novas mudanças, com resultados ainda pouco conhecidos. Os modos de vida, nesta região e neste período, passaram por visíveis transformações. Com o encerramento das atividades fabris, as edificações construídas para o funcionamento dessas indústrias perderam suas funções e passaram a protagonizar disputas e debates a respeito de novos significados.

Esta dissertação pretende refletir sobre as questões relacionadas à reutilização e reconversão de uso de um desses espaços industriais; a fábrica de tecidos Brasil Industrial, que foi fundada em 1871– pela companhia de mesmo nome. Ela foi, da sua fundação ao seu fechamento, em 1996, o principal símbolo de Paracambi, cidade localizada no Sul Fluminense. Suas instalações, assim como os demais elementos do sítio industrial, continuam muito presentes no cotidiano e principalmente na memória da população local e de seus antigos operários, e formam um valioso conjunto do patrimônio industrial.[1]

A escolha deste tema parte de uma motivação pessoal. Nas décadas de 1970 e 1980, fui moradora da região industrial de Inhaúma, localizada na Zona Norte da capital do Estado do Rio de Janeiro, onde trabalhei como operária do setor têxtil e metalúrgico no mesmo período. A vivência como operária e moradora de uma região

[1] Keller (1997) faz um minucioso estudo sobre a origem das fábricas em Paracambi e dos elementos que compõem o sítio industrial de Paracambi. E Ciavatta (2007) e Ciavatta (2007) retoma o assunto abordando as primeiras escolas instaladas.

industrial e a percepção das ocorrências posteriores aos fechamento das fábricas despertaram o meu interesse neste estudo.

Figura 1: A Fábrica de Tecidos em 1939.

Fonte: Facebook Paracambi antigamente: https://www.facebook.com/photo.php?fbid=807898032558831&set=g.310237275730203&type=1&theater

Nas décadas de 1980 e 1990, segundo a literatura, o desenvolvimento industrial brasileiro atravessou um extenso e difícil processo de ajustamento. No Estado do Rio de Janeiro, várias regiões foram afetadas, como a Zona Norte da capital, a grande região metropolitana e, também, municípios do interior. Diversos setores da estrutura industrial foram atingidos, como a indústria naval, a metalúrgica, e principalmente, a indústria têxtil. Diversas fábricas tiveram suas atividades encerradas em todo o estado. Como grave consequência desse processo de desindustrialização, percebe-se uma visível degradação da paisagem, gerada pelo abandono dos edifícios industriais, além do contingente de trabalhadores sem sua fonte geradora de renda.[2]

Localizados em áreas centrais dos bairros e municípios onde foram construídos, esses sítios industriais desativados tornaram-se rapidamente estruturas obsoletas e sem finalidade. Iniciam-se a partir daí questões que permeiam novos usos a estas estruturas fabris. Surgem as mais variadas opiniões. De um lado, há a defesa de algo

[2] Sobre a situação de abandono de algumas estruturas industriais têxteis e memórias dos trabalhadores no Estado do Rio de Janeiro, ver Pimenta (2012).

a ser preservado como patrimônio, de outro, argumenta-se que esses sítios não apresentariam atributos de valor artístico nem histórico, portanto, não devendo ser designados para tal uso.

Há inúmeros casos de prédios, tanto na zona rural quanto na urbana, que acabam tendo os mais variados fins (PIMENTA, 2012). É muito recorrente a utilização desses “vazios industriail”[3], ociosos e desabitados, para projetos de toda natureza: parques, instituições públicas, edificações residenciais, estacionamentos, complexos comerciais, *shopping centers*, centros culturais, escolas etc. No entanto, percebe-se que muitas vezes essas destinações não levam em conta uma série de questões, como, por exemplo, o passado e importância histórica das edificações, o que, na maioria dos casos, significa uma perda irreparável, sobretudo para a memória dos trabalhadores e da cidade.

Para Meneguello (2000), a decisão sobre o destino destes sítios que privilegia o utilitarismo, visando atender regras do consumismo, não é a mais adequada, pois estaríamos sempre em uma “nova onda de demolições e reutilizações em nome de um novo conceito e de um novo estilo de vida”[4]. São exemplos destas práticas o caso da demolição da Cervejaria Brahma e da Cooperativa Central dos Produtores de Leite (CCPL), assim como as reconversões das fábricas de tecidos Bangu e Nova América em *Shopping Center*,[5] no Rio de Janeiro. Em geral, as reconversões praticadas nesses edifícios industriais não se preocupam devidamente com a preservação e conservação das características originais destes espaços, que é de fundamental importância para a história e memória social e coletiva das cidades, dos bairros e das

---

[3]Mendonça (2001) apresenta uma discussão teórica acerca das teorias francesas que tratam das "friches industrielles" e "friches urbaines", que são utilizadas para nomear antigas áreas industriais desativadas. Segundo o autor, sem tradução exata e a que mais se aproxima em português, é ‘vazios industriais’; este termo surgiu na França, em 1966, com os estudos do geografo Jean Labasse, e foi desenvolvido por geógrafos europeus a partir da análise do conceito de “vazio social”, associado aos conceitos de ciclos industriais", e de "descentralização industrial".

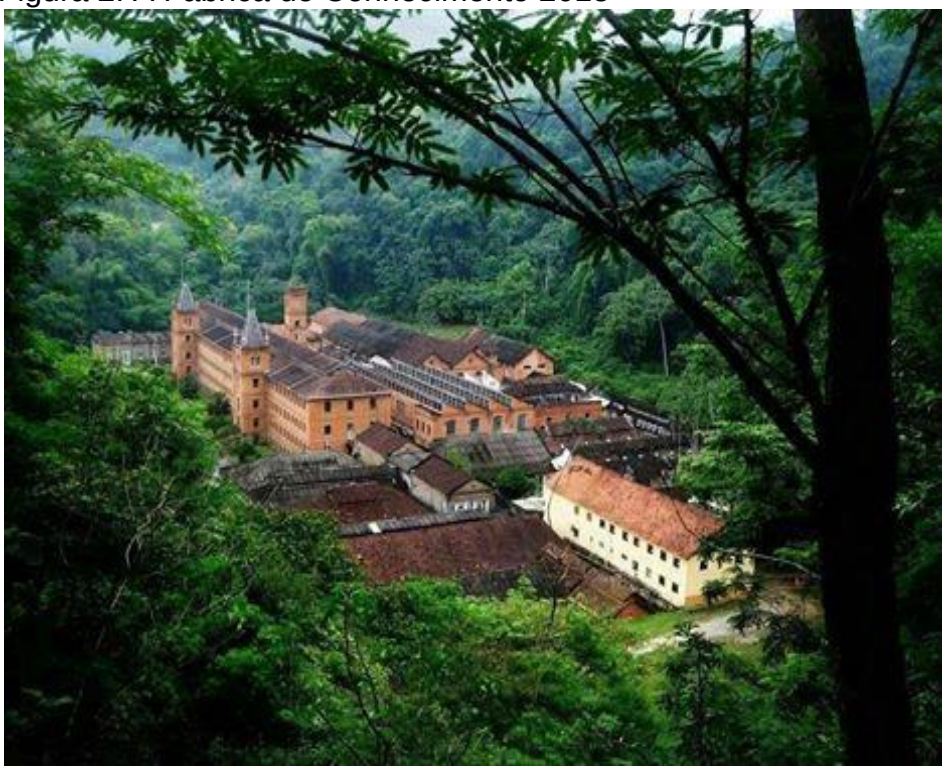
[4] Sobre este assunto ver Meneguello (2000).

[5] As instalações da Cervejaria Brahma, em 2011, foram “destombadas” pelo IPHAN, demolidas pela Prefeitura da cidade e a área foi utilizada para ampliação da passarela do samba - Sambódromo. Ver: BRASIL, Zenilda Ferreira. **A destruição da primeira fábrica da cervejaria Brhama do Rio de Janeiro**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/VI_coloquio_t1_destruicao_primeira_fabrica.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2016. Os galpões da Cooperativa Central dos Produtores de Leite (CCPL, que foram implodidos, em 2012, para dar lugar a habitações populares**. Antigos galpões da CCPL serão implodidos no domingo**. Disponível em:<http://www.rj.gov.br/web/seobras/exibeconteudo? article-id =734874 >. Acesso em: 15 mar. 2016. E ainda as reconversões (amplamente divulgada pela mídia) das fábricas de tecidos Nova América e Bangu, que foram transformadas em *Shopping Centers*, 1995 e 2007 respectivamente.

futuras gerações (MENEGUELLO, 2000).

O estudo do processo de reconversão das edificações da Fábrica Brasil, fechada em 1996 e comprada pelo poder público municipal em 2002 – passando a sediar no mesmo ano da compra, instituições públicas de ensino superior e técnico, projetos sociais e culturais, que os gestores, moradores e ex-operários da fábrica de tecidos chamaram de “Fábrica do Conhecimento” – , tem a intenção de investigar se as instituições educacionais e culturais instaladas no antigo prédio têm ajudado a refletir e a preservar a memória fabril e operária da cidade de Paracambi; e se os elementos do patrimônio industrial da cidade estão sendo preservados de acordo com as orientações do processo de tombamento do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC).

Figura 2: A Fábrica do Conhecimento 2015



Fonte: https://ar.pinterest.com/explore/paracambi/

Na fase inicial deste estudo, levantou-se a hipótese de que ocorria um desconhecimento do processo de tombamento do sítio industrial da fábrica de Paracambi, o que foi confirmado ao longo da pesquisa. Investigou-se de que forma este fato impacta e marca as novas experiências dos moradores nesses espaços. Três questões são fundamentais para que se possa entender o processo de

reconversão da antiga Fábrica Brasil: primeiro, por que o processo de tombamento do sítio industrial da fábrica, sob o nº E-18/300.031/84, que tramita no INEPAC desde 16 de dezembro de 1985 (ou seja, há mais de 30 anos), ainda é provisório; segundo, quem são os atores responsáveis por estas implantações e como estão sendo conduzidas as apropriações dos espaços do sítio industrial da cidade; por último, qual a relação entre a "antiga dominação patronal" nos diferentes momentos da fábrica e as "novas formas de dominação política", já que é o poder público local que faz uso dos elementos da memória operária.

A Cia Brasil Industrial e a mais importante de suas indústrias, a Fábrica Brasil, assim como a cidade de Paracambi, já foram objetos de estudos acadêmicos de alguns pesquisadores. As fontes de maior contribuição para esta dissertação são os trabalhos do sociólogo Paulo Fernandes Keller (1997; 2007), da professora Maria Ciavatta (2007) e da historiadora Cristiane Furtado (2012). Estes três pesquisadores se empenharam em compreender e registrar fragmentos da história da cidade e dos trabalhadores deste município, que viveram por mais de um século em torno das antigas fábricas de tecidos, especialmente, a Fábrica Brasil.

Keller (1997) analisa a vida cotidiana do operariado têxtil das fábricas de Paracambi, entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX. O autor se esforça em mostrar os aspectos mais significativos do cotidiano operário na cidade e suas relações sociais no "sistema fábrica com vila operária". Furtado (2012) analisa o cotidiano dos trabalhadores através do uso de elementos culturais como a banda de música, festas religiosas, grupo teatral, clube de futebol, o carnaval, e faz uma investigação sobre a suposição de redes de relação paternalista entre a Cia Brasil Industrial e os trabalhadores, da fase de implantação dessas redes, de 1874 até 1918.

Em 2003, Paracambi e os galpões da antiga fábrica, já ocupados parcialmente, pelas unidades educacionais, despertaram novamente interesse acadêmico. A pesquisadora Maria Ciavatta em visita à cidade e às instalações da Fábrica Brasil, criou e coordenou um grupo de pesquisa sobre a memória do trabalho e da educação. O resultado deste estudo foi publicado em um livro que aborda questões significativas para esta dissertação, como a apresentação de uma análise do percurso do espaço da fábrica para o da escola, obtida por meio de entrevistas e fotografias de moradores, funcionários e gestores das instituições.Ciavatta (2007) Há ainda, nesta obra, um capítulo de Keller (2007) com aspectos da construção e apropriação da memória fabril e operária da cidade.

As reflexões de Keller, Ciavatta e Furtado avançam sobre as memórias da fábrica e da cidade, as complexas relações entre os trabalhadores e os dirigentes do negócio, e o cotidiano das vilas operárias e seus elementos culturais. A compreensão dos caminhos educacionais da fase inicial do processo da reutilização do espaço contribui substancialmente para a elaboração desta dissertação, que será baseada nestes estudos. Assim, o foco deste trabalho será do período do fechamento da fábrica à quase totalidade da ocupação dos espaços, sobre os aspectos das implantações, os atores e as questões relacionadas ao patrimônio industrial da cidade.

A reconversão das instalações da fábrica de tecidos em unidades educacionais foi determinante para a delimitação do tema e escolha do objeto dessa dissertação. Neste sentido, espera-se que através dessa pesquisa se perceba como o poder público e as instituições educacionais e culturais envolvidas posicionam-se e enfrentam as questões do Patrimônio industrial. Busca-se ainda uma compreensão de como os atores sociais deste processo ressignificam seus conceitos, olhares e atitudes em relação aos espaços que estão ocupando, contribuindo para a patrimonialização e a memória da Fábrica Brasil, de seus operários e os avanços do estudo do Patrimônio industrial no estado Rio de Janeiro.

A metodologia do estudo foi composta por pesquisa bibliográfica, documental e a realização de entrevistas com moradores e ex-operários, gestores, funcionários e alunos das instituições de ensino e culturais, os agentes públicos locais envolvidos no processo de reconversão, e, também agentes do INEPAC.

A história oral[6], que apresenta depoimentos e entrevistas como fontes históricas, conta hoje com razoável literatura e abrangente discussão sobre seu uso científico. A revisão da literatura sobre o tema, segundo Ferreira e Amado (1996), considera que

> [...] na história oral, existe a geração de documentos (entrevistas) que possuem uma característica singular: são resultado do diálogo entre entrevistador e entrevistado, entre sujeito e objeto de estudo; [...] a pesquisa com fontes orais apoia-se em pontos de vista individuais, expressos nas entrevistas; estas são legitimadas como fontes (seja por seu valor informativo, seja por seu valor simbólico), incorporando assim elementos e perspectivas às vezes ausentes de outras práticas históricas – porque tradicionalmente

[6] A história oral, de acordo com a Fundação Getúlio Vargas, é uma metodologia de pesquisa que consiste em realizar entrevistas gravadas com pessoas que podem testemunhar sobre acontecimentos, conjunturas, instituições, modos de vida ou outros aspectos da história contemporânea. (CPDOC. FGV, [20--?]). Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/acervo/historiaoral>. Acesso em: 10 out. 2016.

> relacionadas apenas a indivíduos -, como a subjetividade, as emoções ou o cotidiano [...]. (FERREIRA; AMADO, 1996, p. 14-15).

Ferreira (2002) aponta que, apesar da produção crítica sobre seu uso e seus limites, a história oral é, hoje, um campo de pesquisa que se impôs para o estudo de diversos temas. Segundo a , a prática de depoimentos orais surgiu na década de 1940, com o jornalista Allan Nevins, durante o desenvolvimento de um programa de entrevistas*, Columbia Oral History Office*, com a finalidade de preencher lacunas em documentos escritos. Sua expansão deu-se na segunda metade dos anos 1960 e durante a década de 1970 (FERREIRA, 2002).

Para Ferreira e Amado (1996), a história oral é uma metodologia de estudo que se desenvolveu entre os movimentos sociais e nas classes populares em que a escrita é escassa, como analfabetos, rebeldes, crianças, miseráveis, prisioneiros, loucos etc.E aponta ainda como a preservação da memória tem se beneficiado dos procedimentos de história oral.

De acordo com Halbwachs (1990), pode-se entender as memórias como construções de grupos sociais. As lembranças são individuais, mas são os grupos em que elas estão inseridas que definem o que é “memorável”, e, também, como serão lembradas. Pode-se dizer então, que há interligação entre a memória individual e a memória social.

Bosi (1994), no livro “Memória e sociedade: lembranças de velhos”, apresenta uma reflexão particular a partir de entrevistas com pessoas idosas. A experiência da traz uma contribuição para a memória social, em que a história da cidade é revisitada através de sujeitos que participaram de sua construção. A aborda a memória social, ancorada na velhice, que para ela seria:

> Quando a sociedade esvazia seu tempo de experiências significativas, empurrando-o para a margem, a lembrança de tempos melhores se converte num sucedâneo da vida. E a vida atual só parece significar se ela recolher de outra época o alento. O vínculo com outra época, a consciência de ter suportado, compreendido muita coisa, traz para o ancião alegria e uma ocasião de mostrar sua competência. [...] um mundo social que possui uma riqueza e uma diversidade que não conhecemos pode chegar-nos pela memória dos velhos. (BOSI, 1994, p. 82).

Embora esta dissertação tenha utilizado outros tipos de fontes documentais, como fotografias, publicações e documentos locais (jornais, boletins, entre outros), acredita-se que as entrevistas sejam mais que um elemento ilustrativo: elas representam fontes alternativas de informação acerca do processo em curso na cidade, assim como nas dependências da antiga fábrica e no novo ambiente. A

entrevista de história oral requer uma preparação criteriosa, que nos transforme em interlocutores capazes de entender as expressões de vida dos entrevistados e de acompanhar seus relatos. Alberti, (2004) tece algumas considerações a esse respeito:

> [...] a entrevista – e a relação de entrevista -, além de se constituir num todo, é sempre única, não havendo possibilidade de se repetir em outras circunstâncias. Se um mesmo entrevistado for procurado mais tarde por outros pesquisadores, mesmo que com objetivos semelhantes, para prestar um novo depoimento, as duas entrevistas poderão até ser parecidas, mas jamais serão iguais: a relação entre as partes será diferente, a começar pelas pessoas que não serão as mesmas". (ALBERTI, 2004, p. 105).

O conjunto do levantamento bibliográfico consiste nas seguintes áreas temáticas, para contextualizar o objeto da pesquisa e articular seus eixos teóricos:

a) A industrialização e a desindustrialização brasileira, com destaque ao setor têxtil e ao Estado do Rio de Janeiro;

b) Patrimônio industrial e Estudos de casos de reconversão do patrimônio industrial no Brasil e no mundo;

c) Literaturas produzidas sobre a fábrica e a cidade;

d) Memória, Patrimônio e Patrimonialização.

Constituíram-se três conjuntos de fontes primárias: o primeiro foi composto por documentos (legislação e processos que regulamentaram a reconversão), por entrevistas com os diretores dos órgãos públicos do período da reconversão e os atuais. O segundo é composto por entrevistas com moradores e ex-operários. E o terceiro incluiu fotos, mapas, tabelas e relatórios.

O conjunto de fontes primárias foi enriquecido com trabalho de campo e com os materiais cedidos por acadêmicos que já pesquisaram no local, Maria Ciavatta e Paulo Fernandes Keller. Este material consiste em transcrições de entrevistas, fotos e vídeos[7]. No Apendice A desta deissertação há 3 quadros que contém os dados entrevistas. Com estas fontes, foi possível ampliar a compreensão das ações em

[7] Na ocasião da realização de sua pesquisa, a professora. Ciavatta adquiriu com o prof. Paulo Keller as transcrições das entrevistas que ele realizou em 1997, e ela, gentilmente, as cedeu para esta pesquisa.

torno do processo de reconversão da fábrica.

O caso da Fábrica Brasil, reconvertida em polo educacional, aparentemente se mostra uma alternativa interessante para delimitar as dificuldades da preservação deste patrimônio na sociedade brasileira. Partimos do pressuposto que, por causa da grandeza do empreendimento, das instituições educacionais envolvidas e também das aparentes pretensões em acelerar o desenvolvimento regional, acredita-se não haver resistência quanto ao entendimento das questões propostas. Afinal, são instituições culturais, de ensino técnico e superior, que estão instaladas no antigo prédio da fábrica.

Com a finalidade de entender as diferentes dimensões e momentos deste processo, e, com vistas a atingir os objetivos propostos, o trabalho será dividido em quatro partes. No primeiro são apresentados os objetivos da pesquisa, a metodologia e as motivações desta realização. O segundo aborda a industrialização e a desindustrialização na região, por terem sido considerados fatores importantes para o entendimento das transformações na cidade de Paracambi, e, consequentemente, por terem viabilizado o processo de reconversão dos edifícios da Fábrica Brasil em polo escolar e cultural. Continua breve histrico da fábrica de tecidos e conceitos sobre memória, patrimônio, patrimônio industrial e patrimonialização, por considerar que estes conceitos discorram sobre o objeto de estudo.

A terceira parte se volta para o entendimento do fim das atividades da indústria têxtil e o início das escolas e dos projetos culturais, com ênfase nos últimos momentos de funcionamento da fase industrial. Investiga-se aqui, as relações estabelecidas entre os atores envolvidos no fechamento da fábrica e o processo de reconversão em escolas. Busca-se analisar, também, as relações entre os poderes públicos responsáveis pela implantação das escolas, a direção da fábrica, os ex-operários e os moradores. Esta parte aborda as expectativas e o surgimento da “Fábrica do Conhecimento” a partir de seus atores, seguida pelas considerações finais.

2 A INDUSTRIALIZAÇÃO, A DESINDUSTRIALIZAÇÃO EM PARACAMBI, A FABRICA DE TECIDOS E O PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO

A fábrica têxtil Brasil Industrial, localizada na cidade de Paracambi, iniciou suas atividades no último quartel do século XIX, e, em 1996 foi desativada. No ano de 2002, a fábrica foi adquirida pela prefeitura da cidade de Paracambi.

Em 2002, por meio de parceria dos poderes municipal, estadual e federal, a fábrica foi transformada em um polo educacional, abrigando instituições de ensino superior e profissionalizante. No contexto da fábrica convivem, também, instituições culturais, tais como: Escola de Música Villa-Lobos, Brinquedoteca Viva, Espaço da Ciência, Cia Ballet Municipal, Cia de Teatro Municipal, e projetos sociais das secretarias de Educação, Meio Ambiente, Cultura e Turismo do município de Paracambi. Além disso, seus espaços ainda são utilizados como sede de órgãos da administração pública municipal e algumas empresas privadas[8].

2.1 Aspectos históricos e geográficos da cidade de Paracambi

Em 1960, dois distritos separados geograficamente pelo rio dos Macacos: Tairetá, distrito de Vassouras, e Para-camby, distrito de Itaguaí, uniram-se originando o município de Paracambi. Entretanto, a história desta cidade no Sul Fluminense, tem seu início no segundo quartel do século XIX, quando foi criada a Paróquia de São Pedro e São Paulo do Ribeirão das Lages, sendo este o primeiro povoado na região do atual município. A importância deste povoado se deu graças ao crescimento da cafeicultura e por sua localização no caminho obrigatório para escoamento da produção de café. (PREFEITURA DE PARACAMBI, 2016).

Com o objetivo de facilitar a produção das fazendas de café, foi inaugurada a Estação de Macacos, em 1861, na Estrada de Ferro Dom Pedro II, entre Macacos e Belém (atuais Paracambi e Japeri), representando um marco para a região, que era usada, essencialmente, para o escoamento da produção agrícola de Valença e de Vassouras[9].

---

[8] Estas empresas fazem parte de um projeto de incubadora sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Desenvolvimento.

[9] Tarietá hoje é Paracambi, e a vizinha Japeri um dia se chamou Belém (final do trem).

A chegada da ferrovia representou uma nova fase de desenvolvimento e crescimento na região. Segundo Keller (1997), ela possibilitou, juntamente, com a abundância de rios e quedas d'água, a implantação, a partir de 1870, das indústrias têxteis em Paracambi, Brasil Industrial e Maria Cândida.

Estas fábricas de tecidos vivenciaram, durante o seu período de funcionamento, momentos de desenvolvimento e de decadência econômica, culminando, na década de 1990, com o fechamento de sua principal indústria, a Brasil Industrial. A fase de desenvolvimento pautou-se no crescimento da cidade centrado nas duas fábricas de tecidos, formando assim um complexo fabril têxtil. A chegada das fábricas, dos operários com suas famílias, oriundos dos municípios vizinhos, causaram, gradativamente, um aumento da população e do povoado, acarretando profundas alterações na paisagem e na vida cotidiana daquela população.

Para Keller (1997), com a chegada das indústrias têxteis na região, ocorreu a implantação de um sistema identificado por ele como "Complexo Fábrica com Vila Operária" [10]. Segundo o autor, faziam parte destes complexos as edificações específicas das fábricas, a casa da gerência, vilas operárias, escolas, igrejas, clubes e armazéns.

Figura 3: Vila operária da Brasil Industrial, 1956, e procissão da padroeira da fábrica,Nossa Senhora da Conceição

Fonte: Facebook Paracambi antigamente. https://www.facebook.com/photo.php?fbid=807898029225498&set=g.310237275730203&type=1&

[10] Segundo, LEITE LOPES, (1979), as fábricas com vila operária tornam-se um complexo socioeconômico, cultural e político: a fábrica moderna com o trabalho assalariado e sua servidão burguesa; o paternalismo industrial com formas específicas de educação (a escola operária), de religiosidade (as capelas com o (a) padroeiro(a) dos operários e da fábrica), de consumo (o armarinho, o armazém etc.), de lazer (o clube social, o futebol de várzea). (KELLER, 1997. p.13).

Embora outros setores da indústria, como o metalúrgico, tenham desenvolvido atividades no município, o setor têxtil foi o predominante. A Siderúrgica Lanari, que começou a funcionar em 1954 gerando até 2.500 empregos, funcionou só até 1977. Já que as indústrias têxteis existentes funcionavam como “sistema fábrica com vila operária”, a implantação da siderúrgica ocasionou a criação de uma série de loteamentos nas localidades e no entorno das fábricas, observando-se assim, a expansão da área urbana (VEIGA, 2007).

A década de 1960 foi marcada por novas transformações em Paracambi. Uma delas foi a sua emancipação e, com o surgimento de um poder executivo municipal, houve uma contraposição ao aparato de serviços do antigo complexo fabril. Para Keller (1997), com a administração municipal assumindo a gestão dos serviços públicos, ocorrem as primeiras evidências do declínio do “sistema fábrica com vila operária”.

A fundação do sindicato oficial dos têxteis, em Paracambi, em 1966, é considerada por Keller (1994) como outro fator relevante para análise das relações entre os operários e o patronato. No periodo anterior, os têxteis de Paracambi eram representados pelo sindicato dos têxteis de Niterói. Segundo o autor, este fato não gerou de imediato, atrito entre empregados e trabalhadores, mas possibilitou, em 1985, o surgimento do movimento de oposição sindical, quando ocorreram os primeiros enfrentamentos da classe em relação ao poder patronal.

Na década de 1970, a Brasil Industrial, através de financiamentos do Banco Nacional de Habitação (BNH), construiu em suas terras um moderno conjunto habitacional e, através do mesmo sistema, financiou as casas da vila operária para os trabalhadores. O Cassino Clube Brasil Industrial,que pertencia à fábrica, no ano de 1985, seria declarado de utilidade pública pelo município, passando à gestão municipal.

Outros fatos configuraram a mudança de paradigma, como a aquisição de lotes por parte dos trabalhadores, possibilitando que eles tivessem suas próprias casas; e a emancipação do município provendo o saneamento básico, fornecimento de energia, melhoria na educação e lazer. Estas ocorrências configuram, conforme Keller (1997), o desmonte progressivo da rede de serviços da fábrica, pois estes aparelhos eram importantes instrumentos de dominação e controle dos trabalhadores por parte dos empresários. Em 1996, a Fábrica Brasil encerra suas atividades seguindo a tendência do processo de desindustrialização, sobretudo do setor têxtil, recorrente no Estado do

Rio de Janeiro. No início dos anos 2000, algumas instalações da Fábrica Brasil foram reconvertidas em “Fábrica do Conhecimento”, trazendo a oportunidade de ensino superior e técnico e alterando a agenda cultural da cidade.

Paracambi possui um território de 179,792km², sendo 92% área rural (relevo fortemente ondulado) e 8% área urbana, segundo Anuário Estatístico da Fundação CIDE (2015). Em 2010[11], tinha 47.124 mil habitantes, com expectativa, de em 2015, atingir 49.521 mil habitantes, sendo que destes, 88% residentes na área urbana. Apesar de localizar-se na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), não guarda características com os municípios da Baixada Fluminense, aproximando-se mais dos pequenos municípios do Sul Fluminense. (PREFEITURA DE PARACAMBI, 2016).

Está localizado a 80 km da capital do estado, às margens da Rodovia Presidente Dutra (BR 116), que liga Rio de Janeiro a São Paulo. Seus limites municipais, no sentido horário, são: Piraí, Mendes, Miguel Pereira, Japeri, Seropédica e Itaguaí. Paracambi é servido pela RJ-127, que acessa a rodovia Rio-São Paulo na fronteira com Itaguaí e Seropédica, ao sul, e Engenheiro Paulo de Frontim, ao norte. Outra estrada, à leste, liga a Japeri, conectando-se com a RJ-125 em direção a Miguel Pereira. O município, ainda hoje, é servido pelo ramal ferroviário até a Estação Central do Brasil, mas com a característica de fazer “baldeação” em Japeri, pois os trens que saem da Central do Brasil não vão até o município. Os trens são bastante reduzidos e seus horários de circulação, incertos.

Na educação, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Cidades (2015) contabiliza 1.942 matrículas no ensino médio – sendo 1.238 em escolas da rede pública estadual, 593 em escolas federais e 111 em escolas particulares, com um corpo docente de 235 professores no ensino médio, entre estes 33 em escolas privadas, 135 em escolas da rede pública estadual e 67 em escolas da rede pública federal.

[11] Os dados oficiais mais atualizados são de 2010, porque o censo só acontece a cada dez anos.Fonte.:https://memoria.ibge.gov.br/sinteses-historicas/historicos-dos-censos/panorama-introdutorio.html

Figura 4: RMRJ situando Paracambi ao fundo, do lado esquerdo e o mapa da cidade

Fonte: Google Maps, 2016.

Na área social, em 2010, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Paracambi era de 0,720. Entre 2000 e 2010, segundo o IBGE (2016), o setor que mais cresceu foi o da educação (aumento de 0,180), seguido por longevidade e por renda. Estes dados, comparados aos de outros municípios da região, situam Paracambi na faixa de alto desenvolvimento humano. (TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2015).

2.2 Marcos da indústria têxtil brasileira

Em 12 de agosto de 1844, através do Decreto nº 376, foi instituída a Tarifa Alves Branco, que tinha como objetivo a elevação das tarifas alfandegárias. Esta medida dava início à primeira política protecionista brasileira. A referida tarifa aumentava as taxas de importação para 30% quando não havia similar nacional, e entre 40% e 60% se houvesse. A importação estrangeira tributava 243 artigos em 30%, entre eles os produtos têxteis (LUZ, 1975).

Para Luz (1975), estas medidas não eram suficientes para favorecer a indústria têxtil brasileira, visto que, neste período, a indústria nacional produzia apenas tecidos grosseiros, que eram destinados à sacaria para produtos agrícolas exportados e para o vestuário das camadas mais pobres e escravos. Deste modo, os importadores pagavam 30% para importar as manufaturas mais finas. Para beneficiar as indústrias têxteis brasileiras, seriam necessárias, entre outras medidas, as que viabilizassem o

início da produção nacional destes produtos.

As decisões que vieram de fato proteger às fábricas de tecidos só ocorreram em 8 de agosto 1846, com o Decreto nº 386, que concede uma série de privilégios às indústrias têxteis, como a desobrigação do pagamento de transportes no interior e no exterior do país, e a isenção de impostos alfandegários de máquinas e peças. Estas medidas possibilitavam a importação do maquinário que era importante para a diversificação da produção dos tecidos. E, ainda com intenção de favorecer o desenvolvimento da indústria têxtil nacional, o governo, em 29 de julho de 1847, sancionou o Decreto nº 526, concedendo isenção de impostos aduaneiros às matérias primas destinadas as fábricas nacionais (LUZ, 1975, p. 24-25).

Suzigan (1986) destaca que estas políticas governamentais de proteção tarifária, de concessão de incentivos, subsídios e privilégios, tiveram importância fundamental para o desenvolvimento das atividades industriais têxteis no Brasil. Para o autor, outro fator que também influenciou a evolução da indústria têxtil brasileira foi o fim do tráfico negreiro, que resultou em maior disponibilidade dos capitais que antes eram investidos no comércio negreiro. De modo que, na década de 1860, o Brasil já possuía cultura algodoeira, mão de obra abundante e mercado consumidor em crescimento.

A indústria têxtil, que nasceu em meados do século XIX com a implantação de algumas unidades produtivas nos estados de Minas Gerais, Bahia e Rio de Janeiro, no final da década 1860, começava a ganhar visibilidade, sobretudo, aquelas instaladas na então capital federal. Atribuiu-se a este fato o crescimento da indústria cafeicultura no Vale do Paraíba, que deriva de uma acumulação vultosa de capital, principalmente devido à extinção do tráfico negreiro e à abolição da escravidão. (STEIN, 1979; SUZIGAN 1986).

Como as novas reservas monetárias obtidas passaram a ficar disponíveis para diversos tipos de empreendimentos, as atividades fabris, entre elas a têxtil, começaram a ser de interesse dos investidores. Desta forma, surgiram novas companhias, e algumas no início do século seguinte, que seriam consideradas as maiores fábricas de tecidos do país. Foi o caso da Cia Brasil Industrial, em 1871, e da Cia América Fabril, em 1878. (STEIN, 1979)

As três primeiras décadas de 1900 foram marcadas pelo crescimento das indústrias têxteis já existentes e por uma acentuada expansão. Na região Sudeste, sobretudo nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, foram fundadas muitas fábricas

de tecidos. Os industriais adquiriam máquinas novas no exterior, expandiam sua produção e capacidade produtiva. Este surto de desenvolvimento foi considerado pelos industriais como “era do ouro” e só seria encerrado “com a turbulenta década de trinta” (STEIN, 1979, p. 109). Segundo Villela e Suzigan (1975, p. 423), durante a Primeira Guerra Mundial, com as importações reduzidas, o mercado interno ficou "à disposição dos empresários nacionais tanto na importação de bens de capital para a indústria”, como nas grandes reduções na importação de combustíveis e matérias-primas”. Este aumento da demanda interna e externa de produtos industriais pode ter provocado um impacto positivo na indústria têxtil, pois era possível crédito fácil e “monopólio no mercado interno”.

Para Stein (1979), os primeiros indícios da crise, que culminou com a Grande Depressão de 1929, surgem a partir da segunda metade da década de 1920, sobretudo com o declínio dos preços das mercadorias causado pela superprodução. Este autor destaca que “enquanto o mercado interno para os produtos têxteis do algodão não desabou, os fabricantes brasileiros continuaram expandindo sua capacidade produtiva e a produção” (STEIN,1979, p. 123). As dificuldades só começaram a ser evidenciadas com o aumento da capacidade ociosa em 1928. E em 1929, com o desequilíbrio dos países centrais, a crise chegou ao Brasil com a mesma intensidade, tanto no setor exportador como no industrial.

No início da década de 1930, como saída para da crise, as Associações Têxteis do Rio e São Paulo conseguiram junto ao governo medidas que restringiam as importações de máquinas, “um quase privilégio industrial” (STEIN, 1979, p.152). Este decreto beneficiava os grandes grupos produtores de fios e tecidos do Rio e de São Paulo.

Sua revogação em 1937 causou um desnível no maquinário do parque fabril dos pequenos industriais. Em 1939, tendo a crise como argumento, os grandes grupos paulistas sugerem novas medidas como a redução da jornada de trabalho, a instituição da semana de 40 horas, incentivos governamentais financeiros à importação de tecidos e “reiteradas sugestões para a elaboração de cuidadosos estudos de salário e o possível estabelecimento de uma escala mínima a nível racional”, de modo a aumentar o poder aquisitivo da população (STEIN, 1979, p.161).

Estas saídas não agradaram os pequenos e médios fabricantes, especialmente do Nordeste, pois, como não podiam modernizar seu parque tecnológico, compensavam a baixa produtividade do maquinário defasado com longas jornadas de

trabalho.

Segundo Clementino (2012), apesar das crises, a indústria têxtil brasileira era a mais desenvolvida antes da Segunda Guerra Mundial, e as repercussões do conflito mundial tornaram-se também altamente favoráveis a ela, pois o que não se vendia no mercado interno, era consumido na América Latina, Europa e Oriente. No entanto, com o fim da guerra, a demanda por tecidos não se sustentou por muito tempo e os produtos têxteis brasileiros não tinham mais condições de competir no mercado internacional, já que em termos tecnológicos a indústria brasileira estava defasada em relação a dos Estados Unidos e a dos países industrializados da Europa. Os tradicionais fornecedores de produtos têxteis aos mercados que o Brasil conquistou durante a guerra mobilizaram-se para retomá-los. Mas, como os preços do produto brasileiro eram extremamente altos, encontraram dificuldades na competição internacional.

Stein (1979, p. 167) aponta a obsolescência das “instalações, equipamentos e técnicas empresarias” como uma grande preocupação dos fabricantes de tecidos de algodão neste período. Com o golpe ocasionado devido à perda dos mercados externos no pós-guerra, e à baixa produtividade causada pela tecnologia e administração obsoletas, a sobrevivência da indústria têxtil, novamente, dependia da intervenção do estado.

Na segunda metade da década de 1950, devido ao desenvolvimento industrial desta época, as dificuldades foram contornadas e o setor têxtil passou por novas transformações. Uma política protecionista foi criada com interesse de proteger a indústria nacional da concorrência estrangeira, com a substituição das importações por produtos nacionais e a liberação de crédito público para que os industriais pudessem ampliar seu parque tecnológico e diversificar a produção (EMERY, 2007).

Este desenvolvimento proporciona o aparecimento e adequação das fibras sintéticas ao vestuário, que viria a resolver o impasse que envolvia a produção têxtil, pois o fio de algodão dificultava o desenvolvimento da velocidade das máquinas. Até então, os aprimoramentos das máquinas e das técnicas se davam mais visando o aumento da produtividade do trabalho; com o uso da fibra sintética, artificial, foi possível elevar a produtividade da máquina. Desta forma, o desenvolvimento tecnológico da indústria química viria contribuir para que a indústria têxtil resolvesse seus problemas de modernização, porque a fibra sintética, por ser mais resistente que o algodão, estimulava sua inovação tecnológica (CLEMENTINO, 2012).

Estes avanços na renovação tecnológica do setor, iniciados na década de 1950, começaram a aproximar a indústria têxtil brasileira das transformações ocorridas nos países industrializados.

Nesta mesma década, é lançado o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), pelo então presidente Juscelino Kubitschek, que beneficiou diversos setores da economia brasileira. No setor têxtil, Fujita (2015) baseada em Costa (2000), afirma que algumas indústrias têxteis - como por exemplo, a fábrica Bangu, que tinha como forte a fabricação de morins e chitas - investiram na renovação do maquinário, o que possibilitou elevar o nível de qualidade e acabamento, e a diversificação da produção.

Já no final desta década e durante toda a década de 1960, a Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), constata uma recessão na indústria têxtil brasileira. Segundo o levantamento apresentado pela Cepal as causas dessa recessão seriam a obsolescência técnica e problemas organizacionais nas indústrias (COSTA, 2000).

Somado a esta recessão, temos a crise econômica brasileira da década de 1960, interrompendo a trajetória de crescimento da indústria têxtil.

> A partir de 1962 e até 1967, as chamadas 'indústrias tradicionais' entram em crise profunda, acompanhando não só a desaceleração global da economia, como particularmente a quebra do nível médio do salário real urbano [...] Estas indústrias, que são evidentemente mais competitivas que as dos setores de bens de consumo durável e de bens de produção, apresentaram [...] uma marcada tendência à queda de seus preços relativos [...] que se agravou com quedas bruscas nas margens de lucro [...] até o fim da década de sessenta. (CLEMENTINO, 2012, p. 9).

A década de 1970 é marcada pela entrada de investidores estrangeiros. Com vistas a responder pela demanda do setor do vestuário por tecidos de tergal e lycra, estes investimentos são destinados à modernização do parque industrial e à substituição da produção de tecidos de fios de algodão por tecidos de fibras e filamentos artificiais e sintéticos. Empresas como as "americanas Sudamtex e a Celanese, a japonesa Safron-Teijin, a franco-suíça Rhodia, a italiana Rayon e a brasileira e alemã Cia brasileira de Sintéticos, são abertas neste período" (FUJITA,2015, p.163).

De acordo com Teixeira (2007), na década de 1980 a expansão econômica vivida nos anos 1970 é encerrada e inicia-se uma nova recessão. O setor têxtil brasileiro que estava fragilizado e tecnologicamente atrasado em comparação aos Estados Unidos, Europa e agora a Ásia, atravessava incertezas e enfrentava

dificuldades. O modelo protecionista, que ainda possuía características de substituição de importações, agora perdia força frente a um mundo capitalista e aberto à competição e à globalização.

O Brasil, na década seguinte, passa pela abertura geral da economia. Tal fato apresentou efeitos positivos, assim como novos desafios para toda a indústria do país. Era necessário ter como referência não mais o mercado interno, mas o comércio global. O impacto inicial destas mudanças na indústria têxtil foi de crise, visto que o setor ainda se mostrava atrasado tecnologicamente, devido ao protecionismo vivenciado nas décadas anteriores. Por outro lado, enquanto as importações de fios e tecidos sintéticos e artificiais cresciam, as exportações mantinham-se estáveis, o que gerou conflito entre diversos elos da cadeia. Desta forma, as pequenas e médias empresas obsoletas possuíam poucas chances de sobreviver neste mercado. A tendência era a predominância de grandes empresas que possuíam recursos para investir na modernização do parque tecnológico (KELLER, 2006; TEIXEIRA, 2007).

Gorini (2000) menciona algumas transformações no setor têxtil induzidas pelas mudanças econômicas no início dos anos 1990, que para a autora acarretaram a crise que o setor enfrentava neste período. Para ela o incremento da produtividade por meio da elevação da relação capital/trabalho e da eficiência produtiva, que tinham por objetivo enfrentar a concorrência asiática foram alguns dos esforços no sentido de frear a crise no setor.

Outro importante fator seria a ampliação do consumo da população de renda mais baixa em decorrência da estabilidade da moeda, somada à forte concorrência de tecidos artificiais e sintéticos importados da Ásia, o que levou à substituição da produção de tecidos planos por malhas de algodão, cujos investimentos são mais baixos e o produto é mais barato. Havia, ainda, o deslocamento para o Nordeste e demais regiões de incentivos fiscais, com o objetivo de reduzir custos de mão de obra.

2.3 A industrialização em Paracambi e a percepção das mudanças

No último quartel do século XIX, quando se iniciou o processo de industrialização do povoado de Macacos, atual município de Paracambi, a economia do Rio de Janeiro consolidava-se com base na indústria de produtos manufaturados. Paracambi, por ser localizada numa região com abundância de quedas de rios, e, com a inauguração da Estação Ferroviária de Macacos, que a aproximava da capital,

tornou-se uma região propícia à implantação de indústrias têxteis (KELLER, 1997).

Outros municípios do Estado do Rio de Janeiro, com topografia semelhante à de Paracambi, também atraíram este tipo de indústria no final do século XIX e início do século XX. Segundo Cabral e Lopes (2016), de 1872 a 1909, foram instaladas seis fábricas de tecidos em Petrópolis[12] e em Magé. Conforme Ribeiro (2011), o município de Magé iniciou o ciclo com a Fábrica Nacional de Santo Aleixo, em 1849, e até a década de 1940 chegou a ter quatro estabelecimentos têxteis em pleno funcionamento[13].

A industrialização de Paracambi teve início com as indústrias têxteis. A primeira a se instalar no município foi a Brasil Industrial no ano de 1871. Dezesseis anos mais tarde, em 1887, foi inaugurada a Cia e Tecelagem Santa Luísa, que passou a ser a Fábrica de Tecidos Maria Cândida, ou fábrica "Cascata"[14], como ficou mais conhecida, em 1924. O setor metalúrgico teve início na cidade em 1954, com a fundação da Siderúrgica Lanari, a Crown Indústria e Comércio, em 1979, a Indústria de Arame Paracambi, em 1961, que se tornou na década de 1980, Fábrica de Máquinas Benfica, e é a única que ainda está em funcionamento[15] (PREFEITURA DE PARACAMBI, 2016).

A Brasil Industrial[16] iniciou suas atividades com "450 teares, 24.000 fusos, uma força motriz de 350hp e com capital inicial de 1.000 contos". (STEIN, 1979, p. 48). Comparados com dados de outras indústrias têxteis da época, percebe-se que este projeto representava um marco na industrialização brasileira. Tal fato pode ser comprovado pela presença do Imperador D. Pedro II à inauguração oficial[17] da fábrica de tecidos, conforme noticiado pelo jornal *A Gazeta*, no ano de 1874, que a destaca

---

[12] Neste período, se instalam seis grandes indústrias na cidade de Petrópolis, sendo: Cia. Fábrica de Tecidos São Pedro de Alcântara (1872); Cia. Petropolitana de Tecidos (1873); Cia. Fábrica de Tecidos Dona Isabel (1889); Cia. Fiação e Tecidos Cometa (1903); S.A. Fábrica de Tecidos Werner (1904) e S.A. Fábrica de Tecidos Santa Helena (1909). (CABRAL; LOPES, 2016, p. 15).

[13] Fábrica Nacional de Santo Aleixo (1848), Fábrica de tecidos Santos, Peixoto & Lobo em Pau Grande, fundada em 1878, que em 1895 passaria à Cia. América Fabril, Fábrica de Tecidos Andorinhas e Cia de Fiação e Tecidos Mageense (1895). (RIBEIRO, 2013, p. 19).

[14] Cascata é o bairro onde funcionou a empresa.

[15] Como objeto de estudo desta dissertação diz respeito apenas ao caso das indústrias têxteis, as de outros setores não serão abordadas.

[16] De acordo com Keller (1997) e Ciavatta (2007) os primeiros donos desta fábrica foi a família Level, seguida pelos Botelhos, os Junqueiras, os Othons, os Bezerra de Meneses e por último a Cia São Pedro de Alcântara.

[17] Segundo Keller (2007), o início da fábrica foi em 1871, mas a inauguração ocorreu apenas em 1874, após a construção de um novo prédio em substituição ao que fora incendiado. A inauguração da fábrica contou com a presença do Imperador.

como “grandiosa” para os padrões da época:

> A fábrica de tecidos da Companhia Brasil Industrial, situada em Macacos, foi anteontem honrada com a augusta presença de S.M. o Imperador, que, partindo de SãoCristovão às 9 chegou ali às 11 da manhã, parando o trem junto ao edifício. (FURTADO, 2012, p.16).

O início das mudanças na paisagem da região e as expectativas em torno do projeto da fábrica de tecidos recém-inaugurada foram retratados em um jornal de 1875:

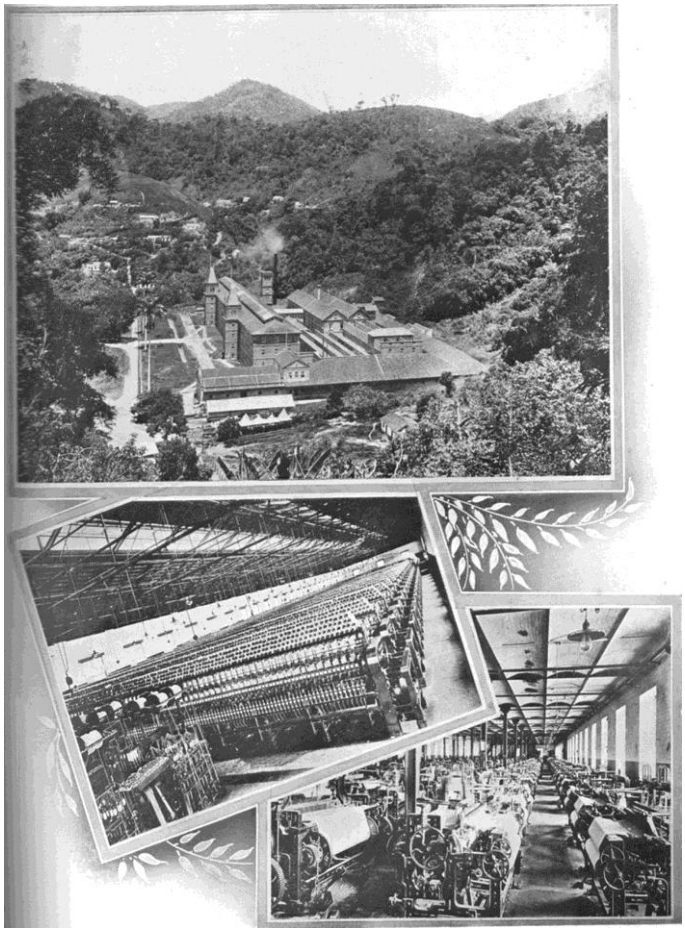
> Foi a 7 de setembro de 1871, que soou na terra a primeira enxada, a cavar os grossos alicerces da fábrica; Macacos era então um ponto abandonado; suas casas caíam em ruínas. Hoje, reparadas e habitadas, dão já sofrível renda; a povoação cresce; prospera e promete ser em futuro pouco remoto uma das mais importantes localidades da província do Rio de Janeiro. (FURTADO, 2012, p.25).

A percepção das mudanças acima citadas indica o início de um período de inovação e transformações na principal região agrícola, cafeeira e escravocrata do Brasil nesse período. A Serra do Mar foi a localização onde se estabeleceram as principais indústrias têxteis do Rio de Janeiro.

Pode-se observar que as primeiras fábricas de tecidos fundadas até 1891 se fixaram naquela região. É o caso da Santo Aleixo, inaugurada em 1849, sendo a mais antiga delas, e das que surgiram na década de 1870, como a Brasil Industrial em 1872; a Petropolitana, em 1874; a São Pedro de Alcântara, em 1874; e a Pau Grande, em 1878 (STEIN, 1979).

Cabe ressaltar que as indústrias têxteis se instalaram nesta região devido à grande dependência das quedas d’água, pois utilizavam tecnologia baseada na energia hidráulica. Neste momento, havia no meio industrial brasileiro entendimento de que, para o país, este tipo de tecnologia era a mais adequada, devido ao fato de que o Brasil tinha um grande potencial hidráulico (STEIN,1979).

Figura 5: Complexo Fabril Brasil Industrial e seu



Fonte: Novo milênio: histórias e lendas. Disponível em: http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0300g32b.htm >Acesso em: ago 2017.

O pioneirismo da criação de uma indústria era motivo de espanto e entusiasmo. De acordo com Furtado (2012), tanto no primeiro relatório destinado aos acionistas da Cia quanto nas notícias dos principais jornais da Corte, eram comuns as manifestações de admiração, “novo”, “ousado”, “grandioso”, “magnífico”, “exuberante”. A Cia Brasil Industrial, com a criação da Fábrica Brasil Industrial, não só transformava a paisagem da região, mas também representava um modelo para a incipiente indústria brasileira. Weid e Bastos (1986) entendem que ela foi a fábrica têxtil mais importante do Império:

> Em 1882, trinta e três das quarenta e oito fábricas têxteis brasileiras estavam localizadas nas províncias do centro sul do país – Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais – sendo a província do Rio de Janeiro a área de maior concentração da capacidade produtiva. A principal fábrica têxtil do país, a Companhia Brasil Industrial, uma das onze fábricas de tecidos do Rio, empregava quatrocentos operários. (WEID; BASTOS, 1986, p. 51).

A história da Brasil Industrial, entre o ano de 1870 e 1996, atravessou distintos momentos da vida política, econômica e social do país, que, devido à sua extensa temporalidade, tornam-se difíceis de serem demonstrados. Entretanto, alguns destes períodos são abordados nos trabalhos de Keller (1997), que apoiado em relatos de operários, ex-operários e relatórios da companhia, traça um extenso painel do cotidiano operário, em que se superpõem as memórias de diversas gestões administrativas.

As memórias dos entrevistados pelo autor revelam os mais variados tipos de relações de dominação no cotidiano dos operários, tanto na fábrica como nas redes de serviços do "sistema fábrica com vila operária". De acordo com Keller (1997), estas dominações estavam presentes desde os primeiros tempos, quando ainda não havia leis trabalhistas que regulamentassem a contratação de mão de obra, e a admissibilidade de menores de 14 anos era possível. Expressavam-se, também, nas extensas jornadas de trabalho, que eram definidas pelos patrões; na educação e formação profissional dos meninos e meninas operários e, ainda, nos processos de escolha das famílias que morariam nas casas das vilas operárias, que quanto mais numerosas melhor, e precisavam, ainda, que alguém que já trabalhasse na fábrica as indicasse.

As considerações de Keller (1997) podem ser constatadas no relato de D. Francisca da Cruz, ex-operária e moradora da cidade.

> Então, eu comecei...o trabalho na Brasil Industrial no ano de 1918. Era assim: eles pediam operários para a seção de fiação, mas todos menores, menores de 14 anos. De forma que trabalhava muitas crianças, mas era...alternava, 2 turmas, porque além da gente trabalhar, estudava também. Então, uma turma trabalhava hoje, a outra turma estava no colégio, estudando. Amanhã a turma que trabalhou hoje ia para o colégio e a que terminou o colégio, hoje, trabalhava novamente no dia seguinte. Então, quer dizer que era assim alternado. Quer dizer que a gente estudava...trabalhava 15 dias e estudava 15. Porque naquele tempo não tinha lei. (CRUZ, 1992, p. 23.)

Quanto à aquisição de moradia e ao cotidiano, havia um controle rigoroso dos horários e comportamentos, que não se restringiam aos horários de trabalho na fábrica, mas iam além, presentes também nos aparelhos de convívio social, como o clube, a igreja, o consumo (alimentação e vestuário), a assistência social, a saúde e a educação profissional. Segundo Keller (1997), para as famílias que vinham de fora[18],

[18] De acordo com os relatos das entrevistas realizadas por Keller (1997) e Ciavatta (2007), os trabalhadores eram ex-lavradores das fazendas de café de Minas e do interior do Rio de Janeiro. Em geral os municípios próximos ao local eram os principais fornecedores de mão de obra para a fábrica.

o acesso ao emprego na fábrica significava também acesso à rede de serviços coletivos. Este fato pode ser ilustrado com o relato de um ex-operário e morador da vila:

> Já vinha com emprego garantido, com casa pra morar, com colégio, porque a fábrica tinha médico, tinha ambulatório, tinha leite, tinha açúcar, tudo dela. Até compramos muito leite lá. Tinha armarinho que vendia fazenda, vendia retalho. Tinha o clube dançante, tinha o futebol, porque a fábrica também dava o campo, dava a sede. Pegava um operário para limpar o campo, um zelador para pintar, para limpar. Todos operários também. Admitia a gente porque... não tinha outra coisa aqui...pagava uma taxa. O Cassino lá tinha dança, teatrinho, tinha aqueles bailes, domingueiras, essas coisas também feito por ela. Praticamente a fábrica era a que fazia a vida de toda a cidade. Limpava a rua, podava as arvores. A limpeza das ruas, eram as carroças, eram tudo dela. A prefeitura não tinha nada. Nada, nada, nada, nada. Tudo da fábrica. A rua era ela que botava...ela é que tirava areia, consertava a ponte que a enchente carregava, ela botava outra. Tudo era a fábrica. (KELLER, 1997, p.53)

O relato acima evidencia aspectos da vida coletiva dos operários e a gestão dos serviços essenciais, que estavam sob a total administração e controle da fábrica. A dominação era de ordem tal que, embora os operários pagassem aluguel, até a cor dos cômodos era decidida pelos donos da fábrica deste período. Estes fatos integravam um “processo extenso de disciplina”. (KELLER, 1997).

Baseado em Leite Lopes, Keller (1997) demonstra como o padrão “fábrica com vila operária” ou “situação-tipo de industrialização com imobilização da mão de obra pela moradia”, instalado em Paracambi, foi marcado de modo que se estabeleceram relações de dominação dos trabalhadores na fábrica e no local de moradia. A compreensão histórica da cidade, das fábricas e dos trabalhadores têxteis de Paracambi passa pelo entendimento deste sistema. (KELLER, 1997, p.4).

2.3.1 A Fábrica de Tecidos Brasil Industrial

Nos primeiros relatórios da Cia Brasil Industrial, nos jornais da época e na literatura especializada, Keller (1997) e Furtado (2012) constataram a importância e grandiosidade da indústria de tecidos que se instalou no ano de 1870, na cidade de Macacos no Vale do Paraíba, no sul do Estado do Rio de Janeiro. Das referências mais antigas, fábrica de tecidos, às mais atuais, fábrica do conhecimento, a magnitude e imponência das instalações e a importância do empreendimento são muito exaltadas.

Tais exaltações podem ser comprovadas nos depoimentos obtidos nas

pesquisas realizadas na fábrica e na cidade de Paracambi. No entorno da fábrica, em cada fala dos moradores, sendo ex-operários ou não, pode-se constatar que a história e a vida do lugar estão em torno daquelas instalações. A fábrica, a Capela Nossa Senhora da Conceiçã e o o Cassino Clube[19], por exemplo, permanecem presentes no cotidiano[20] e na memória dos moradores de Paracambi[21].

A origem da Cia Brasil Industrial, de acordo com os estudos já citados, foi muito bem documentada. As fontes consultadas revelam informações que vão das negociações e valores de compra das terras para a implantação da fábrica, das condições e forma de transporte para o maquinário e matéria prima aos maiores desafios para a efetivação do empreendimento, que, segundo a literatura, viria a ser a formação do povoado e da mão de obra.

Do início de seu funcionamento em 1871 ao fechamento em 1996, foram 125 anos ininterruptos de fabricação de tecidos. Em todo esse período, a fábrica teve importante papel como agente de transformação da paisagem e da vida da localidade. Segundo Keller (1997), o Decreto no 4786 de 6 de setembro de 1871, aprovou os estatutos de fundação e o plano de construção da fábrica, que recebeu total apoio do Imperador Dom Pedro II.

A Fábrica Brasil era uma iniciativa particular de negociantes americanos em sociedade com empresários industriais brasileiros. O “vultuoso empreendimento” (KELLER, 1997, p. 25) aproveitaria, principalmente, as condições climáticas do Vale do Paraíba e a facilidade da concessão de gratuidade do transporte férreo da recém-inaugurada Estação de Macacos.

---

[19] Nossa Senhora da Conceição é a padroeira da Fábrica Brasil, e a cidade tem dois padroeiros, São Pedro e São Paulo; existe a capela de Nossa Senhora da Conceição e a Matriz de São Pedro e São Paulo. A população presta homenagens aos três santos.

[20]De acordo com as entrevistas com os gestores da Cia Municipal de Balé, Cia Municipal de Teatro e da Escola de Música Vila Lobos - Paracambi, algumas apresentações são feitas nestes locais. No trabalho de campo pude presenciar algumas delas.

[21]Nas entrevistas concedidas ao professor Paulo Keller e à professora Maria Ciavatta pode-se observar muitos relatos fazendo referências a estes locais.

Figura 6: Bondinho interligando a fábrica a estação de trem, a praça da fábrica e o antigo Cassino.

Fonte:Facebook Paracambi antigamente. Disponível em: https://www.facebook.com/groups/paracambi.antigamente/photos/ Acesso em ago de 2017.

Para os empreendedores, a proximidade com a capital facilitaria a chegada do material de construção, do maquinário, da matéria prima, do escoamento da produção e demais necessidades. Entre as concessões feitas pela Corte para viabilização da fábrica, encontrava-se a gratuidade do transporte férreo, que foi considerada pelos investidores um dos fatores mais importantes para tal decisão. As instalações da fábrica estavam a um quilômetro de distância da Estação dos Macacos, mas esse problema foi solucionado com a construção de um acréscimo na linha férrea, de modo que a ligação entre a estação e o edifício da fábrica passasse a ser direto. Este fato demonstrava o total apoio e empenho da Corte para o sucesso do empreendimento.

Os investimentos industriais, neste período, de acordo com Stein (1979, p. 38), “[...] nasciam de forma alternativa e complementar à indústria agrária naquela localidade”, visto que os fazendeiros de café, neste contexto, sentiam-se inseguros com o futuro, sobretudo porque enfrentavam dificuldades em obter mão de obra escrava. Com o fim do tráfico negreiro em 1850, a mão de obra escrava estava ficando envelhecida e isso encarecia ainda mais os escravos jovens.

Os desafios de obtenção de mão de obra persistiram, igualmente, no novo projeto da Fábrica Brasil. A região precisava ser transformada, pois como foi construída num ambiente rural, a indústria que nascia, “era baseada nas fábricas com vila operária das cidades inglesas” (KELLER, 1997, p.14). Os desafios consistiam em formar um povoado e especializar a mão de obra que ali iria trabalhar.

Figura 7: Capela Nossa Senhora da Conceição, Brasil Industrial.

Fonte: Facebook Paracambi antigamente. Disponível em: https://www.facebook.com/groups/paracambi.antigamente/photos/ Acesso em: ago/17

Além da escassez de operários, fator que elevava o valor dos salários, a distância da capital e a carência de recursos do local potencializavam o desafio. Segundo Furtado (2012), para solucionar este problema, os novos proprietários usavam como alojamento as dependências da antiga fazenda e ofereciam arrendamento dos terrenos e das casas a “preços vantajosos”. Buscavam, desta forma, atrair os trabalhadores qualificados, que ficariam nas casas mais próximas, e os operários, com suas famílias, nos terrenos e casas mais afastadas. Estas, segundo a , foram as soluções encontradas para a formação do povoado e da mão de obra necessária para o trabalho nas novas instalações.

Stein (1979) descreve como estes novos trabalhadores eram acomodados nas dependências da antiga fazenda:

> [...] a fábrica têxtil de algodão Brasil Industrial, uma das maiores do país no século XIX, cresceu em meio a uma grande plantação; os empresários ocuparam a antiga casa-grande de dois andares (“recentemente convertida em hospedaria para cem meninos operários que empregamos”), um depósito e a senzala dos escravos ao lado do forno (“ocupado agora pelo forno, a ferraria e trabalhadores residentes”). (STEIN, 1979, p. 42).

Uma ex-operária da Fábrica Brasil, em entrevista, concedida em 2005, à professora Maria Ciavatta, ao falar sobre sua origem faz referência a este assunto. Ela, assim como seus pais e avós, começou a trabalhar na fábrica quando tinha entre 8 e 9 anos de idade. A família havia nascido em Paracambi quando a Fábrica Brasil já existia, mas um dos avós vinha dos arredores.

> É, e aqui em São Pedro-São Paulo deu muita doença. Não tinha médico, não tinha nada, só no Rio de Janeiro, então morreu muita gente, inclusive morreu a mãe do meu avô, morreu o pai do meu avô e os irmãos que não morreram foram embora, abandonaram tudo, [...] eles foram embora e outros vieram para aqui porque estava começando a Brasil. Precisava muito de trabalhador e aí muitos vieram pra cá. Meu avô veio porque aí ele ficou sem pai e sem mãe com 9 anos. Veio trabalhar na fábrica. (ZANELLA, 2005).

Ao falar da origem da família do avô, Zanella refere-se à Freguesia de São Pedro e São Paulo do Ribeirão das Lages. Após 1861, com a inauguração da Estrada de Ferro Dom Pedro II entre “Macacos e Belém” – atuais Paracambi e Japeri –, tal localidade passaria a ser conhecida pelo nome que recebera a estação e a fazenda onde a fábrica tinha sido instalada.

O contingente de trabalhadores que chegou à região, atraídos pelas vantagens oferecidas (moradia e trabalho) pelos empresários, é percebido nos relatos de Cruz, que em 1918, aos 8 anos, trabalhava na Fábrica Brasil. Seus avós maternos vieram de uma região também de fazendas de café, com sua mãe ainda menina, e seu pai era da região e veio com o padrinho. Vieram atraídos pelas oportunidades de trabalho e as mudanças ocasionadas na região. Segundo o relato da operária;

> [...] minha mãe nasceu em Minas, Bicas. Meu pai era filho, filho de Bossage, daqui de cima, linha auxiliar. [...] Meu pai veio garoto trabalhar na fábrica. Ele entrou na fábrica com 10 anos. [...] Depois a minha mãe veio para aqui foi trabalhar na fábrica também. [...] Meu avô quis ir embora pra Minas outra vez, mas ela não foi para Minas, ficou na casa de uma família. (CRUZ, 1993).

Outro desafio enfrentado pelos empreendedores era a falta de conhecimento das técnicas necessárias para a execução dos processos de produção dos tecidos. Os novos operários eram trabalhadores rurais, logo, acostumados a lidar com as tarefas da agricultura. Sendo assim, desconheciam o manuseio das máquinas e os processos de produção de tecidos. Esta questão foi resolvida com a contratação de trabalhadores ingleses especializados, portanto, em condições de habilitar a mão de obra da Brasil Industrial na manobra de seus equipamentos modernos. De acordo com Furtado (2012), o relatório da fábrica do ano de 1877 informa que este processo teria ocorrido desde o início do funcionamento da fábrica até este ano.

> Todos os operários da fábrica vindos da Inglaterra se têm retirado no fim dos seus contratos, sem prejuízo da marcha regular do estabelecimento, onde temos já operários nacionais que os suprem perfeitamente. Os mestres, porém, continuaram a ser os mesmos desde o princípio dos trabalhos da fábrica e desempenham as suas obrigações satisfatoriamente (FURTADO, 2012, p. 33).

A precariedade das condições de trabalho, o baixo valor dos salários, a

ausência de leis que controlassem as arbitrariedades praticadas pelos patrões, as extensas e extenuantes jornadas de trabalho, características das indústrias têxteis deste período, são observadas no relato de Cruz.

> Porque naquele tempo a lei - não tinha lei - trabalhava-se de segunda a domingo e de domingo a segunda. A gente trabalhava nos domingos também. [...] domingo só na parte da tarde, de 3 horas em diante é que o operário descansava. Tinha muitos operários na fábrica. [...] em todas as seções, porque tinha a seção de fiação, de carda, tecelagem, alvejamento, estamparia, oficina, carpintaria... E a gente trabalhava; o salário pequeno, muito pequeno, mas se vivia. Não tínhamos direito a aposentadoria, não tínhamos direito ao décimo terceiro, não tínhamos direito a nada! Era só o que a gente ganhasse durante o mês, se trabalhasse o mês todo. Se ficasse doente, os dias que estava em casa eram perdidos, não tinha nada, não se recebia nada. (CRUZ, 1992).

As extensas jornadas de trabalho, relatadas acima, permanecem para os operários de Paracambi até 1918, quando os trabalhadores têxteis do Estado do Rio de Janeiro, articulados pela União dos Operários em Fábricas de Tecidos(UOFT), promovem greves nas fábricas de tecidos do estado[22].

No depoimento da ex-operária, no período anterior à greve, pode-se constatar jornadas de trabalhadores adultos de 94h30min semanais, contando com apenas 13h30mim semanais de intervalos para o almoço, totalizando 81h de trabalho por semana.

O movimento grevista dos têxteis reivindicava, segundo Pires (2014), conquistas materiais como: “[...] o aumento progressivo dos salários, diminuição das horas de trabalho e abolição completa dos extraordinários”, e que estas eram as mais decisivas para a adesão dos têxteis à greve. (PIRES, 2014, p. 2). Entretanto, existiam outras conquistas que também eram importantes para os trabalhadores, como a melhoria nas condições de trabalho. Os operários lutavam contra o trabalho excessivo e brutal; melhores condições de segurança e higiene, a fim de evitar acidentes e

[22] De acordo com Keller (2007), em 1918, através da ação sindical dos anarco-sindicalistas da União dos Operários em Fábricas de Tecidos (UOFT) do Rio de Janeiro, houve uma greve dos operários têxteis. Até a deflagração desta greve, a jornada de trabalho dos operários têxteis era de até doze horas diárias e nove horas aos domingos. O movimento grevista paralisou, por muitos dias, a Fábrica Brasil, assim como diversas outras fábricas de tecidos na capital e no interior. A greve foi liderada pelos delegados UOFT que tinham como bandeira de luta central a redução da jornada de trabalho para oito horas diárias com descanso semanal aos domingos. Esta greve representou uma ruptura importante na estrutura das relações interna ao padrão de dominação paralisando por alguns anos a organização da mais tradicional festa local em louvor a santa padroeira da fábrica e de seus operários. Na década de 1960, com a municipalização de Paracambi, entra em decadência o sistema de fábrica com vila operária e surge o sindicato oficial da categoria têxtil da cidade.

moléstias; o fim do trabalho para os menores de 14 anos; a indenização e o custeio do tratamento em caso de acidente de trabalho. (PIRES, 2014, p. 2).

Segundo Keller (1997), os operários têxteis de Paracambi foram bastante atuantes neste movimento, contanto com cinco delegados sindicais da UOFT. Os comícios, como eram denominadas as assembleias da categoria na época, eram realizados nas escadas do “Cassino” e sempre com grande concentração de trabalhadores. Cruz narra que;

> [...] os delegados vinham fazer os comícios [...]. Depois veio a greve. Veio a greve na baixada toda. [...] Eram os cinco delegados daqui. Então, eles faziam o comício na escada do Cassino. [...] Ajuntava o povo todo ali para fazer o comício. (CRUZ, 1993).

Em Paracambi a greve teve duração de 18 dias uteis no mês de março e 36 dias a partir de 2 de junho. As represálias dos industriais sobre os trabalhadores não tardaram a chegar. Constituíram-se em perseguições e demissões, com sérias consequências para os operários, que em geral residiam nas casas da vila operária. Perder o trabalho significava ficar sem a moradia para toda a família, como pode ser constatado no relato de Cruz.

> A maioria dos operários foi despedido. A fábrica recomeçou a trabalhar com a terça parte dos operários. Outros foram despedidos com a ordem de se retirar de dentro de Paracambi em 24 horas, porque todos moravam em casas que pertencia a companhia. (CRUZ, 1993).

Para os trabalhadores que não dependiam da moradia, ficava a ameaça de desemprego, pois conseguir trabalho em outra empresa era difícil. Mas o movimento grevista não foi de todo derrotado. Ocorreram mudanças que evidenciaram conquistas para os trabalhadores. As mais significativas foram a redução da jornada de trabalho, que passou a ser de oito horas diárias; o intervalo de uma hora para o almoço; o descanso semanal aos domingos; o fim da contratação de menores de 14 anos; e o pagamento de horas extras. Contudo, sem sucesso para as outras reivindicações (KELLER, 1997).

Com relação ao lazer e a religiosidade dos operários da Brasil Industrial, estes eram praticados na Capela Nossa Senhora da Conceição e no Cassino Clube, pertencentes à Fábrica Brasil. Ambos estão localizados nas proximidades das instalações da fábrica e da casa que servia de moradia aos diretores e suas famílias.

As atividades que se realizavam nestes ambientes, não só passavam pelo consentimento da diretoria, como também eram organizados por eles e seus

familiares, em conjunto com os trabalhadores. Os diretores da fábrica participavam ativamente desses eventos. Desta forma, percebe-se que o lazer e a religiosidade eram utilizados como forma de controle e de subordinação dos trabalhadores aos industriais.

Keller (1997) constata que “o grande lazer anual do operariado da Fábrica Brasil era a festa de sua padroeira que se festejava no largo em frente ao edifício da fábrica ou no próprio Cassino” (KELLER, 1997, p. 40). Esta festa era muito esperada pelo operariado e demandava muita preparação, pois havia missa, procissão, festa com leilão, queima de fogos, projeção de filmes e um baile.

O entusiasmo dos trabalhadores pode ser percebido pela antecedência em que se começava a comemoração. Cruz relata como eram realizadas estas comemorações, “[...] começávamos sempre com nove dias antes, nove noites era rezado o terço, cantado em ladainhas, na capelinha de N.S. da Conceição. E no fim de nove dias, justamente domingo, era a grande festa”. Nesse dia, além dos operários da fábrica e moradores da cidade, vinham pessoas de outras localidades. Uma vez que, havia uma “missa solene às 10h00 [...], e vinham muitos convidados e “um pregador de fora”, para fazer o panegírico da festa”. Para possibilitar que estes convidados participassem da missa, os organizadores providenciavam um trem que chegava um pouco antes de seu início. (CRUZ, 1993).

Cruz relata que os festejos começavam logo no final da “lindíssima missa” que tinha um “coro excelente”. Entre as atrações da festa, havia também muitas barracas. No final da tarde, a procissão, “muito bonita, muito bem organizada, formada por crianças, muitas moças […]. E logo atrás do último andor” seguindo a procissão “a banda de música e o povo em massa, acompanhando”.

De acordo com Natal e Natal (1988), a Segunda Guerra Mundial também causou transformações na economia da Cia Brasil Industrial. Neste período houve, por exemplo, a substituição de óleo por lenha, o que causou devastação numa grande área das reservas florestais da região, mas sem prejuízo aos mananciais. Com a falta de combustível, os caminhões foram substituídos por carroças com conduzidas por animais.

A década de 1950 foi de expansão no país e também na Fábrica Brasil. A direção da Cia construiu, neste período, a Usina da Serra, no Engenho da Serra, situado na Estrada Engenheiro Paulo de Frontin. Aproveitando o grande açude que abastecia o açude da Cascata, a usina foi inaugurada em 1952, com 1250 KVA,

possibilitando a substituição de motores hidráulicos por motores elétricos. (NATAL; NATAL, 1988, p. 44).

Figura 8: Usina da Serra

Fonte: Panoramio. Disponível em: < http://www.panoramio.com/photo/104713957#> Acesso em ago de 2017

Segundo Maia (2006), nas décadas de 1970 e 1980 já haviam indícios de que a fábrica estava entrando em decadência. O operário argumenta que a renovação do parque tecnológico, realizada nestas décadas, foi inadequada e que os diretores tiveram pouca habilidade e não perceberam o mercado externo, resultando na redução da produção e no número de operários,

> [...] quando era preciso modernizar a fábrica modernizou errado. [...] ela comprou máquinas, para ela modernas [...] as máquinas eram novas, zero, mas modelos ultrapassados. Eles compraram aquelas máquinas novas em São Paulo, mas eram máquinas modelo de 1948, 52 por aí. Você comprando uma máquina com 180 rotações por minuto, quando no mercado existe de 780, 800. É impossível, porque você está desembolsando, se endividando e não está modernizando. (MAIA, 2006).

De acordo com a sindicalista Joice Falcão (2007), no final da década de 1980, a administração da fábrica enfrentava problemas com os órgãos que controlam irregularidades ambientais, IBAMA e FEEMA. E este teria sido outro fator que corroboraria para o fechamento definitivo da indústria. Segundo a sindicalista, havia pressões destes órgãos para que fossem instalados, na Fábrica Brasil, equipamentos

de tratamento de resíduos químicos.

Os empresários da Cia São Pedro de Alcântara, que eram os donos da Fábrica Brasil, nesta ocasião e, também, no seu fechamento, tinham duas indústrias têxteis, uma em Paracambi e outra, em Petrópolis. Como a fábrica de Petrópolis já possuía estes equipamentos, optaram por transferir para lá o setor de acabamento, que era o responsável pela contaminação do meio ambiente[23] (FALCÃO, 2007).

Esta transferência dos equipamentos e de um setor da fábrica foi responsável pelo que pode ser chamado de ponto máximo de resistência dos operários e da população de Paracambi ao fechamento da fábrica. Para aquelas pessoas, aquele ato representava o início do desmonte do maior símbolo de identidade da cidade. Conforme o dirigente sindical Luís Henrique Soares (2007) afirmou, houve grande mobilização para evitar a retirada das máquinas.

> A cidade toda participou [...]. Os diretores do sindicato tentaram impedir a saída dos caminhões com as máquinas, na época, deitando no chão. E a polícia acabou intervindo. [...] isso mexeu com a cidade toda. [...]. A igreja participou, o comércio participou, os trabalhadores vieram para a praça com os sindicalistas ali, tentando impedir a saída das máquinas (SOARES, 2007).

Na década de 1990, quando a fábrica fechou, o setor de acabamento já funcionava totalmente em Petrópolis; em Paracambi permaneceu apenas a administração, a fiação e a tecelagem. A sindicalista analisa que, com este fato, o número de operários na cidade ficou reduzido, e, portanto, não foi possível mobilizar os trabalhadores e moradores como na retirada das máquinas, na década anterior. (FALCÃO, 2007).

O encerramento das atividades da fábrica, em 1996, que para a diretoria seria provisório, passou a ser definitivo, conforme narrado em detalhes por Otaviano (2007).

> [...] eles optaram em encerrar as atividades em 1996. Eu sei por que eu me lembro, foi em outubro de 1996. O diretor chegou aí, com o Hermano, um tal de Dr. Gilmar que é advogado e perito contador. O Hermano me disse que quando desse 17h para eu não sair, que ele iria precisar de mim. Eu trabalhava com ele, e eu disse, tudo bem. Quando eu saía, me disse: “Oh, digita no computador esse relatório aí”. Foi o relatório do Dr. Gilmar propondo o fechamento temporário das atividades da Cia. Brasil Industrial devido aos custos. [...] E então foi nesse relatório que se propôs o encerramento provisório das atividades. Mas, de temporário passou a ser fixo e a fábrica fechou. (OTAVIANO, 2007)

[23] A indústria têxtil compreende três setores de produção: fiação, tecelagem e acabamento, que é o responsável pelo tingimento e estamparia.

De acordo com o relato acima, a crise econômica da empresa foi apontada pelos diretores da Fábrica Brasil como argumento para seu fechamento. Em uma matéria no jornal O Globo, o candidato do Partido dos Trabalhadores (PT) à prefeitura de Paracambi, no ano de 1996, André Ceciliano, aponta a crise nas indústrias de Paracambi como um dos principais problemas enfrentados pela população, que agora precisa sair da cidade em busca de emprego. Para o candidato, deveria ser prioridade para a nova administração da cidade investir na solução deste problema, que só começara a ocorrer quando

> [...] o município perdeu status de polo industrial. Para cair numa profunda recessão econômica. Um dos exemplos desse passado de gloria é a Brasil Industrial – principal indústria têxtil da cidade – que empregou cerca de cinco mil funcionários. Hoje eles não passam de 300. (GRIPP, 1996, p. 26).

O ex-operário e sindicalista têxtil Geraldo Muniz (2007), ao analisar os motivos do fechamento da fábrica, também atribui como principal a crise econômica que as demais indústrias da cidade, e, principalmente, do setor têxtil no Estado do Rio de Janeiro enfrentavam. Para ele, a crise estava relacionada às transformações econômicas do momento. Em sua análise, aponta que com a abertura do mercado para o exterior, iniciada nos anos 1990, não só a fábrica de tecidos, mas outras empresas da cidade como a “Troll, Estrela e a fábrica de guarda-chuva enfrentaram dificuldades financeiras no período”. No caso da Fábrica Brasil, ele aponta o baixo preço dos tecidos chineses, que era mais vantajoso para a empresa. Era comprar o tecido e enviar para Petrópolis “para estampar, tingir e fazer o acabamento”. Estes fatos, para o ex- sindicalista, prejudicaram também outras empresas têxteis no Estado do Rio de Janeiro, como a “Bangu, Deodoro, Nova América, Ferreira Guimarães e Santa Rosa de Valença, empresas que fecharam por não haver mais mercado para competir com os chineses”. Argumenta, apresentando a queda no número de trabalhadores têxteis no estado, que nos anos 1980 seriam vinte e cinco mil e nos anos 2000, apenas quatro mil. (MUNIZ, 2007).

Estes acontecimentos, no contexto da principal indústria da cidade, refletem um conjunto de fatores amplamente debatidos na literatura especializada acerca das “transformações econômicas do momento”, “a modernização errada” e a perda do “status de polo industrial” explanados pelo agente político, pelos sindicalistas e pelos operários. Sobre esta questão, Massuda (2006) considera que,

> A participação do Brasil no comércio mundial têxtil é, historicamente, pouco significativa, se considerarmos seu patamar inferior a 1%. Os Estados

> Unidos e os países asiáticos, que se modernizaram rapidamente, tornaram-se os maiores produtores e exportadores têxteis do mundo. Durante a década de 80, a indústria têxtil brasileira manteve saldo positivo da balança comercial devido à política de estímulo às exportações e restrições às importações em vigor no período. No entanto, à partir de 1986, o saldo começou a decrescer em função do aumento das importações de produtos têxteis. Iniciava -se, no período, a reforma aduaneira, de forma a preparar a abertura do mercado brasileiro. (MASSUDA, 2006, p. 14).

A indústria têxtil, duramente afetada na década de 1980, continua a enfrentar desafios nos anos 1990, com as importações de produtos têxteis, com especial destaque para tecidos planos de fibras artificiais e sintéticas e de confecções prontas (MONTEIRO FILHA, 2002). Cabe ressaltar, que a Brasil Industrial encerrou suas atividades nesta mesma década.

2.4 A desindustrialização de Paracambi, seus reflexos e as expectativas sobre o futuro da fábrica

Silva e Cabral (2014), baseados em Rowthorn e Ramaswany (1999), conceituam desindustrialização “como uma redução persistente da participação do emprego industrial no emprego total de um país ou região”. Apoiados nestes argumentos, os autores afirmam que os países desenvolvidos teriam passado por um processo de desindustrialização da década de 1970 à década 1990. E no Brasil, nas décadas 1980 e 1990 (SILVA;CABRAL 2014).

Oreiro e Feijó (2010) definem um conceito ampliado de desindustrialização, sendo o mesmo compatível com um crescimento da produção da indústria em termos físicos. Os autores consideram que uma economia não se desindustrializa quando a produção industrial está estagnada ou em queda, mas quando o setor industrial perde importância como fonte geradora de empregos e/ou de valor adicionado para uma determinada economia.

A literatura apresenta evidências contundentes do processo de desindustrialização na economia brasileira durante as décadas de 1980 e 1990. A queda no peso da indústria de transformação no PIB seria a maior delas. De acordo com Oreiro e Feijó (2010), ela cai 12 pontos entre 1986 e 1998. Para os autores, este índice, em apenas 10 anos, por si só já caracteriza um processo de desindustrialização.

Várias são as evidências deste processo, também no Estado do Rio de Janeiro,

neste período. Para Ribeiro (1996), estas evidências podem ser verificadas nos índices que demonstram a perda de dinamismo da indústria e o crescimento de setores como o terciário, onde prevalece a baixa produtividade e a informalização. O autor demonstra que a indústria de transformação, entre 1981 e 1990, teve uma queda de 6,8 %, enquanto o comércio ambulante um aumento de 28,6% e o setor de serviços pessoais 24,3 %.

A redução persistente do emprego industrial pode ser verificada através dos dados do estudo de Silva (2009), sobretudo na RMRJ e em Paracambi. Conforme demonstrado pelo autor, havia um alto índice de trabalhadores no setor de serviços, neste período.

> Responsável por quase 70% do produto interno bruto metropolitano, o terciário é capitaneado pelas atividades ligadas ao comércio, transportes, alojamento, aluguéis, comunicações e serviços pessoais. Sua predominância para as dinâmicas das estruturas econômicas municipais se torna clara quando se observa que [...], todos os demais municípios metropolitanos têm nas atividades terciárias a origem de mais da metade de seus respectivos produtos. E mais: em alguns municípios, como Japeri (94,1%), Magé (87%) e Paracambi (83,2%), a presença terciária é preponderante. (SILVA, 2009, p. 5).

Ribeiro (1996, p. 8), em sua análise sobre o processo de desindustrialização fluminense, acrescenta ainda que, durante as décadas de 1980 e 1990, ocorreu uma “desindustrialização regressiva” na região estudada. Para o autor, esse processo pode ser observado com o “aumento do desassalariamento e a crescente precarização dos assalariados. ” O autor justifica seus argumentos com base na análise dos dados obtidos em sua pesquisa, onde fica evidente a diminuição do número de empregados e o aumento dos trabalhadores por “conta-própria”, expressando a tendência ao “desassalariamento e a precarização” exposta pelo autor. Conforme Ribeiro,

> O aumento da precarização do trabalho na década de 1980 se expressou na diminuição do número de empregados com carteira, que baixou de 47,5% para 43,2% dos ocupados, e pela expressiva diminuição dos que contribuem para a previdência social, que passou de 70,4% em 1981 para 66,1% em 1990, representando uma diminuição de 6,1. Por outro lado, complementando o quadro de desassalariamento e precarização, diminuiu em 3 horas a média de horas semanais trabalhadas no Rio de Janeiro. (RIBEIRO, 1996, p. 168).

Para Oliveira e La Croix (2006), o Rio de Janeiro, nas décadas citadas, perdeu espaço no total do emprego formal do país. Estas ocorrências foram ocasionadas pelos efeitos da crise e ajuste econômico nos anos 1980, da abertura do mercado, e da política recessiva da década de 1990. Provocando assim, o desmantelamento de diversos segmentos produtivos e mudanças no mundo do trabalho, sobretudo em

alguns municípios industriais no Estado do Rio de Janeiro e em diversos bairros industriais da capital.

Oliveira e La Croix (2006) citam, como exemplo, o caso do bairro de Manguinhos, que, neste período, passa por um processo que pode ser compreendido como uma desindustrialização. Ocorre na região uma série de desativações de indústrias e empresas, a destruição de empregos produtivos e o empobrecimento de seus moradores e das populações vizinhas.

Como consequência destas desativações, os espaços industriais que ficam desocupados provocam uma degradação da região, e acabam sendo utilizados como moradias irregulares e precárias, ou servindo a algum fim indevido. Com as desativações das indústrias, ocorrem estas mudanças na paisagem e fica evidente o surgimento de “vazios industriais”.

No município de Paracambi, os efeitos deste processo podem ser observados sobre os dois aspectos apontados na literatura: a precarização da mão de obra de sua população e a mudança na paisagem. As instalações da Fábrica Brasil, desativada em 1996, permaneceram em desuso por cinco anos, entre 1996 e 2001. Durante este período, as zonas centrais da cidade de Paracambi e o entorno da fábrica atravessaram um momento de ostracismo e esquecimento, por se tratar de uma cidade industrial. Seus reflexos foram percebidos pelo comércio local e pela mão de obra especializada proveniente da fábrica, que se desloca para municípios vizinhos para exercer atividade laboral em outros setores econômicos, transformando Paracambi em cidade dormitório.

Conforme observa Furtado (2012), em seu primeiro contato com a fábrica,

> A imagem do grandioso prédio completamente vazio de vida, com janelas quebradas e parte da fachada caindo, imprimia a imagem de ruína, e decadência. […] Ao aspecto de ruína da fábrica correspondia uma imagem igualmente decadente da cidade que o abrigava, uma das empobrecidas e abandonadas cidades que constituem o Vale do Paraíba Fluminense. (FURTADO, 2012, p. 8).

Em 2001, com a aquisição de parte da fábrica pelo poder público municipal, a mesma foi reconvertida em instituições de educação, cultura e lazer, bem como, na oportunidade de desenvolvimento de novos negócios.

No ano de 2002, foram implantadas o Centro de Educação à Distância do Estado do Rio de Janeiro (CEDERJ), a Escola de Música Villa-Lobos, a FAETERJ/CETEP, bem como os projetos sociais, a Cia Municipal de Ballet Canto do

Curió, a Cia de Teatro Municipal e a Brinquedoteca. Mas, embora as dependências da fábrica estivessem parcialmente ocupadas, em 2003, Ciavatta (2007) observa que ainda há abandono do legado da fábrica. Esta ocorrência pode significar “o apagamento da memória do trabalho, dos trabalhadores e da vida de uma cidade que se fez e cresceu em torno do dia-a-dia da fábrica” (CIAVATTA, 2007, p. 14). A descreve que

> Os imensos galpões estavam ocupados pelos restos de fichas técnicas, mostruários, bobinas de fios de algodão e equipamentos (o antigo elevador, máquina de tratamento de fios, parte da tubulação e registros de controle de pressão de água para apagar incêndio), abandonados à umidade, ao mofo, à destruição. (CIAVATTA, 2007, p. 14).

Os ex-operários e operários, os sindicalistas e os moradores da cidade, que presenciaram o fim da fábrica, justificam este fato como a concorrência do mercado externo com a chegada dos tecidos chineses; a venda para o grupo São Pedro de Alcântara; as exigências do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), e da Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA) quanto ao tratamento dos resíduos, já que estes estavam poluindo os rios da cidade. Este último, segundo os operários, teria sido um dos argumentos dos donos da fábrica para transferir parte da Fábrica Brasil para Petrópolis, visto que possuíam uma empresa naquela cidade que já tinha a estrutura para o tratamento de esgoto e de dejetos químicos (CIAVATTA, 2007).

As mudanças apontadas por Furtado (2012) e Ciavatta (2007) estão presentes, também, no repertório dos entrevistados. O desassalariamento e a precarização, descritas na literatura como fator evidente do processo de desindustrialização podem ser notados no depoimento de um ex-operário quando indagado sobre como foi e como ficaram os trabalhadores na ocasião do fechamento da fábrica.

> Tinha quinhentos e pouco, na época. Já estava começando a decair. E daí ficaram alguns funcionários do administrativo, pessoas que o sindicato, isto é, estabilidade, os da diretoria do sindicato, gestantes, pessoas que estavam voltando licença de acidente de trabalho e tinham estabilidade [...] à medida que foram vencendo o prazo desse pessoal, eles foram demitidos [...] Vocês passam ali na frente do campo da Brasil Industrial, naquelas barracas que tem ali, e se pode ver de oito a dez ex-empregados que hoje vende bala, outro laranja, outro banana, outro picolé. (OTAVIANO, 2005).

2.5 Patrimonialização e tombamento: paradoxos e contradições

Busca-se, inicialmente, a compreensão e distinção dos conceitos de memória e patrimônio, e por meio deles analisar a patrimonialização do sítio fabril da Brasil Industrial e as relações, com a apropriação destes bens reconvertidos, com os lugares de memória dos trabalhadores da antiga fábrica e moradores de Paracambi.

Foram expostos inicialmente os conceitos de memória, baseados em Pierre Nora (1993) sobre lugar de memória, o conceito de memória coletiva de Maurice Halbwachs (1990), de memória social de Pollak (1989) e Huyssen (2000). E, quanto ao Patrimônio cultural material e imaterial, e o conceito de Patrimonialização, tomou-como base Choay (2006), Hartog (2006), Gonçalves (2003), e das definições do IPHAN.

Em suas considerações, Pierre Nora (1993, p. 7) assinala que vivemos o que se denomina “a aceleração da história”, que suscita a ideia de “um passado definitivamente morto”, evocando a “percepção de algo desaparecido”. Para o autor, os valores do mundo contemporâneo causaram o desmoronamento da memória: o fim das sociedades-memória, que asseguravam a conservação e transmissão de valores; o fim das ideologias-memória, que garantiam a transição regular do passado para o futuro ou indicavam o que se deveria “reter do passado para preparar este futuro. ” (NORA, 1993, p. 8).

Deste modo, a memória necessita ser sedimentada no cotidiano e a partir dele, porque o evidente não é a lembrança, e sim o esquecimento. A memória não é um dado natural, mas uma construção, ela se “enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. ” (NORA, 1993, p. 9). Na perspectiva do autor, os lugares de memória surgem a partir do momento em que a memória se torna o resultado de uma “organização voluntária, intencional e seletiva. ” (NORA, 1993, p.13). Portanto, nascem e “vivem do sentimento de que não há memória espontânea”, de que é preciso acumular vestígios, testemunhos e documentos que provem e registrem o passado.

Estes espaços, juntamente com as memórias dos trabalhadores, são registros que revelam os modos de vida dos trabalhadores, da história da cidade e o início da industrialização no Brasil. Os espaços de trabalho, assim como os de convivência dos trabalhadores da fábrica, guardam vestígios de uma memória e de identidades acessíveis apenas por testemunhos e documentos dos ex-operários.

A partir de Halbwachs (1990), pode-se entender as memórias como construções de determinados grupos sociais. São os indivíduos que se apoiam nas lembranças para construir a memória, entretanto, são os grupos sociais que determinam o que é memorável, e como será lembrado. Assim, as memórias social e individual se interligam e quanto mais coesos são os grupos, mais agregadoras são as memórias. A memória, portanto, por mais pessoal que possa ser, é construída pelos grupos sociais:

> Se nossa impressão pode apoiar-se não somente sobre nossa lembrança, mas também sobre a dos outros, nossa confiança na exatidão de nossa evocação será maior, como se uma mesma experiência fosse começada, não somente pela mesma pessoa, mas por várias. (HALBWACHS, 1990, p. 25).

Nesta perspectiva, a memória coletiva depende da participação da memória individual de cada sujeito para com o fato. De acordo com Halbwalchs (1990) pode-se dizer que “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva.” (HALBWACHS, 1990, p. 51). Contudo, toda memória é seletiva e passa por um processo de “negociação” para que a memória individual e a coletiva se conciliem. Dessa forma, não bastam os testemunhos de outras pessoas para que as suas memórias sejam incorporadas por um indivíduo. Elas precisam concordar com as memórias já existentes desse sujeito e que tenham alguns pontos semelhantes para que sejam construídas sobre uma base comum. Além disso, as pessoas necessitam da memória dos outros para confirmar suas próprias memórias, ou seja, para legitimá-las (HALBWACHS, 1990).

Halbwachs (1990) norteia suas preocupações acerca da memória, baseando-se na ideia dos "quadros sociais da memória”, e amparada nestes conceitos, Bosi (1984) afirma:

> Nessa linha de pesquisa, as relações a serem determinadas já não ficarão adstritas ao mundo da pessoa (relação entre corpo e o espirito, por exemplo), mas perseguirão a realidade interpessoal das instituições sociais. A memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a igreja, com a profissão, e enfim com os grupos sociais de referência peculiares a esse indivíduo (BOSI, 1984, p. 54).

Os quadros sociais da memória não se resumem a datas, nomes e fórmulas, eles representam “correntes de pensamentos e de experiências” onde pode ser encontrado o passado, porque este foi “atravessado por isso tudo” (HALBWACHS, 1990, p. 71).

Já que a memória coletiva não acontece fora de um contexto espacial, e considerando o sítio fabril da Brasil Industrial como “lugar de memória”, conforme

conceituado por Pierre Nora, pode-se perceber a importância das relações entre os espaços e as memórias das instalações que compõem o sítio fabril em estudo.

As memórias do lugar tornam-se parte de uma realidade duradoura, através da qual as lembranças se sucedem umas às outras, e possibilitam retornar e compreender um passado ocorrido num ambiente material. É devido ao espaço que cada pessoa ocupa, passa ou tem acesso que,

> [...] de qualquer maneira, nossa imaginação ou nosso pensamento a cada instante é capaz de reconstruir – que devemos voltar nossa atenção, é nele que nosso pensamento tem de se fixar para que essa ou aquela categoria de lembranças reapareça. (HALBWACHS, 1990, p. 170).

O espaço é uma das condições do trabalho da memória e as lembranças, portanto, estão constantemente vinculadas a um espaço físico. Este vínculo entre espaço e lembrança serve como facilitador para trazer à memória as vivências ou experiências passadas. Retomando os conceitos de memória coletiva de Halbwachs (1990), Pollak (1989, p. 2) aponta este “diversificado jogo de reformulações a que a memória está sujeita, o que sobrevive não é necessariamente o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada por indivíduos, grupos e classes”, como elementos para construção do conceito da memória social. E ainda deve ser entendida como “um fenômeno construído social e coletivamente e submetido a flutuações, transformações e mudanças constantes” (POLLAK, 1989. p. 2).

Para Pollak (1989) quando a memória individual de uma pessoa não condiz, em determinado ponto, com a memória coletiva, essa memória pode ser considerada uma “memória clandestina”, uma vez que não apresenta coerência com os discursos oficiais. Logo, pode-se afirmar que o que há é uma seleção de lembranças, tornando a memória um produto seletivo, construído através de escolhas, que na maioria das vezes são influenciadas por preocupações do presente nos dando a ideia da existência de um processo de oficialização da memória, o que mais tarde confere aos indivíduos uma identidade. (POLLAK, 1989).

A importância das memórias clandestinas não é apenas para fazer alusões às memórias que já deixaram de existir, mas de recuperação de memórias “que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível e que afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados” (POLLAK, 1989, p. 3). E que, além disso, as manifestações destas memórias

ocasionam uma “disputa entre memórias ou a luta entre a memória oficial e as memórias subterrâneas”. (POLLAK, 1989, p. 8).

Portanto, o que se percebe é uma luta pela incorporação dessas memórias marginalizadas, clandestinas, subterrâneas, silenciadas, na afirmação de uma identidade que, por pertencerem a uma minoria, encontram-se negligenciadas. Desta forma, entende-se que é através da memória que as pessoas se identificam com o seu tempo e espaço, e ressignificam o que está a sua volta. Isto nos revela a importância que a memória possui para qualquer sociedade.

Assim, este estudo compreende as instalações do sítio da Brasil Industrial como “lugar de memória”, fazendo alusão à terminologia de Pierre Nora, para definir o contexto espacial das suas instalações, pois entende que o conjunto fabril se trata de uma “unidade significativa, de ordem material ou ideal, da qual a vontade dos homens ou o trabalho do tempo fez um elemento simbólico do patrimônio da memória de uma comunidade qualquer. ” (NORA, 1993, p. 20).

O conceito de patrimônio cultural iniciou sua trajetória na França, no século XVIII, momento em que um grupo de intelectuais reflete sobre a perda de monumentos durante a Revolução Francesa. A destruição dos símbolos do feudalismo e da monarquia foi percebida por estes intelectuais como um apagamento da história anterior a partir do ideal moderno de Estado-Nação.

De acordo com Chuva, (2002), o que ocorre na França do século XVIII, com a negação do período anterior para a construção de um ideal de ‘nação’ foi decorrente da necessidade de destruir os símbolos do período monárquico, criando uma ideia de ‘modernidade’ que estabelecia novas maneiras de se relacionar com o tempo, desassociando a percepção de passado das ações presentes.

Abreu (2009, p. 35) assinala que antes da Revolução Francesa se mencionava patrimônio apenas para fazer alusão à propriedade. Após esse período há uma ampliação nesta noção, que passa do privado para o conjunto dos cidadãos, surgindo daí a entendimento de bem comum, “a noção de patrimônio como bem coletivo associado ao sentimento nacional. ”

Para Choay (2006, p. 18), foi no contexto da Europa do século XVIII que a trajetória das políticas e do pensamento sobre o patrimônio foram desenvolvidas, evidenciando a diferença que vai se constituindo entre monumento, monumento histórico e patrimônio histórico e artístico. A compreende como monumento “tudo que

for edificado por uma comunidade de indivíduos para rememorar ou fazer que outras gerações de pessoas rememorem acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças. ”

Após este período, de acordo com Chuva (2002), a história nacional francesa, consolidada em monumentos, foi aos poucos sendo reconhecida através da Idade Média, atribuindo ao período medieval a legitimidade e identidade da Nação. O monumento histórico, desta forma, representa as bases sólidas de confirmação da identidade nacional. Neste panorama, atribui-se ao patrimônio importância simbólica nacional.

Hartog (2003) entende o patrimônio como uma categoria do pensamento ocidental moderno, e discute em que medida a categoria “patrimônio” está presente em sistemas de pensamento “não modernos” onde as fronteiras ou culturais seriam totalmente distintos. Para ele o termo “patrimônio” está presente no cotidiano. Gonçalves (2009) acrescenta que quando:

> Falamos dos patrimônios econômicos e financeiros, dos patrimônios imobiliários; referimo-nos ao patrimônio econômico e financeiro de uma empresa, de um país, de uma família, de um indivíduo; usamos também a noção de patrimônios culturais, arquitetônicos, históricos, artísticos, etnográficos, ecológicos, genéticos; sem falar nos chamados patrimônios intangíveis, de recente e oportuna formulação no Brasil (GONÇALVES, 2009, p. 25).

Portanto pode-se atribuir ao século XVIII e à Europa, a origem das práticas de preservação do patrimônio histórico e artístico. E que devido a essas práticas foram criadas estruturas governamentais capazes de selecionar e conservar esses patrimônios. Para Chuva (2011)

> É nesse contexto que um conjunto de bens arquitetônicos e monumentais é consagrado como patrimônio nacional, cujos atributos o tornam prova da existência da nação e de suas origens em tempos imemoriais, configurando uma identidade própria, isto é, apropriadamente nacional (CHUVA, 2011, p. 14)

Segundo Oliveira (2008, p. 116), foi na década de 1920 que surgiram as primeiras preocupações com o patrimônio brasileiro. Neste período, intelectuais ligados ao movimento modernista pretendiam uma releitura do colonial para construção da identidade nacional, e não aceitavam imitação ou reprodução. A preocupação central era “salvar os vestígios do passado. ”

Este grupo constituiu, então, o discurso de que era preciso proteger os monumentos do abandono e impedir a sua dilapidação. Tinham como referência, principalmente, a arte colonial nos estados de Minas Gerais, Bahia e Pernambuco, que se encontrava abandonada e decadente. Na década de 1930, além dos

modernistas, outro grupo também estava preocupado com o estilo de arte, do patrimônio e da arquitetura no Brasil. Eram os neocoloniais, que defendiam a tradição colonial portuguesa, mas viam na cópia algo positivo, enquanto os modernistas defendiam somente o autêntico (OLIVEIRA, 2008).

Segundo Oliveira (2008, p. 118), a Lei nº 378, de janeiro de 1937, e o Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro do mesmo ano, instituem o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), durante o governo de Getúlio Vargas, com o objetivo de "[...] defender o exame da diversidade artística existente no país [...]." Assim, definiu as obras de arte que pertenceriam ao patrimônio, categorizando-as como arte arquitetônica, ameríndia, popular, histórica, arte erudita nacional e estrangeira e as artes aplicadas nacionais e estrangeiras. Propôs a criação de museus para a guarda dos bens patrimoniais e de uma revista nacional de artes, e ainda citou bens tangíveis e intangíveis. Além disso, apostavam na educação da população sobre o valor dos bens tombados para combater a devastação do patrimônio.

Gonçalves (2015) afirma que os intelectuais à frente do SPHAN neste momento, encontravam-se obcecados por uma "identidade nacional" e que o patrimônio histórico e cultural brasileiro era percebido, por eles, a partir de uma condição de possível "perda", cabendo a este órgão, resgatá-lo de um suposto processo de declínio e desaparecimento. Gonçalves (2015) acrescenta que

> [...] Nesses discursos, o patrimônio aparece como um dado individualizado, um objeto que pode ser nitidamente identificado, definido juridicamente e, portanto, preservado, embora sob a perene condição de possível perda de sua forma original ou de sua "autenticidade". Os que assumem esse discurso, situam-se numa determinada concepção de tempo histórico, um tempo progressivo, no qual o futuro é um fim absoluto, percebendo-se o presente ora como uma fonte de destruição do passado (daí o risco da "perda"), ora como um campo de possibilidades para construir o futuro, em especial o futuro nacional. (GONÇALVES, 2015, p. 9).

Este período ficou conhecido como "pedra e cal" e a proteção ao patrimônio se dava, basicamente, pelo tombamento, que significava inventariar os bens descrevendo-os em livros de tombo conforme suas características: belas-artes, histórico, arqueológico e etnográfico, paisagístico. "O rito do tombamento era a forma de sacralizar o passado. " (OLIVEIRA, 2008, p. 123).

Criado nos anos 1970 para substituir o SPHAN, o IPHAN, tinha a competência de autorizar e acompanhar os projetos de tombamento e preservação do patrimônio histórico e arquitetônico. Entre as várias iniciativas deste período, vale destacar a criação do Programa de Cidades Históricas (PCH), em 1973, e o Centro Nacional de

Referência Cultural (CNRC), em 1975. O primeiro dedicou especial atenção ao tombamento e preservação das cidades nordestinas do ciclo da cana-de-açúcar, do couro e do algodão; e o segundo tinha como principal propósito, inventariar e registrar o saber-fazer popular brasileiro, registrar e devolver às comunidades.

A primeira ampliação deste debate ocorreu com a Constituição de 1988, quando ocorre a substituição do conceito de Patrimônio Histórico e Artístico para Patrimônio Cultural Brasileiro. A noção de patrimônio histórico acabou sendo superada pela de patrimônio cultural que, sendo mais abrangente, incorporou outras categorias como o imaterial e, posteriormente, o industrial.

Nesse sentido, os bens de natureza intangível, como as festas, os lugares, a música, a dança, a culinária, as técnicas etc., assim como as edificações, as estações, as fábricas, os armazéns e as construções contemporâneas, identificados como "patrimônio cultural", passaram a ser considerados como bens a serem preservados (OLIVEIRA, 2008). E,

> [...] na medida em que são reconhecidos por um grupo (e, eventualmente, pelo Estado) como algo que lhe é próprio, associado à sua história e, portanto, capaz de definir sua "identidade". Defender, preservar e lutar pelo reconhecimento público desse patrimônio significa lutar pela própria existência e permanência social e cultural do grupo. (GONÇALVES, 2015).

Neste sentido, a pedra e cal sede lugar a imaterialidade, "para a forma de lidar, para o como fazer, como agir" e traz consigo uma série de elementos que estão ligados a transformação da concepção do espaço de experiência humana, assim como a monumentalidade ganha aspectos categóricos ligados a novos campos de exploração reflexiva. (LAMEIRÃO; SILVA, 2008, p. 4).

Se até este momento as discussões sobre patrimônio, no contexto brasileiro, estavam restritas aos intelectuais que atuavam no SPHAN e ao Estado, a partir dos anos 1980 ela se difunde pela sociedade civil, "sendo reinterpretado e utilizado por grupos e associações civis como um instrumento de luta política. A noção de "identidade" desempenha nesses processos um papel crucial. " (GONÇALVES, 2015, p. 4-5, grifo do autor).

Para Gonçalves (2015, p. 10), "os patrimônios podem ser pensados como sistemas de relações sociais e simbólicas capazes de operar uma mediação sensível entre o passado, o presente e o futuro". Esta afirmação encontra respaldo em Hartog (2006), que considera que o que se evidencia são novas perspectivas, que dizem respeito a um acentuado interesse no debate das categorias do passado, do presente

e do futuro, com uma forte representação de demanda social por patrimônio e memória.

Para Lameirão e Silva (2008, p. 3), “a conservação de um suposto passado é uma forma de produzir lembranças e esquecimentos”. O prolongamento da vida do monumento ou sítio possibilita revisitar o passado. Para os autores “brinca-se com o tempo, transforma-se com o invisível, recria-se o passado, reinventa-se a memória e apagam-se os erros”.

O conceito Processo de Patrimonialização, elaborado por Hartog (2006), e, as contribuições de Pereiro (2006), e Davallon (2015), nos permitirem o entendimento da Brasil industrial enquanto ícone cultural da cidade de Paracambi, e, portanto, reconhecer como e por quais instrumentos ocorre o Processo de Patrimonialização de suas instalações.

Pereiro (2006, p. 24), inicia distinguindo a noção de Patrimônio Cultural da noção de Cultura, em que considera o primeiro estável, ao contrário da cultura, que está em constante mutação. Assim Pereiro, passa à definição de Patrimonialização afirmando que: “[...] Da cultura não podemos patrimonializar nem conservar tudo, daí que o patrimônio cultural seja só uma representação da cultura [...]”. De modo que, a compreensão de Patrimonialização para o autor ocorre de três maneiras: a primeira consistiria num “[...] processo de atribuição de novos valores, sentidos, usos e significados [...]” (PEREIRO, 2006, p. 27), em que os grupos sociais designam valores aos seus bens culturais, de acordo com seus interesses e preferências, por conseguinte, tal processo envolve seleção, negociação e conflitos. A segunda forma de encarar a Patrimonialização seria como “[...] um mecanismo de afirmação e legitimação da identidade de um grupo ou de algumas versões da identidade, o que não está isento de lutas, conexões e negociações” (PEREIRO, 2006, p. 27), onde essas lutas podem ser contra outros grupos sociais ou em seu próprio interior. Pereiro finaliza, apontando-a como um meio seguro contra o esquecimento, sendo um processo de acionamento da memória que leva a instigar mais memória.

Davallon (2015, p. 56), analisa que existe uma nova configuração nos agentes de Patrimonialização, e que estes atuam no sentido participar no que nomeou como uma “patrimonialização por reconhecimento”, em que o próprio grupo reconhece que elementos fazem parte de seu patrimônio e são por meio destes atores que devem ocorrer o decurso do processo de patrimonialização.

A patrimonialização por reconhecimento, para Davallon (2015), incide em questões que se relacionam diretamente ao sentimento de pertencimento do grupo, à identidade e à memória deste. Partindo-se da compreensão de que o patrimônio imaterial é composto fundamentalmente das tradições, rituais e performances que compõem o cotidiano dos indivíduos que formam um grupo, torna-se inevitável a correlação entre o patrimônio imaterial e a memória coletiva deste.

Tal operação de produção de significação do patrimônio imaterial pela via da memória culmina num inevitável sentimento de pertencer, que compõe a identidade dos sujeitos que detêm o bem imaterial. O próprio processo de patrimonialização, segundo Davallon (2015), garantiria a produção dessa noção de reconhecer-se no patrimônio, uma vez que a patrimonialização ancora-se em três operações: a transmissão geracional do bem imaterial; um interesse do grupo pelo bem, que justifica o processo de patrimonialização, e está ligado ao sentimento de identificação e de continuidade deste no grupo; através do qual oficializa-se a instituição de um patrimônio.

2.5.1 Patrimônio industrial

Patrimônio industrial deve ser compreendido como um tema amplo que abrange não só os edifícios, as estruturas arquitetônicas e a produção de máquinas, mas, também, todas as transformações ocorridas decorrentes do processo de industrialização. Desta forma, e segundo a Carta de Nyzhny Tagil (2003), deverão ser considerados, igualmente, os meios de transporte e de comunicação, por meio do qual chegavam e escoavam as matérias-primas e produtos, como portos e ferrovias, as moradias, as associações e sindicatos, e as mais variadas alterações na forma de vida da população no período industrial[24] e que trouxeram modificações substanciais na paisagem e no espaço social.

Um marco para o patrimônio industrial foi, em 1973, a realização do Primeiro

[24] Estas são as considerações da Carta de Nyzhny Tagil sobre patrimônio industrial. O texto desta Carta foi aprovado pelos delegados reunidos na Assembleia Geral do TICCIH (Comissão Internacional para a Conservação do Patrimônio Industrial, que é a organização mundial consagrada ao patrimônio industrial), de caráter trienal, que se realizou em Nizhny Tagil (Rússia) em 17 de Julho de 2003, o qual foi posteriormente apresentado ao *International Council of Monuments and Sites* (ICOMOS), para ratificação e eventual aprovação definitiva pela UNESCO. Disponível em: <http://ticcih.org/wp-content/uploads/2013/04/NTagilPortuguese.pdf >. Acesso em: 27 jul. de 2015.

Congresso Internacional para Conservação de Monumentos Industriais, *First International Congress on the Conservation of Industrial Monument* (FICCIM)[25], na região histórica de Ironbridge, no *The Ironbridge Gorge Museum Trust*[26]. Entre os resultados alcançados com o evento, pode-se relacionar a criação, em 1978, na Inglaterra, do Comitê Internacional para a Conservação do Patrimônio industrial, *International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage* (TICCIH)[27]. Uma organização internacional para a arqueologia industrial e o patrimônio industrial, cujo objetivo é estudar, proteger, conservar e explicar os vestígios da industrialização.

Este Comitê exerce, desde o ano 2000, a função de conselheiro especial para o tema junto ao Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS)[28], sendo este um organismo que, com outras entidades, assessora a UNESCO na organização da Lista do Patrimônio Mundial.

No Brasil, segundo Meneguello,

> [...] a "faísca" foi dada pelo historiador Paulo Fontes[29], autor de uma tese sobre a indústria Nitro-Química, e que procurou organizar um grupo composto por acadêmicos e também por cidadãos, que se reuniram por cerca de um ano na Escola de Sociologia e Política em São Paulo. (MENEGUELLO, 2004, p. 127).

A partir da criação deste grupo para discussão da preservação dos vestígios materiais do processo de industrialização no Brasil, algumas ações começaram a surgir, entre elas, a formação, em 2004, do Comitê Brasileiro de Preservação do Patrimônio industrial[30], o TICCIH Brasil, que tem por objetivo pesquisar, investigar, mapear, catalogar, inventariar, divulgar, proteger e conservar os bens materiais e imateriais do patrimônio industrial brasileiro, atuando em consonância com o Comitê internacional.

Essas iniciativas são criadas com vistas a promover o estudo, valorização e preservação da sobrevivência física do passado industrial e tecnológico. Auxiliando, desta maneira, a compreensão do patrimônio industrial como um patrimônio cuja conservação não se realiza para contemplação, como uma obra de arte, mas para

---

[25] FIRST INTERNATIONAL CONGRESS ON THE CONSERVATION OF INDUSTRIAL MONUMENTS (FICCIM). Disponível em: <http://ticcih.org/activities/congresses/#gb>. Acesso em: 13 out. 2015.
[26] Disponível em: <http://www.ironbridge.org.uk/about-us/ironbridge-gorge-museum-trust/> Acesso em: 13 out. 2015.
[27] Disponível em: <http://ticcih.org/>. Acesso em: 13 out. 2015.
[28] Disponível em: <http://www.icomos.org/fr/>. Acesso em: 13 out. 2015.
[29] Paulo Fontes é historiador. Docente e pesquisador do CPDOC/FGV desde 2008.
[30] Disponível em: <http://www.patrimonioindustrial.org.br/>. Acesso em: 13de out. de 2015.

que, por meio dele, se compreenda uma parte da história social e econômica que marcaram uma época.

As preocupações relacionadas aos destinos dos bens culturais e imateriais e aos problemas urbanos no mundo moderno não iniciam com o surgimento dessas instituições. Elas começam a surgir na primeira metade do século XX, quando setores da sociedade começam um movimento que resulta em ações no sentido de preservar e conservar os bens culturais materiais e imateriais das cidades e dos indivíduos.

Dentre estas iniciativas, está a elaboração, pelo Conselho Nacional de Arquitetura Moderna, ocorrido em Atenas no ano de 1933, da Carta de Atenas. Este documento evidencia importantes pontos quanto ao tema da urbanização. Entre eles, a determinação sobre a conciliação dos interesses públicos e particulares quanto aos monumentos históricos. Segundo a Carta de Atenas, “o interesse privado será subordinado ao interesse público”. Nesta perspectiva, não deveria haver transformações de prédios históricos em estabelecimentos comerciais. Contudo, o que ocorre é contrário a esta orientação, pois o que se percebe é que vários edifícios com valor histórico são transformados em *shopping centers* e outros empreendimentos de interesse comercial.

Em 1967, a Carta de Veneza, que foi elaborada no II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos (ICOMOS), realizado na cidade de Veneza, Itália, demonstra claras preocupações com as definições, finalidades e com os princípios de conservação e preservação dos monumentos históricos.

Em 1980, a Carta de Burra, na Itália, segue a linha do documento anterior, contudo, apresenta mais detalhamento quanto às definições, finalidades e princípios. Alguns itens são de importância substancial como:

a) Inciso 2 do Art. 1º - são consideradas as “questões sociais de gerações passadas, presentes e futuras” de um bem cultural;

b) Inciso 9 do Art. 1 - define-se as condições para adaptação destes bens;

c) Art. 7º - enfatiza as condições para estas adaptações, restringindo intervenções e “modificações irreversíveis”;

d) Art. 23º - recomenda que sejam realizados estudos e produção de documentos,

com detalhamento dos aspectos das intervenções, que só poderão ser realizadas como única forma de preservar o item;

e) Art. 23º - que este trabalho deve ser realizado por profissionais que perpetuem os aspectos essenciais do item, como exatidão;

f) Art. 28 – os documentos gerados a partir de qualquer intervenção no item devem ser arquivados em órgão público e com acesso público.

Em 2003, delegados da Comissão Internacional para a Conservação do Património Industrial (TICCIH) aprovaram a Carta de Nyzhny Tagil, na Rússia. Este documento foi elaborado com a finalidade de nortear os setores da sociedade no tratamento adequado dos elementos do patrimônio industrial. Aborda considerações sobre as definições e os valores; a importância da identificação, do inventário e da investigação; ações que devem ser adotadas para proteção legal dos sítios industriais; orientações quanto à manutenção e conservação; a necessidade de políticas de educação (do fundamental ao universitário) e formação profissional sobre o Patrimônio industrial.

Entre as diversas razões que justificam a necessidade de conservação e preservação de sítios industriais estão: o direito à memória, à construção de identidade, à história dos indivíduos e das cidades, à história do trabalho, a preservação de acervos etc.

As práticas de degradação e esquecimento dos locais de trabalho e dos trabalhadores, do recente período industrial brasileiro, constituem uma negação aos valores do patrimônio industrial. Segundo a Carta de Nyzhny Tagil,

> O patrimônio industrial representa o testemunho de atividades que tiveram e que ainda têm profundas consequências históricas. As razões que justificam a proteção do patrimônio industrial decorrem essencialmente do valor universal daquela característica, e não da singularidade de quaisquer sítios excepcionais. (CARTA DE NYZHNY TAGIL, 2003, p. 4).

Logo, percebe-se que, desde o ano de 2003, algumas iniciativas visando à conservação e à preservação do patrimônio industrial, com o intuito de identificar, registrar, preservar e conservar os sítios, estão na pauta de discussão.

Para Pimenta (2012, p. 127), o patrimônio industrial trata de mudanças sociais que não se limitam somente aos espaços de trabalho. Para o autor, este patrimônio, além dos locais referentes aos sítios fabris, que são “as vilas operárias, os muros,

açudes, capelas, igrejas, clubes, galpões, ferrovias e todas as estruturas que marcaram a forma de vida daquele período na cidade” deve incluir a memória dos trabalhadores, as tradições, os hábitos, o maquinário, os objetos.

A conservação, restauração e preservação destes sítios são objeto de estudo do patrimônio industrial. Muitos têm sido os esforços para resgatar e preservar a memória desta recente forma de vida. São historiadores, arquitetos, sociólogos, antropólogos, engenheiros, restauradores empenhados em desenvolver a disciplina do patrimônio industrial no Brasil e no mundo. O trabalho multidisciplinar destes profissionais tem produzindo teses e dissertações, vídeos, artigos, livros, documentários, muitos utilizando a prática da história oral, a análise de documentos, e exposições fotográficas revelando várias formas de trabalho e ofícios que praticamente não existem mais.

3 O TOMBAMENTO E A RECONVERSÃO DA BRASIL INDUSTRIAL

Com a finalidade de entender as questões e etapas que permearam o processo de reconversão das instalações da fábrica de tecidos em fábrica do conhecimento, foram analisados os documentos do processo de tombamento pelo INEPAC[31]. Para analisar e descrever o processo de reconversão utilizou-se artigos de jornais da época, *blogs*, sítios e documentos do acervo do Arquivo da Cidade, que pudessem evidenciá-lo.

Em 6 de junho de 2002, após seis anos do fechamento dos portões e de algumas tentativas de reutilização das instalações da fábrica de tecidos, foi inaugurada a primeira unidade do polo educacional. Os ex-operários e moradores de Paracambi estavam, finalmente, diante de uma possibilidade real de retorno ao local que fez parte de sua história e, também, da cidade. E conforme era prometido pelos poderes públicos, aquele local seria transformado em um ambiente de cultura, educação e lazer Neste sentido, as expectativas eram grandes e há muito aguardadas por aquela população.(MELLO, 2016).

De acordo com Maria Marinho, diretora de uma das primeiras unidades culturais instaladas, a Escola de Música Vila Lobos, polo Paracambi, eram oferecidos, gratuitamente, cursos de canto e de vários instrumentos musicais para todos os alunos da rede pública municipal de ensino e pessoas com mais de 65 anos. Dos demais, era recolhida uma taxa simbólica. A idade mínima para matrícula era de 8 anos e não havia limite de idade para a inscrição nos cursos. Segundo a diretora, pela natureza dos cursos e a abrangência do público atingido, a procura foi muito grande (MARINHO, 2006).

Nos dias em que ocorriam as matrículas, os ex-operários e moradores ao acompanharem seus filhos e netos, ou para se matricularem, tinham a possibilidade de retornar ao local que provocava tantas lembranças. A ex-diretora se surpreende com muitos relatos emocionados e declarações como:

> [...] nossa, mas eu estou adorando estar aqui, porque eu trabalhei aqui, já trabalhei aqui! [...] puxa vida, isso aqui era cheio de teares, era cheio de máquinas, era aquele trabalho, aquele barulho, aquilo tudo, e hoje a gente

[31] O setor de documentação do INEPAC, gentilmente, cedeu para esta pesquisa uma cópia do processo de tombamento da fábrica Brasil Industrial.

passa e tá essa tranquilidade. (MARINHO, 2006).

O entusiasmo dos ex-operários ao retornar ao seu antigo local de trabalho e a constatação das mudanças ocorridas no ambiente tornam evidentes a importância que aquele lugar já teve, e, também, as expectativas geradas em torno do novo empreendimento. A população local começava a perceber e participar do que viria a ser a tão anunciada “Fábrica do Conhecimento” pelo poder público. Para os moradores, ex-operários, e até mesmo alguns membros da administração municipal, era uma “proposta audaciosa” (MELLO, 2016). O poder público municipal estava empenhado em substituir os galpões repletos de teares, máquinas barulhentas, fios, tecidos, operários por espaços de aprendizagem, de troca e produção de conhecimento.

As antigas instalações, agora, se destinavam a outro fim, com outros equipamentos, outros atores, outros interesses e outra paisagem. O inevitável e ensurdecedor barulho dos teares seria substituído pelo silêncio necessário à prática das novas atividades. As altas temperaturas ambientais, sempre presentes nos relatos dos ex-operários, substituídas por salas refrigeradas. Em suas dependências não haveria mais o ritmo frenético de processos de linhas de produção de tecido, substituído por atividades que resultariam em aprendizagem e troca de conhecimento.

As instituições educacionais e culturais implantadas na fábrica trariam novas categorias de trabalhadores: professores, instrutores, técnicos administrativos, artistas, produtores culturais etc. Nos pátios e galpões, assim como, nos arredores da fábrica, crianças, jovens e adultos portando livros, cadernos, *notebooks*, instrumentos musicais, sapatilhas substituem os antigos operários. Dirigem-se àquele local em busca de entretenimento e do mundo do conhecimento.

As mudanças são percebidas, também, no comércio no entorno da Fábrica de Conhecimentos. Antigos açougues, quitandas, mercadinhos, oficinas de bicicletas, lojas de material de construção são substituídos por novos empreendimentos, tais como lanchonetes, padarias, sorveterias, lojas de informática etc. Os investimentos dos comerciários da região precisam se adequar aos novos consumidores, provindos das escolas da fábrica.

3.1 O processo de tombamento e o de reconversão

Nesta seção, procura-se apresentar a trajetória do processo de tombamento e de reconversão da Brasil Industrial, à luz da documentação disponível no INEPAC e no arquivo municipal de Paracambi, legislação e entrevistas com os atores que vivenciaram o tombamento e a reconversão, conduzidas por Ciavatta em 2007.

Em 12 de março de 1984, o Prefeito de Paracambi, Délio Leal, encaminha ofício nº. 058/84 ao INEPAC, solicitando o tombamento das instalações da Brasil Industrial. A administração municipal, ao solicitar o processo de tombamento do sítio fabril, demonstra, oficialmente, as primeiras preocupações com a preservação e a conservação do símbolo mais representativo da identidade daquela cidade. De acordo com Rabello (2009),

> O tombamento é o instrumento jurídico criado em 1937 pelo Decreto-lei nº 25 como uma forma de proteção do patrimônio cultural brasileiro. O conceito de patrimônio cultural se viu significativamente ampliado na Constituição de 1988, a qual recepcionou o tombamento como uma espécie de forma de proteção dentre as várias do gênero preservação. Também foi por força da Constituição de 1988 que o Decreto-lei nº 25 tornou-se norma geral nacional sobre tombamento, a ser aplicada pelos três entes federativos. O principal efeito da imposição do tombamento é conservar os bens materiais, coisas móveis ou imóveis que são reconhecidas como portadoras de valores culturais. Com a imposição do tombamento, são criadas obrigações para os proprietários de bens tombados, para o poder público, como para a sociedade em geral, de manter e conservar o bem cultural. (RABELLO, 2009, p.12).

No Estado do Rio de Janeiro, este assunto começa a ser tratado oficialmente no Decreto-Lei nº 2, de 11 de abril de 1969, que define os Bens Integrantes do Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico do Estado da Guanabara e institui medidas para a sua proteção. Neste decreto, é atribuído ao secretário de estado de Educação e Cultura, a competência para “determinar a efetivação do tombamento, cabendo de sua decisão recurso para o governador do estado, sem efeito suspensivo”. (BRASIL, 1969).

Este assunto retorna à pauta do governo estadual com o Decreto nº 5.808, de 13 de julho de 1982, que regulamenta a Lei nº 509, de 3 de dezembro de 1981, criando o Conselho Estadual de Tombamento (CET). Este Conselho estava vinculado à Secretaria de Estado de Educação e Cultura. No momento do pedido de tombamento da Brasil Industrial, este era o órgão consultivo e de assessoramento do governo estadual, no tratamento das questões relacionadas a “documentos, obras, locais de

valor histórico, artístico e arqueológico”.(BRASIL, 1982).

O oficio de 12 de março de 1984, expedido pelo prefeito de Paracambi como argumento para justificar a preservação da fábrica, destaca seu valor histórico, longevidade e os fortes laços afetivos de quase totalidade da população, “[...] a fábrica com todas as estórias e histórias está intensamente presente na memória de todos os paracambienses”. Outro fator que vale destaque no documento para justificar a preservação é a importância da Brasil Industrial que “ultrapassa os limites do município; é, sem dúvida, em massa nossa opinião, um bem, cuja história está intimamente ligada ao processo de industrialização de nosso estado”. (OFÍCIO nº. 058/84)

A resposta ao pedido de tombamento se deu em 29 de março do mesmo ano, pelo oficio nº 47/INEPAC/84. O documento expedido pelo diretor-geral do Departamento de Cultura, Leonel Kaz, avalia a justificativa da solicitação como “tocante e irrecusável”. Acrescenta outros argumentos favoráveis à aprovação dos anseios da população de Paracambi, enaltecendo características exuberantes das instalações do prédio e seu valor histórico, segundo o OFICIO n. 47, 1984 as edificações da Brasil Industrial com seus padrões ingleses foi incendiada em 1873, foi reconstruída com tijolos aparentes fabricados no local, atirantados à estrutura metálica, de forma a manter-se na exatidão severa que lhe confirma a feição inglesa. Nunca parou de funcionar, e hoje é mais do que um monumento local, é um dos mais bonitos testemunhos da primeira industrialização do Brasil e do surgimento da nossa classe operária.

O Decreto nº 5.808, de 13 de julho de 1982, que regulamenta a Lei nº 509, de 3 de dezembro de 1981, reorganiza o CET e determina a abertura do processo de tombamento. O início do processo já assegura a preservação do bem até proclamada a decisão final da autoridade, ficando sustado, desde logo, qualquer projeto ou obra que importe em sua modificação ou destruição, nos termos do que dispõem os artigos número 2 e 5, da referida lei.

Desta forma, a lei equipara o tombamento provisório ao definitivo, para quase todos os efeitos. Entretanto, os parágrafos 1 e 2 do artigo 5 deixam claro que há a necessidade do pedido e aprovação do tombamento definitivo pelo CET, pois, caso o secretário de estado de Educação e Cultura denegue o pedido, com a autorização prévia do governador do Estado, o tombamento provisório tornar-se sem efeito.

De acordo com o processo de tombamento do conjunto fabril, os últimos

documentos expedidos pelo CET recomendam o tombamento definitivo e a delimitação da área de ambiência. O parágrafo 4 do Artigo 5 determina o prazo de trinta dias para que o INEPAC promova a averbação no Registro de Imóveis, de todos os atos de conservação estética ou histórica do imóvel, bem como daqueles que, situados na sua proximidade, mas isto só se aplica aos bens tombados definitivamente.

Contudo, a Lei 509 também prevê a possibilidade de destombamento, nos Artigos 6 e 7. Assim, um pronunciamento do CET e um ato do governador do estado poderão tornar sem efeito o ato de tombamento, não importando ser provisório ou definitivo. Ainda de acordo com a lei, um bem pode ser destombado sob as seguintes hipóteses:

a) Art. 6, Inciso I – quando se provar que resultou de erro de fato quanto à sua causa determinante;

b) Art. 6, Inciso II – por exigência indeclinável do desenvolvimento econômico social do estado;

c) Art. 7º - o procedimento para o destombamento poderá ser iniciado por qualquer pessoa física ou jurídica interessada, em proposição fundamentada, dirigida ao secretário de estado de Educação e Cultura, que ouvirá o Conselho Estadual de Tombamento, cujo parecer será levado ao Governador do Estado para decisão.

Em 1983, o INEPAC, em convênio com Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana (FUNDEREM), realizou um Inventário de Bens Culturais de Paracambi. As fichas cadastrais, resultado desta ação, foram anexadas ao pedido de tombamento. Nestas fichas constam informações sobre a localização, histórico, características e estado das edificações, e fotografias ilustrando o inventário.

Em 9 de abril de 1984, Ítalo Campofiorito, então diretor geral do INEPAC, encaminhou ao secretário estadual de Ciência e Cultura o processo solicitando o tombamento provisório do edifício central, usina de força, edificações complementares, casa do diretor e Capela de Nossa Senhora da Conceição.

O processo de tombamento provisório, proposto como forma de preservar as instalações que contam a história da cidade e de seus habitantes, após seguir os

trâmites burocráticos que incluíam o parecer do então secretário, Darcy Ribeiro, e do governador Leonel Brizola, é definido e publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, em 16 de dezembro de 1985.

Posteriormente, em julho de 1988, o conselheiro Carlos Porto, após análise do processo de tombamento provisório e visita de avaliação, encaminha ao CET um parecer favorável ao tombamento definitivo do complexo fabril. O documento acrescenta argumentos favoráveis à preservação do bosque, que se encontra no entorno dos edifícios , e determina também que os cortes das árvores de porte recebam cuidados especiais. Sugere que a área de proteção a este tombamento se estenda às residências da Av. dos operários, aos prédios localizados na pequena Praça fronteira e as pequenas edificações ao longo do caminho da Cascata. Que estas construções devem manter, sempre que possível, as alturas, disposições de fachada e o volume existente.

O conselheiro indica que estas recomendações sejam detalhadas pelo INEPAC em conjunto com os técnicos de Paracambi. As sugestões foram aprovadas por unanimidade em sessão plenária, nº 248, em 2 de fevereiro de 1988, e encaminhada ao INEPAC para delimitação da área de ambiência. A resposta ao parecer do Conselheiro foi expedida em 1990, sendo esta a última ação deste processo.

No inicio desta pesquisa, numa das visitas ao Inepac, em uma conversa com as arquitetas Denise Mendes e Dinah Lerner[32], respectivamente, atual e ex-diretora do Departamento de Patrimônio Cultural e Natural, setor responsável pelos bens tombados no estado, ambas atribuem a não aplicação das medidas aprovadas na assembleia de Conselheiros aos seguintes fatores: o aumento da demanda de processos de tombamento no período; a falta de técnicos no Instituto e a dificuldade de comunicação; e o relacionamento com a administração municipal de Paracambi.

Os secretários de Planejamento, de Meio Ambiente, de Turismo e Cultura de Paracambi, em entrevista declararam total desconhecimento do conteúdo dos documentos que constam do processo. Embora os secretários tenham conhecimento da existência do processo de tombamento, desconhecem a esfera em que se encontram – estadual, INEPAC, ou federal, IPHAN. Desconhecem, também, a abrangência dos bens tombados, assim como o tipo de tombamento, se provisório ou

[32] Não foi realizada entrevistas com as arquitetas citadas, apenas uma conversa informal em out. de 2016 na sede do INEPAC.

definitivo. Tampouco conhecem as últimas deliberações expostas no processo, consideradas, pelo parecer técnico, de “suma importância”. A ampliação dos bens tombados, com a finalidade de preservar a área de ambientação do sítio, e o tombamento definitivo colaboram para a preservação e conservação do sitio da fábrica.

O interesse em estudar esse processo de reconversão foi despertado pelas diferenças entre este e outros dois casos de reconversões em edifícios semelhantes, as fábricas de tecidos Bangu e a Nova América. Tais casos também ocorreram na mesma década e foram reconvertidas em *shopping centers*.

A reconversão do prédio industrial em escolas, na cidade de Paracambi, teve início com a regulamentação em 19 de fevereiro de 2002, quando anexo ao Oficio nº 046/2002-GP, o prefeito de Paracambi, recém-eleito, André Luiz Ceciliano, encaminhou ao presidente da Câmara dos Vereadores, Adilson Paulo Soares, o projeto de lei que “dispõe sobre autorização para aquisição de imóvel de particulares com a finalidade de instalação de Centro Tecnológico Universitário de Paracambi” (Oficio nº 046/2002-GP).

Em sessão e votação únicas, dois dias após, em 21 de fevereiro de 2002, o projeto seria aprovado e a Câmara de Vereadores promulgaria a Lei Municipal Ordinária n° 646. A finalidade da Lei foi autorizar o prefeito a adquirir o imóvel de propriedade da Cia Fábrica de Tecidos São Pedro de Alcântara, sucessora da Cia Brasil Industrial. Os valores de compra descritos na Lei, assim como, a área adquirida pela prefeitura, constam do Artigo 1. Já o Artigo 3 determina que o imóvel será destinado à instalação do Centro Tecnológico e Universitário de Paracambi.

> Artigo 1º - Fica o prefeito de Paracambi autorizado a adquirir o imóvel descrito no Anexo desta lei, de propriedade da Cia Fábrica de tecidos São Pedro de Alcântara, sucessora da Fábrica de Tecidos Brasil Industrial, pelo preço total de 6.576.242,10 (seis milhões, quinhentos e setenta e seis mil, duzentos e quarenta e dois reais e dez centavos); sendo 5.400,00 (cinco milhões e quatrocentos mil reais) divididos em 180 (cento e oitenta) prestações, mensais e consecutivas, de 30.000 (trinta mil reais) ou importância correspondente, e o restante em forma de concessão de isenção do Imposto Predial territorial Urbano-IPTU, dos demais imóveis de propriedade da empresa vendedora, pelo prazo improrrogável de 15 anos. (PARACAMBI, 2002).

O então sindicalista Geraldo Muniz, relata aspectos das negociações, da intermediação com os antigos donos dos prédios e das primeiras intenções da administração pública municipal para o local. Segundo Muniz, a empresa só permitia

a entrada na fábrica de pessoas conhecidas. Como ele era dirigente sindical[33], muito conhecido na cidade e interessado no futuro das instalações da Fábrica Brasil, mediava encontros entre o prefeito, a fábrica e os investidores interessados em instalar-se no local.

Menciona o interesse da fábrica de refrigerantes Coca-Cola, que desistiu por preferir investir em outro município da região, Queimados. Faz referência ao interesse de um grupo de empresários que investia em parques temáticos. No entanto, como o aceso às instalações é pelas ruas estreitas da vila operária, o projeto mostrou-se inviável. Conforme relato de Muniz, a proposta de compra parcial das instalações, mediante negociação, foi a vencedora.

> E aí ele botou na cabeça que ia comprar a fábrica para o município porque eles têm muitos hectares de terra. Algumas não pagam impostos por serem matas e outras pagam. E assim ele negociou 15 anos de impostos, em contrapartida, eles venderam para o município por 6 milhões mais cotas de 38 mil por mês. E aí teve uma denúncia anônima pedindo para fazer uma avaliação do prédio e o Ministério Público fez. O prédio foi avaliado em 9 milhões e a prefeitura comprou por 6. Tem essa outra proposta; o campo municipal, os postos de saúde, o cemitério, eram da empresa, foram trocados por impostos para o município. Hoje, são áreas do município. (MUNIZ, 2005).

As outras possibilidades de novos usos para o prédio que foram cogitadas pelo prefeito e empresários e as preocupações com o destino das instalações, estão presentes em outros relatos, como dos sindicalistas Joice Falcão e Luís Soares

> [...] falaram em fazer um parque temático. Aí que a gente fez uns cursos de capacitação pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), porque tinha essa possibilidade de fazer um parque temático. O próprio dono já estava trabalhando pra isso. E aí mobilizou toda a cidade em torno disso, foi aquele "boom". Só que depois, eles desistiram. [...]. Tinha uma questão de financiamento do BNDES, eles estavam precisando desse financiamento prá fazer o parque temático. [...] aí pararam, e os moradores já ficaram preocupados. [...]. Falaram também que aquilo ia ser uma faculdade. Isso foi já na época do André (prefeito), foi quando ele ganhou a eleição, ele disse isso. As pessoas não ficaram satisfeitas com a compra do prédio, porque ele criou uma dívida para quem viesse depois. (FALCÃO; SOARES, 2005)

O jornal O Globo, em 27 de março de 2002, noticia que o CETEP já estava pronto para ser entregue à população da cidade. No entanto, em visita ao local, o governador Anthony Garotinho encontrou uma obra que havia "começado há apenas três dias, mas garantiu aos presentes que as aulas começariam no mês seguinte". A

[33] A fábrica de tecidos Maria Cândida, localizada no bairro da Cascata, funcionou até 2009, sendo esta a última empresa da base sindical dos têxteis de Paracambi. Após o fechamento desta indústria, o sindicato deixou de existir.

universidade foi anunciada como um empreendimento que começaria a transformação de uma fábrica fechada em salas de aula. (O GLOBO, 2002).

De acordo com o exposto acima, tanto o prefeito da cidade como o governador demonstravam urgência em transformar os galpões vazios da antiga fábrica em um polo educacional. Para o ex-operário Francisco Maia, a aquisição do prefeito recém-empossado era de interesse genuinamente político. A compra das instalações e a posterior transformação em unidades educacionais representavam, para os moradores, o fim das preocupações com a situação de abandono, que já persistia desde seu fechamento, em 1996. A solução apresentada era "[...] melhor que deixar o tempo consumir [...] logo a seguir vieram os projetos". (MAIA, 2006).

Com a "magnitude" do que estava previsto no projeto, estando as instalações ociosas por seis anos, a atual diretora do CETEP, Sandra Mello[34], e o atual diretor do CEDERJ, Robson Marques Souza [35], que acompanharam as instalações das instituições desde o início, consideravam as expectativas dos políticos como um "delírio". A professora Mello relata que, na posse do cargo, já se iniciaram as negociações em torno da implantação do projeto e todos que o conheciam "consideravam como uma missão impossível". (MELLO, 2016; SOUZA, 2016).

[34] Sandra Mello nasceu e sempre morou em Paracambi. Foi secretária de Educação na época da instalação das unidades, 2002. Atualmente, é diretora do CETEP, em substituição à Marise Silva, que foi a responsável pela estruturação da escola de informática e de línguas estrangeiras.
[35] Robson Souza nasceu e é morador de Paracambi. Exerceu cargo de administrativo no CEDERJ, desde que ele ainda funcionava no CIEP.

4 A FÁBRICA DO CONHECIMENTO

As instalações da fábrica estiveram ociosas entre 1996 e 2001 e as incertezas quanto ao seu futuro, conforme exposto, estavam entre as principais preocupações dos moradores da cidade. O início dos anos 2000 pode ser considerado um novo marco na história das instalações da antiga fábrica e dos moradores de Paracambi. A prefeitura, ao comprar parte das instalações do sítio fabril tombado, conquistava os espaços possíveis para a efetivação da parceria com os governos estadual e federal. Verificou-se, com a pesquisa, que a transformação do local em polo educacional foi considerada desafiadora por moradores e ex-operários.

As unidades educacionais foram se instalando aos poucos, contando sempre com o empenho dos gestores e funcionários, que, com raras exceções, não eram moradores e descendentes de ex-operários da fábrica.

No início de 2002, logo após a compra dos prédios, inicia-se a instalação da primeira unidade da parceria com o governo estadua, a instituição de ensino á distância. Ainda no primeiro semestre deste ano são instaladas as outras duas estaduas, a de ensino profissionalizante e de ensino tecnológico. A instituição federal fora instalada no inicio de 2007.Totalizando quatro instituições de ensino médio e superior, três estaduais e uma federal. Em 2002, começam também a funcionar as instituições culturais[36] e uma incubadora de empresas. Além disso, as instalações da fábrica passam a sediar algumas secretarias do governo municipal. A decisão política da prefeitura de comprar o prédio e, principalmente a determinação de profissionais e moradores em dar um novo uso para as históricas edificações da cidade e abrir novas possibilidades para os moradores da cidade e dos arredores, transformaram a fábrica de tecidos que chamam de “Fábrica do Conhecimento”.

Após mais de um século de produção de tecidos de algodão, o prédio principal e os galpões da Brasil Industrial, a partir das mudanças ocorridas, retornava ao cotidiano dos moradores da cidade. Com as unidades educacionais e culturais e ofertando atividades gratuitas as instalações fabris voltavam a ser um espaço de convivência e referência da cidade. De acordo com as estimativas dos secretários da

[36] A brinquedoteca, o Espaço da Ciência, o Cineclube CEDERJ, a Escola de Musica Villa-Lobos, a Cia de Teatro e o Balé Municiapal Canto do Curió, totalizando sete instituições culturais.

administração municipal e dos gestores das instituições de ensino e culturais, em 2016 circulavam milhares de pessoas matriculados nos cursos e nas atividades culturais oferecidas.

A circulação de pessoas no entorno das instalações recomeçava, mas agora com um aspecto diferente do anterior. Para os moradores não haveria outra forma deles terem acesso às oportunidades que estavam sendo oferecidas no lugar.

Figura 9: Entrada para as unidades educacionais.

Fonte: Acervo pessoal.

Atualmente, como no período da fábrica de tecidos, muitas pessoas circulam nas dependências dos prédios e nos arredores. E este fato pode-se constatar no pequeno comércio que se forma no entorno da fábrica. É comum ouvir comentários de moradores da antiga vila operária que observam que o comércio que foi embora quando a fábrica fechou, já voltara. Agora, a busca é por uma oportunidade em um dos cursos e oficinas oferecidas ou nos empregos gerados, dos quais uma parcela dos moradores já se beneficia.

Para os novos atores que atuam no processo de transformação do complexo fabril em polo educacional, este fato envolve um conjunto de significados que podem ser observados até no nome que escolheram para fazer referência ao local. Marinho

(2006), gestora de uma das instituições do início de implantação do projeto, afirma que os atores das instituições de ensino e culturais se identificam como produtores de conhecimento e de possibilidades, e se orgulham disso.

> Nós agora apelidamos a fábrica, e fazemos questão de espalhar o máximo para todo mundo, de “Fábrica do Conhecimento” – antiga Fábrica Brasil Industrial, atual Fábrica do Conhecimento – porque aqui a gente produz conhecimento, seja de música, seja lá em informática, em idiomas, no IST no caso do curso de Gestão Ambiental, de Ciência da computação, lá no prédio de trás onde funciona o CEDERJ, que é formação a distância de tudo, e a gente vai fazendo aí. (MARINHO, 2006).

Figura 10: Entrada para o espaço dos projetos sociais.

Fonte: Acervo pessoal.

Assim, a fábrica do conhecimento nasce da reunião de universidades, cursos técnicos, projetos culturais e empresariais. As instituições de ensino, culturais e empresariais que compõem o polo educacional, são vinculadas ao poder público federal, estadual e municipal e as empresas são privadas, porém, para se instalarem no local passam pela aprovação da prefeitura.

- **Fundação CECIERJ**

A fundação Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado (CECIERJ) é um órgão vinculado à Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia/SECT, que desenvolve projetos nas áreas de Graduação a Distância através do CEDERJ; Extensão, Formação Continuada de Professores, e Divulgação

Cientifica. A atuação da fundação na cidade de Paracambi consiste na implantação de um polo do CEDERJ e de dois espaços de divulgação científica, um planetário (inativo por falta de manutenção e suporte técnico), Espaço da ciência[37], e um Cineclube.

Figura 11: O planetário desativado

Fonte: Acervo pessoal.

- **Centro de Educação à Distância do Estado do Rio de Janeiro (CEDERJ)[38]**

O Consórcio CEDERJ foi criado em 2000 com o objetivo de levar educação superior gratuita a todo o Estado do Rio de Janeiro. É formado por oito instituições públicas de ensino superior. Em 2016, contava com 32 polos implantados. O Polo CEDERJ - Paracambi oferece os cursos de graduação em: Administração Pública - Universidade Federal Fluminense (UFF), Ciências Biológicas - Universidade do

Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Física - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UFRJ), Letras (UFF), Matemática (UFF), Pedagogia (UERJ) e Química - Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF).

[37] CECIERJ, 2016 Disponível em: <http://cederj.edu.br/divulgacao/cineclube-cederj/>. Acesso em: 20 de nov. de 2016.
[38] CECIERJ, 2017. Disponível em: <http://cederj.edu.br/cederj/cursos-x-polos/>. Acesso em: 3 jan. 2017.

Na direção do polo de Paracambi, desde 2010, o diretor Robson Souza, que tem a responsabilidade de fazer com que as atividades aconteçam, esclarece que, por se tratar de um convênio entre a prefeitura de Paracambi, o governo do estado e as instituições federais, cabe à Prefeitura disponibilizar o espaço físico e os funcionários da gestão administrativa direta.

Segundo Souza (2016), o polo CEDERJ - Paracambi começou suas atividades no ano de 2001, inicialmente as aulas eram numa das escolas da rede publica da cidade. Em 2002 foi transferido para as instalações da antiga fábrica de tecidos. E são matriculados, em média, 300 alunos por semestre, dos quais 20% são da cidade de Paracambi e o restante de municípios vizinhos, como Seropédica, Itaguaí, Japeri, Queimados, Nova Iguaçu. Isto pode ser constatado nos dias de avaliações, que são sempre nos finais de semana e o estacionamento fica lotado de carros com placas destes municípios e é também grande o número de alunos que descem do trem que vem da estação Central do Brasil.

Como todos os outros, funciona como uma referência física para que os alunos possam realizar atividades presenciais obrigatórias, como aulas no laboratório, avaliações e tutoria e uma biblioteca. Totalizando, em 2016, dois mil alunos, de acordo com sua direção, o polo CEDERJ-Paracambi é o que possui o maior número de alunos ativos.

Figura 12: Alunos do CEDERJ.

Fonte: Acervo pessoal.

De acordo com Souza (2016), o perfil do público-alvo é bastante diversificado. Ele avalia que houve uma mudança no perfil dos alunos, pois, no início e durante algum tempo, predominavam pessoas com mais idade, que estavam fazendo sua segunda graduação ou que não tiveram tempo de concluir a primeira. Em 2016, muitos dos alunos já são pessoas jovens, entre 22 e 24 anos, o que, para o diretor, pode significar que o curso a distância está se tornando uma primeira opção para quem deseja estudar. Para ele, isso não ocorria há alguns anos devido “aos mitos e preconceitos que cercam o ensino a distância, como, por exemplo a falta de qualidade no ensino”. (SOUZA, 2016).

As percepções e impressões dos alunos quanto à qualidade dos cursos e das instalações podem ser constatadas numa avaliação institucional anual, que segundo o diretor “em geral são positivas em relação às atividades oferecidas e também ao ambiente, que é bom e transmite paz” (SOUZA, 2016). Embora tenha problemas de infraestrutura, como falta de água, os alunos apontam que o prédio em que foi instalada a instituição é um diferencial e possibilita “conforto e aconchego para as atividades acadêmicas e de interação”. (SOUZA, 2016).

O aluno do Curso de Letras, Rafael Kalleb é morador do bairro de Realengo, que segundo ele é bastante “tumultuado”, está na instituição cursando a sua segunda graduação.(KALLEB,2016). Para o aluno, o longo trajeto que percorre de trem de sua casa até o polo CEDERJ- Paracambi para as tutorias presenciais ou para as avaliações nos finais de semana, são compensados pela relaxante caminhada nos quinhentos metros na vila dos operários e depois mais quinhentos no bonito bosque que antecede as instalações da “Fábrica do Conhecimento” Brasil. Ao final da caminhada de trinta minutos, “avistar o exuberante edifício” desde o primeiro dia causa boas emoções no estudante. (KALLEB,2016).

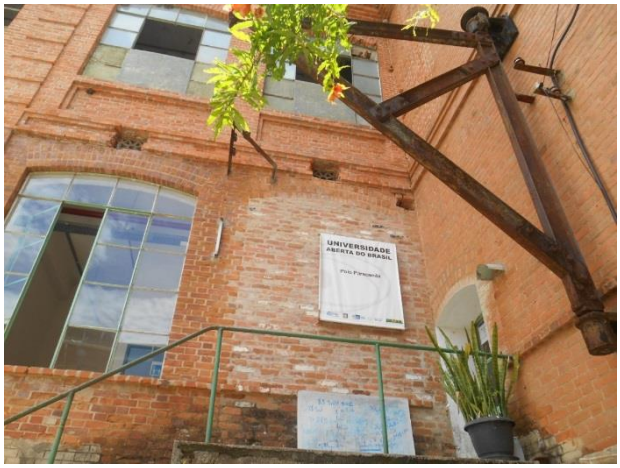
O diretor e o aluno compartilham do mesmo desconhecimento quanto ao processo de tombamento provisório, desde 1984, do sítio pelo INEPAC. E só tomaram conhecimento ou despertaram interesse a partir desta entrevista. Consideram importantes as tramitações da patrimonialização do prédio, pois assim acreditam que será garantida em lei sua preservação histórica.

Outra questão abordada foram as ausências de ações pedagógicas no sentido de esclarecer e conscientizar sobre a preservação do espaço. Ponderam que na “Fábrica do conhecimento” deveria haver um espaço destinado a tratar destas questões, e que

esta deveria ser uma iniciativa da prefeitura juntamente com o órgão responsável pela patrimonialização.

Todo início de semestre, ressalta o diretor, há uma aula inaugural, na qual os alunos são apresentados ao polo e aos cursos na palestra a “Fábrica do Conhecimento”, utilizada como símbolo para que os alunos compreendam a importância histórica daquele espaço. Como não há, oficialmente, nenhum setor onde possa se obter dados sobre o prédio, algumas informações sobre o histórico são obtidas com um ex-operário da fábrica de tecidos, que agora é um dos colaboradores cedidos pela prefeitura ao CEDERJ.

Figura 13: Fachada do CEDERJ-Paracambi



Fonte: Acervo pessoal.

De acordo com o diretor, uma das preocupações dos alunos, que constantemente são citadas nas avaliações, dizem respeito à preservação e conservação do espaço, e a falta de informações sobre a história daquele lugar. Como em outros polos da rede, os alunos do CEDERJ - Paracambi, além dos fóruns institucionais, usam as redes sociais para a comunicação e interação. São comuns perfis na rede social *Facebook*, assim como *blogs* e outras ferramentas de convivência no ambiente digital.

A figura 13 mostra a fachada da instituição, onde pode ser observado infiltrações e a substituição de vidros por papelão em várias janelas, o que configura um dos muitos problemas de manutenção que o edifício enfrenta, e, na figura 14, uma turma do Curso de Pedagogia CEDERJ - UERJ, usando a área externa do campus numa aula de práticas pedagógicas podendo-se observar ao fundo os mesmos aspectos da figura anterior.

Figura 14: Alunos do curso de Pedagogia (UERJ) em atividade interativa em uma das áreas externas da Fábrica do Conhecimento

Fonte: Facebook CEDERJ

- **O Espaço da Ciência de Paracambi**

O Espaço da Ciência/Paracambi é um projeto integrante do programa da CECIERJ/Espaço da Ciência, que tem como objetivo a implantação de centros de ciências e planetários nos municípios do Estado do Rio de Janeiro. Esta ação de interiorização de polos de ciências tem a finalidade de promover a difusão e popularização da ciência e tecnologia para o público em geral, e é especialmente voltada aos estudantes e professores da rede escolar regional.

O projeto foi constituído com a finalidade de oferecer à comunidade - crianças, pais e educadores - a possibilidade de uma prática experimental em um ambiente de entretenimento e lazer. Com este intuito, o Espaço da Ciência buscar contribuir para a melhoria do ensino de ciências e servir de apoio aos professores, disponibilizando locais apropriados para suas atividades didáticas. Conta também com exposições

permanentes com equipamentos interativos. (PARACAMBI, 2016).

Figura 15: Alunos da rede municipal de ensino de Paracambi em sessão de filmes do Cineclube CEDERJ, no Espaço da Ciência-Paracambi.

Fonte: Facebook Cineclube CEDERJ-Paracambi.

De acordo com Eridam Gouvêa, o primeiro e único monitor do projeto até o momento desta entrevista, o Espaço da Ciência de Paracambi foi fundado há quinze anos, “exatamente em junho de 2002” e desenvolve, amplamente, as atividades propostas no projeto, como a exibição dos filmes do Cine Clube CEDERJ, gestão dos Planetários, e visitações das exposições permanentes. Contudo, devido a problemas na infraestrutura, o Planetário de Paracambi foi fechado. (GOUVÊA, 2017)

O vínculo do monitor é com a Fundação e ele conta que foi convidado por Francisco Potiguara, o então presidente da CECIERJ. O convite para trabalhar na unidade foi devido ao seu interesse por cultura, contato com esporte e carnaval, e por demonstrar facilidade e gosto em trabalhar com pessoas. Como para exercer as funções de monitor tanto no antigo Planetário quanto no Espaço da Ciência era necessário um conhecimento específico, a capacitação de quatro meses foi subsidiada pela CECIERJ, por meio de cursos no Planetário da Gávea, no Observatório Nacional, e no Museu de Astronomia.

Figura 16: Exposição permanente do Espaço da Ciência- Paracambi

Fonte: Acervo pessoal.

O público alvo do espaço são alunos de todas as idades, de escolas de Paracambi e demais municípios do Estado do Rio de Janeiro, que são levados por seus professores. Segundo Gouvêa, este público é atingido, uma vez que a maior parte das escolas de Paracambi, Baixada Fluminense, e do Sul Fluminense já visitou o local.

As atividades oferecidas às escolas visitantes do Espaço da Ciência são avaliadas pelos próprios professores, por meio de uma ficha a ser preenchida no final da experiência. O monitor acredita que se não fosse pela Fábrica do Conhecimento e a ida de muitas pessoas à Paracambi para estudar, a cidade não teria evoluído tanto. A abertura da Fábrica deu uma perspectiva à cidade, tanto no âmbito cultural quando no âmbito do comércio e na valorização dos preços dos imóveis.

A comunicação com a comunidade é feita por meio da página da rede social *Facebook*. Há, também, um acervo que reúne grande parte dos materiais referentes às atividades realizadas na instituição, com o intuito de preservar a sua história. Gouvêa (2016) informou que este acervo é constantemente consultado por graduandos, que o utilizam em pesquisas acadêmicas, como trabalho de conclusão

de curso, por exemplo, especialmente os alunos de cursos de pedagogia e reafirma sua preocupação com a conservação destes materiais que ainda não receberam nenhuma forma de catalogação.

Quanto à informações sobre o processo de tombamento do sítio fabril, pondera, que por não ter trabalhado na fábrica, não ter nenhum familiar próximo que foi operário e, anteriormente, o negócio da família era o comércio de material de construção civil, sabe apenas o que os antigos operários, clientes, contam. Para Gouvêa, o espaço poderia ser mais bem preservado e conservado, e ressalta que o entorno do campus não possui a mesma atenção que o interior.

As instituições educacionais que mantêm os polos são responsáveis apenas pelo interior dos espaços que ocupam, a gestão dos espaços externos é de responsabilidade do poder público municipal.

O Espaço também costuma ser utilizado por professores de instituições de ensino da Fábrica do Conhecimento, para a realização de aulas práticas. Orgulhoso de seu oficio o monitor considera que o Espaço da Ciência se tornou um cartão postal de Paracambi; se na sua adolescência as pessoas saíam do município para estudar, hoje, acontece o contrário, moradores do entorno se “deslocam à Paracambi para desfrutar das atividades de ensino, cultura e lazer que o município oferece”. (GOUVÊA, 2016).

- **Cineclube CEDERJ – Paracambi**

O Cineclube CEDERJ, assim como o Espaço da Ciência, é de iniciativa da Fundação CECIERJ. Tem o objetivo de proporcionar exibição de filmes, em conjunto com debates sobre os temas apresentados nos vídeos. O Cineclube CEDERJ foi inaugurado em Paracambi, em 10 de maio de 2004, com o objetivo de promover um ponto de encontro entre o cinema e a população, estimulando a sua capacidade crítica e reflexiva (PARACAMBI, 2016).

O Projeto funciona no mezanino, onde está instalado o Espaço da Ciência, convertido em sala de exibição. Por pertencer a uma rede, a escolha dos filmes é feita pela fundação que coordena a distribuição para as unidades. A exibição de filmes é gratuita e aberta ao público em geral.

Figura 17: Alunos da rede municipal de ensino de Paracambi em sessão de filmes do Cineclube CEDERJ, no Espaço da Ciência-Paracambi.

Fonte: Cineclube CEDERJ-Paracambi.

A divulgação das exibições é feita nos murais das Instituições que compõem a “Fábrica do Conhecimento” e por meio das redes sociais, *blogs* etc. Para execução destas tarefas, além de outras, a Fundação disponibiliza uma bolsa para alunos do CEDERJ/Paracambi, os interessados precisam atender as especificações dispostas em um edital de seleção.

- **Fundação de Apoio à Escola Técnica /FAETEC-Paracambi**[39]

Esta instituição possui caráter estadual, com personalidade jurídica de Direito Público, de duração indeterminada. Subordinada à Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia, foi criada em 10 de junho de 1997. A FAETEC atua em todo o Estado do Rio de Janeiro oferecendo, gratuitamente, cursos de Ensino Técnico de Nível Médio, Formação Inicial e Continuada/Qualificação Profissional e Educação Superior. São duas as instituições implantadas na fábrica do conhecimento vinculadas à FAETEC: Faculdade de Educação Tecnológica do Estado do Rio de Janeiro/FAETERJ-

[39] FAETEC, 2016. Disponível em: <http://www.faeterj-paracambi.com.br/ >. Acesso em: 3 dez. 2016.

Paracambi O Centro de Educação Tecnológica e Profissionalizante de Paracambi/CETEP-Paracambi, as quais estão em processo de unificação, para que se tenha uma direção única. Na FAETERJ são oferecidos cursos de ensino superior e no CETEP são oferecidos cursos livres de língua estrangeira e de informática, técnico em informática e os cursos de formação inicial e continuada em línguas estrangeiras e informática.

- **A FAETERJ-Paracambi**

A FAETERJ-Paracambi está vinculada à FAETEC de Quintino pela Diretoria de Educação Superior (DESUP), que faz a coordenação de todas as faculdades e cria os regimentos e normas de funcionamento unificado. Em 2016 contabiliza um total de 10 unidades, sendo que sete estão em pleno funcionamento e as outras 3 estão em processo de implantação.

Figura 18: FAETERJ-Paracambi.

Fonte: Acervo pessoal.

Iniciou suas atividades na Fábrica do Conhecimento, em abril de 2002, ocupando, a partir do segundo torreão, todo o lado direito do primeiro andar das instalações da antiga fábrica. No início da sua implantação, a Faculdade era denominada Instituto Superior de Tecnologia (IST), criado em 13 de novembro de 2000, pela Lei Estadual nº 3488.e em 2012 se transformou em FAETERJ pelo Decreto 43.915, de 30/10/2012.

A faculdade se estabeleceu com o objetivo de ser um centro de formação tecnológica, do interesse tanto do município quanto da comunidade de modo geral. O interesse é formar mão obra, tecnólogos, para as cidades do entorno.[40] O princípio da parceria com a FAETEC é para oferecer cursos superiores de curta duração (três anos), que em 2016, são dois: Gestão Ambiental e Sistemas de Informação.

Figura 19: Laboratórios da FAETEC.

Fonte: Acervo pessoal.

[40] DOURADO et al (2012) aponta os distritos industriais dos municípios de Queimados, Itaguaí, do bairro de Campo Grande e o Porto de Sepetiba como o mais importante polo de desenvolvimento econômico do Estado do Rio de Janeiro.

Para que a FAETERJ funcionasse na Fábrica do Conhecimento, foi realizado um convênio entre a Prefeitura de Paracambi e o governo do estado. À prefeitura coube a cessão do espaço para as atividades da instituição. Toda a parte de contratação de pessoal e infraestrutura é realizada pela FAETEC. Eventualmente, em uma falta específica de funcionário, por meio de oficio, a prefeitura pode ceder algum servidor dos seus quadros.

Na FAETERJ desde 2011, Hudson Barros ingressou na instituição, por meio de concurso, como professor de Literatura Brasileira[41]. Em eleição, em 2015, passou ao cargo de diretor. As competências necessárias para o cargo foram supridas com um curso preparatório na FAETEC de Quintino. Atualmente, reside na cidade de Paracambi, pois a cidade possui "boa infraestrutura e se continuasse morando na cidade do Rio de Janeiro, o deslocamento acarretaria uma rotina bastante cansativa". A boa infraestrutura da cidade para ele, é devida à implantação dos cursos e projetos sociais nas instalações da antiga fábrica de tecidos. (BARROS, 2016).

Para o atual diretor a qualidade da mão de obra formada na instituição e a forma sistemática com que FAETEC se expandiu e divulgou os cursos, podem ter colaborado para superação de problemas do passado como, a aceitação de tecnólogos no mercado de trabalho. Mas, o principal fator para a melhor aceitação dos profissionais formados na instituição "são o conteúdo dos cursos e a infraestrutura montada por seu antecessor[42]", que Barros faz "questão de manter e aprimorar." (BARROS, 2016).

A estrutura organizacional da FAETERJ-Paracambi, de acordo com seu diretor, é uma estrutura de organização colegiada; a direção não é a única instância de decisão da unidade porque há um Conselho Diretor-CD e um Conselho Acadêmico-CA. O CD é voltado para as questões administrativas e formado por representantes dos alunos, dois representantes dos funcionários, dois representantes dos professores e um representante da comunidade externa; o CA é formado por coordenadores dos cursos, o diretor, coordenador dos sistemas de informação, o vice-diretor, representante dos alunos, coordenador de gestão ambiental, coordenador de estágio e o coordenador de pesquisa e extensão. Esse conselho resolve as demandas dos alunos, problemas entre professores e alunos, modificações em processos

[41] Hudson Barros tem formação em Português/Inglês e Doutorado em Literatura Comparada.
[42] Os problemas enfrentados para implantação do polo são relatados por um de seus primeiros diretores em Ciavatta (2007).

seletivos, entre outras atividades através de reuniões realizadas mensalmente. (BARROS, 2016).

Para a conclusão dos cursos, é necessário realizar 100 horas de estágio e esta atividade é coordenada pela Divisão de Estágios/DIVEST. O aluno do curso de Sistema de Informação é bastante requisitado para estágios nas empresas do entorno, e segundo o diretor, os alunos que possuem o título de tecnólogo da instituição tem grandes chances de ingressar no mercado de trabalho. De acordo com Barros, o curso de Gestão Ambiental de Paracambi, embora seja uma referência no estado, ainda enfrenta dificuldades em colocação de alunos em estágios e dos formados no mercado de trabalho, mas o diretor avalia que com as demandas por soluções para problemas ambientais enfrentados pela sociedade, este quadro gradativamente está mudando.

A seleção dos alunos é feita pelo Sistema de Seleção Unificada (Sisu) e são ofertadas para cada curso 14 vagas para o turno matutino e 14 vagas para o noturno. As vagas nos cursos da unidade são muito concorridas, visto que a unidade recebeu no ano de 2016, a inscrição de 1.335 alunos. Outra forma de seleção é o vestibular, no qual todo o processo é realizado por uma empresa contratada pela FAETEC.

O Polo tem capacidade para, nos dois cursos, atender 500 alunos por período, das 8h às 21h30h, mas como a taxa de evasão é considerada alta este número é flutuante. Em 2016, ocorreu uma diminuição neste número de alunos devido a não oferta de vagas para o turno da manhã. A instituição aderiu ao sistema de cotas na distribuição das vagas, sendo divididos para negros e indígenas, escola pública e pessoas com deficiência ou filhos de militares da rede estadual. Para ajudarem na continuação do curso, os alunos cotistas recebem bolsa-auxílio e esta seleção de bolsistas é feita pela FAETEC. (BARROS, 2016).

Observa-se a evasão dos alunos, principalmente, nos casos de falta de pagamento das bolsas, visto que eles precisam desse dinheiro para se manter nos cursos; outro fator apontado é a distância entre a instituição e suas residências ou trabalho. A FAETERJ atende muitos alunos da Baixada Fluminense, por exemplo, Nova Iguaçu, Seropédica, Japeri, Itaguaí e Queimados, muitos da cidade do Rio de Janeiro e também de cidades do Sul Fluminense, como, Miguel Pereira, Pirai, Barra do Pirai, Mendes e Engenheiro Paulo de Frontim. O diretor ressalta que há poucos alunos da cidade de Paracambi.

Quanto à infraestrutura montada no polo, para a qualidade do curso de Gestão

Ambiental, por exemplo, há três laboratórios disponíveis para as aulas: laboratórios de química, de análise e de monitoramento ambiental. Há, também, laboratórios de Informática para os alunos, sala multimídia, uma biblioteca, e isso, de acordo com Barros, são características de um ambiente com uma infraestrutura de qualidade, além dos professores que são qualificados e, segundo Barros, é o que mais os alunos citam nas avaliações institucionais anuais.

Além dos cursos formais, o polo conta ainda com cursos de extensão, que tem a intenção de dialogar com a comunidade externa. Há uma página na rede social Facebook para divulgação destes cursos e outras ações, o que significa uma participação significativa dos moradores de Paracambi.

Assim como na instituição anterior o gestor desta unidade também tinha pouco ou quase nenhum conhecimento sobre o processo de tombamento do sitio fabril. Como, não há ação pedagógica no sentido de preservação e conservação do espaço que estão instalados, os alunos são focados em seus cursos e os professores e funcionários em seu trabalho, com isso, não percebem diferença em estar em um prédio que é tombado pelos órgãos de tombamento do patrimônio histórico, ou em um moderno. Para Barros, é um espaço onde são treinadas pessoas para o mercado de trabalho e, simultaneamente, criados cidadãos. Ele considera que a presença de matérias da área de humanas, favorece essa percepção e acrescenta que gostaria que fosse maior o número de disciplinas desta área na grade curricular.

- **O CETEP–Paracambi**

O CETEP-Paracambi, também vinculado à FAETEC-RJ, iniciou suas atividades na cidade, em 5 de março de 2001, quando foi, inicialmente, instalado em uma escola municipal no bairro BNH. Segundo a coordenadora na época da implantação do polo, Marise Silva[43], o CETEP foi transferido para a Fábrica do Conhecimento no final de 2002 e ela assumiu a direção no início de 2003.

A escola ocupa o lado esquerdo do primeiro andar do prédio. Do outro lado do andar, já estava instalada a FAETERJ, que ocuparia toda a área, mas numa

[43] A professora Marize Silva, nasceu e sempre viveu em Paracambi, já estava aposentada quando foi convidada pelo então prefeito a assumir a direção da instituição, por acreditar na proposta, aceitou.

negociação, o espaço foi cedido, e as duas instituições passaram a dividir o andar. Segundo a diretora, os problemas de infraestrutura foram sendo resolvidos aos poucos, “eu fui organizando a escola do meu jeitinho. [...] Então eu comecei a trabalhar projetos e trazer novos cursos para a unidade, organizar espaços de acordo [...] com o que tínhamos e adequando a nossa realidade”. (SILVA, 2007).

Figura 20: CETEP Paracambi.

Fonte: Arquivo pessoal.

A escola iniciou ofertando cursos de informática de curta duração, e de idiomas: inglês, francês e espanhol, com duração de três anos. Em 2006, contava com 1.960 alunos distribuídos em 98 turmas. Os cursos de informática eram aplicados em cinco laboratórios com 20 computadores em cada um. Contava, ainda, com um curso de informática educativa, para atender crianças de 3 a 13 anos, e curso de informática para a maturidade.

Em 2016, de acordo com a diretora Sandra Mello[44], que ocupa este cargo desde 2011, como no início, ainda é grande a concorrência por uma vaga no projeto, cerca de dois mil alunos matriculados nos cursos ofertados, e ela considera que essa procura se deve, a infraestrutura e eficiência do polo e por esta ser a primeira unidade da rede instalada na região, portanto, a mais antiga.

Empenhada em manter a infraestrutura criada por sua antecessora, não mede esforços, pois para Mello (2016), esta instituição significa um grande acontecimento para a cidade, uma vez que possibilita que seus moradores, assim como dos arredores tenham, num espaço curto de tempo, acesso gratuito a uma formação profissional de informática e cursos básicos de línguas.

De acordo com a diretora, aquele lado da cidade, onde hoje é o polo educacional, estava com o aspecto de uma "cidade fantasma", era impactante andar pelas ruas e não ver a movimentação que estava habituada a ver na época da fábrica de tecidos. Os prédios da antiga fábrica estavam muito "depredados", portas e janelas quebradas e sem vidros, máquinas enferrujadas e muito entulho. Atualmente, a circulação de pessoas nas ruas do bairro, áreas externas da fábrica, nas salas de aulas, nos laboratórios é constante.

- **O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ)[45]**

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ) surgiu a partir do encerramento da rede do Centro Federal Tecnológico de Química (CEFETEQ), quando o Governo Federal propôs sua expansão. No início da expansão, em 2007, o IFRJ de Paracambi foi inaugurado como CEFET e era vinculado à unidade CEFETEQ de Nilópolis. Ocupando três andares do prédio principal da antiga fábrica, o Instituto iniciou suas atividades com dois cursos técnicos: Cursos Integrado em Eletrotécnica e Integrado em Sistemas a Gás.

---

[44] Sandra Melo também sempre foi moradora da cidade, ela conhece bem o universo da fábrica de tecidos, pois todos seus avós, pais, tios e irmãos trabalharam na fábrica de tecidos. Trabalhou como professora e diretora em escolas da cidade e era Secretária de Educação na ocasião da compra do prédio. Atribui a eficiência do polo á gestora que a antecedeu.

[45] IFRJ/Paracambi. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/3470/1477>. Acesso em: 5 nov. 2016.

A Lei n° 11.892, de 29 de dezembro de 2008, transformou a unidade do CEFET em Campus Paracambi do IFRJ. Com as mudanças, o Campus passou a oferecer os Cursos Integrados em Eletrotécnica e em Mecânica, além do Curso Superior de Licenciatura em Matemática.

Figura 21: Laboratórios de mecânica do IFRJ.

Fonte: Acervo pessoal

Em 2009, ao mudar para Instituto, o Curso de Sistemas de Gases Combustíveis foi ampliado e passou para o Curso Matriz de Mecânica, considerada por Gabriel Temponi, atualmente técnico em Mecânica [46]do IFRJ, e ex-aluno da unidade, como uma “mãe” para os cursos da área de exatas porque engloba desde a parte de química de refino até a parte estrutural de prédios e projetos de desenhos.

De acordo com Reis, em 2016, no IFRJ- Paracambi, estudam 600 alunos[47], que contam com 25 laboratórios, salas de aula e administrativas e uma biblioteca.

[46] Gabriel Ribeiro Temponi Reis, pertence à carreira técnico administrativa, regido pela Lei n. 8.112. Sua função é auxiliar os professores em suas atividades, como o preparo de instrumentos de medição, auxiliar nos projetos de extensão, por exemplo.

[47] A seleção dos alunos é feita pela realização de uma prova anual, a maioria dos alunos vem de Campo Grande, Seropédica, Nova Iguaçu e Japeri e de Paracambi. Há uma grande concorrência e os alunos fazem cursos preparatórios para conseguir entrar na instituição.

Continua ocupando os três andares do prédio central, e em um dos galpões ainda disponíveis, foi construída uma quadra poliesportiva.

Para Reis (2016), a estrutura laboratorial é de excelência, o que possibilita o “melhor” em ensino de qualidade para os alunos de diversos cursos, como Mecânica e Eletrotécnica. E também laboratórios de multimídia e de elementos visuais, utilizados pelo Curso de Matemática.

Esta qualidade na estrutura e no ensino para, o ex-aluno do curso de mecânica, foi o diferencial na sua formação e posterior aprovação no concurso. Morador da cidade vizinha de Mendes, teria que sair da casa de seus pais, ainda adolescente, para poder fazer um curso com a qualidade que foi ofertada no IFRJ de Paracambi. Outra questão relevante para Gabriel é a forma de comunicação que é feita pela Coordenação de Integração Empresa e Escola (COIEE), que faz o encaminhamento dos alunos às vagas de estágio disponíveis e, também, indica os alunos formados para as empresas, “tudo acompanhado de perto pela direção do Instituto. ”

Quanto às questões relacionadas ao processo de tombamento e a importância histórica do prédio, Reis (2016), relata que quando era aluno, com o objetivo de conhecer a história daquele local, participou de aulas-caminhadas pela instituição com o professor de Artes. Considera que há pouco interesse em se promover mais este tipo de atividade, e que todas as instituições de ensino, as culturais, assim como os órgãos públicos não tratam esta questão como deveriam. Pois tudo que ele sabe sobre o local partiu de seu interesse em saber sobre isso e as informações sempre de difícil acesso e desconexas.

Pondera que não é passado como deveria os conceitos de preservação e conservação do local, apesar de ser mostradas aos alunos informações básicas sobre o histórico do espaço. Isto ocorre especialmente no mês de setembro, onde há a Semana Acadêmica na qual são apresentadas aos alunos informações, relatos, filmes e fotos sobre o prédio atualmente e sobre a fábrica que funcionou anos atrás.

Os alunos recebem essas informações, mas como seus cursos são focados em tecnologia, não há muito interesse. Mas avalia que assim como ele, todos consideram que o prédio é “*glamouroso*” e que gostam muito daquele ambiente, que atende muito bem às necessidades dos cursos. Afirma, ainda, que o nome “Fábrica do Conhecimento” é ótimo para o local porque é uma referência para Paracambi e região, porque não havia na cidade, nem no entorno, nada parecido com tamanho, espaço, estrutura, beleza e qualidade.

- **A Escola de Música Villa-Lobos- núcleo Paracambi**

A Escola de Música Villa-Lobos[48], no Estado do Rio de Janeiro, iniciou suas atividades no ano de 1952. A Escola foi idealizada como um centro popular de ensino de arte. Em 2016, seu ensino está concentrado no ensino de música para um público a partir dos oito anos de idade. Está integrada à estrutura da Secretaria de Estado de Cultura, e é subordinada à Fundação Anita Mantuano de Artes do Estado do Rio de Janeiro (FUNARJ).

Figura 22: Escola de Música Villa Lobos.

Fonte: Facebook. Escola de Música Villa Lobos, Núcleo Paracambi.

No final da década de 1990, a Escola começou a ampliar a abrangência de sua atuação tanto no aspecto técnico-pedagógico, por meio de Cursos de Educação Profissional em nível básico e técnico, quanto no aspecto social, com a implementação de núcleos avançados pelo Estado do Rio de Janeiro, que consistia em um convênio entre a Escola e as prefeituras interessadas. Para as prefeituras, estariam disponíveis somente os cursos básicos, pois o curso técnico de nível médio

[48] Escola de Música Villa Lobos. Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/emvillalobospbi/>. Acesso em: 4 nov. 2016.

não estava previsto no convênio.

Figura 23: Apresentação orquestra da Escola de Música Villa Lobos .

Fonte: Escola de Música Villa Lobos, Núcleo Paracambi.

Com esta política de ampliação da Escola, de acordo com Maria Marinho, primeira diretora do núcleo, foi celebrado convênio entre a prefeitura de Paracambi e a Fundação Nacional de Artes (FUNARTE). De acordo com a entrevistada, esta instituição está entre as quatro primeiras que ocuparam as instalações da Brasil Industrial. Desde o início de suas atividades, atende um público que vai desde o infantil à terceira idade, com oferta de curso básico de música e oficina de canto infantil. Os cursos oferecidos são gratuitos para os alunos da rede pública de Paracambi e também para as pessoas com mais de 65 anos.

Em outubro de 2002, Glaucia Costa começou a trabalhar como professora de flauta doce, na recém-inaugurada, Escola de Música Villa-Lobos-Paracambi. Em 2005 assumiu o cargo de coordenadora pedagógica da Escola. Segundo Glaucia as diretrizes da escola continuam as mesmas do início e tece muitos elogios as instalações da escola. As muitas possibilidades de apresentações que o espaço disponibiliza são um diferencial na qualidade do ensino. Constantemente são realizados Concertos na capela, Workshops pelas instituições de ensino, estas atividades contam a participação de muitos alunos, e ainda atraem os moradores do

entorno da fábrica, o que ela considera muito positivo para a comunidade local, para o aprendizado e para os alunos das escolas.

Quanto ao tombamento foi demonstrado um desconhecimento quase total, tudo o que sabe sobre o assunto foram breves informações que leu numa notícia na rede social Facebook. A Fábrica do Conhecimento, para ela é como um “sonho para a formação dos jovens”, e analisa que a reabertura do espaço, com o intuito educacional e cultural, trouxe muito benefício para a comunidade de Paracambi, não conseguiria ver outra finalidade para aquelas instalações.

- **A Cia Municipal de Ballet Canto do Curió**

A Cia Ballet Municipal Canto do Curió estreou suas atividades pela iniciativa de sua primeira e única diretora até a data desta dissertação, a bailarina clássica Iara Lene Santos, ou Iara, como é mais conhecida. Moradora da cidade e professora de Educação Física no Colégio Estadual Rodrigues Alves, a bailarina clássica foi convidada para dar aulas de balé para meninas num dos clubes sociais da cidade. As aulas, inicialmente, eram apenas para as filhas dos associados do clube ou para quem aqueles que pudessem arcar com os custos das mensalidades, não permitindo assim, o acesso de muitos interessados que não podiam custear o curso. (SANTOS, 2016).

Figura 24: Aula de *street dance*.

Fonte: Acervo de Soraia Siqueira.

Em entrevista, Iara Lene Santos relata que era muito procurada por mães e meninas pedindo bolsa ou descontos na mensalidade, o que muitas vezes concedia abrindo mão de sua parte. Desta forma “a turma ia crescendo, mas havia ainda uma grande procura de pessoas que não podiam pagar nada, e este fato muito me incomodava” (SANTOS, 2016). O incômodo fora resolvido numa parceria, formada entre ela e uma diretora da rede municipal. Assim, criaram um projeto social, com a finalidade de oferecer as aulas gratuitamente. Os alunos ficavam apenas com os custos das roupas apropriadas para as aulas, que seriam ministradas pela bailarina e o espaço utilizado seria uma sala de aula da Escola, que foi devidamente adaptada.

No final do primeiro ano, em que as aulas já aconteciam no clube e na Escola, foi exibido pela primeira vez na cidade, um espetáculo de dança clássica. As turmas, sob sua direção e com o apoio da diretora de uma escola da rede municipal de ensino, encenaram “O corcunda de Notre Dame” (SANTOS, 2016).

Figura 25: Aula de *ballet*.

Fonte: Acervo de Soraia Siqueira.

Posteriormente, em 2004, em busca de projetos culturais para instalar nos galpões vazios da Fábrica do Conhecimento, o prefeito da cidade propõe à professora, a ampliação de seu projeto e o apresenta à Secretaria de Cultura. Assim, o projeto da escola de balé inaugura suas atividades com 65 crianças, ocupando no início, o galpão

onde era realizada a expedição da produção da fábrica de tecidos. (SANTOS, 2016).

O projeto da escola de balé sempre foi vinculado à Secretaria de Cultura, entretanto, de acordo com a professora, como a secretaria não possui verba, os encargos eram custeados pela Secretaria de Educação. O projeto tem a Iara Santos na coordenação; Denise Santos, que desde o início do projeto é uma "espécie de assistente faz tudo", e onze professores de dança distribuídos nas seguintes modalidades: *Baby Class*, Dança do Ventre, Dança Cigana, *Jazz, Street Dance* e Dança Ministerial.

Em 2016, a Escola contava com setecentos e oitenta alunos, distribuídos em aulas que são oferecidas gratuitamente para crianças a partir dos quatro anos e jovens e adultos sem limite de idade. Segundo a diretora "todo mundo pode dançar e cada um dança o que gosta". A ideia não consiste só na formação de bailarino, mas na inclusão social, pois as "aulas são democráticas e inclusivas. As turmas são mistas e recebem desde filhos de políticos e empresários a filhos de operários". Para Iara 92016), a escola de balé faz "muito mais que oferecer uma atividade cultural na cidade, ela também está formando profissionais", pois, muitos professores formados na Escola estão inseridos no mercado de trabalho,

> [...] todos os professores da Escola foram formados aqui. Tem por exemplo Everton Bruno e Cátia Souza, são casados e moradores da cidade, estão no projeto desde a criação, entraram como alunos e atualmente são professores, ele de *hip hop* e ela é monitora no balé clássico. (SANTOS, 2016).

Desde o primeiro espetáculo apresentado na cidade, a Escola já encenou dezenas de espetáculos, "lógico, sempre apresentados no Cassino" (SANTOS, 2016). São também, constantemente, convidados a se apresentarem em muitas cidades do Rio de Janeiro. Os figurinos, assim como toda a produção dos espetáculos, são criação e execução da diretora e da assistente da escola, que contam com a ajuda voluntária de pais e de alunos. Os custos dos figurinos são de responsabilidade dos alunos e para a produção pedem ajuda aos comerciantes e empresários da cidade.

A qualquer hora nas dependências da antiga fábrica, assim como, nas ruas da cidade, circulam crianças, adolescentes e adultos que estudam na Escola. Para Iara (2016), não há na cidade quem não conheça alguém que estuda dança no Ballet Municipal Canto do Curió.

- **Companhia Municipal de Teatro (Cia de Teatro)**

A Cia Municipal de Teatro de Paracambi[49] possui o apoio da Secretaria Municipal de Cultura para propiciar cursos gratuitos de teatro básico e intermediário como forma de experimentação. Os cursos básicos estão direcionados às crianças, adolescentes e adultos, não havendo limite de idade para participar. Para aqueles que desejam se profissionalizar, é ofertado o curso avançado. Este projeto conta com o apoio da Cia Faces Produção[50], o que possibilita a emissão de registro profissional após sua conclusão pelo estudante. Além desses cursos, a Cia de teatro promove cursos de teatro para estudantes das escolas do Município com o intuito educativo. Assim, datas comemorativas, por exemplo, são dramatizadas pelo aluno, bem como debatidas por eles.

Gilberto Luís da Silva é o coordenador da Cia de Teatro, e é, também, o responsável pela Cia Faces Produção. Declara que a Cia Faces não é uma organização não governamental; ela é uma associação de atores que produz atividades culturais tanto no município de Paracambi, quanto no entorno.

A Cia Faces produção, foi fundada em julho de 1993, de forma itinerante, que, no início, tinha como objetivo visitar escolas e realizar trabalhos educativos por meio de espetáculos teatrais abordando temas que lhes são solicitados, como: dengue, amamentação, drogas, sexualidade, relações familiares e *bullying*. A Cia de teatro é uma iniciativa desta companhia. A Cia Faces foi fundada com apenas quatro pessoas, chegando em alguns momentos a conter 25 atores fixos. Após o registro e obtenção do CNPJ ganhou uma proporção ainda maior.

A Cia de Teatro de Paracambi funciona nas instalações da antiga Fábrica Brasil desde 2001. De acordo com seu coordenador, ela é uma escola de teatro, onde os professores, que são mantidos pela prefeitura, são os artistas associados da Cia Faces ou professores formados pela própria escola, possui cinco níveis: infantil,

[49] Cia Municipal de Teatro. Prefeitura do Município de Paracambi, [2016]. Disponível em: <http://paracambi.rj.gov.br/projetos-prefeitura-de-paracambi/ >. Acesso em: 6 nov. 2016.
[50] Cia Faces Produções, trabalha na área de Audiovisual, produzindo filmes de curta ou longa-metragem, e na área de Teatro, produzindo espetáculos temáticos. A parceria da Cia Faces com a prefeitura de Paracambi realiza na cidade festival de cinema, festival de teatro e espetáculos gratuitos. Disponível em: <https://www.facebook.com/pg/Cia-Faces-Produ%C3%A7%C3%B5es-288501337851536/about/?ref =page_internal>. Acesso em: 6 nov. 2016.

básico, intermediário, avançado e intensivo, e, atualmente, atende cerca de 120 alunos por ano, e mais de 500 pessoas, profissionais da arte, já se formaram pela instituição.

Figura 26: Alunos da Cia Municipal de Teatro.

Fonte: Acervo Gilberto Luiz

Para as aulas de teatro, ministradas no curso, o único pré-requisito estabelecido é a alfabetização. Segundo Silva, o público atingido é o mais diversificado possível, e é comum os alunos das escolas que recebem os espetáculos realizados pela Cia se interessarem pelo teatro e procurarem a escola. Ou, amigos dos artistas em cena, que vão assistir à apresentação, gostam e decidem se matricular também. Silva (2016) completa que a perda da timidez e a vontade de aprender a se expressar em público também são motivos constantes do interesse do público pelos cursos.

Silva (2016) afirma que não acompanha o processo de tombamento sitio, mas se interessa pelo assunto. Surpreende-se ao ser informado que a área de tombamento não compreende não só as instalações da antiga fábrica de tecidos, mas se estende, também, à Capela, a todos os galpões, à Casa da diretoria e demais elementos do sítio fabril. Informa e lamenta que, dentro da didática de trabalho da Cia, não exista preocupação com ações pedagógicas no sentido de preservação e conservação do local. Considera que os poderes públicos envolvidos na instalação das instituições não dão a importância devida a este assunto.

Avalia como boa a iniciativa de transformar um prédio abandonado em um espaço de aprendizado e realização de atividades de ensino, culturais e lazer. Afirma

que este projeto muda vidas, pois com ele se tornou possível estudar na cidade, em instituições de ensino gratuito e de qualidade. Para ele a qualidade das instalações é “um algo a mais”. Não conseguiria imaginar aquelas edificações servindo a outro objetivo. Antes da instalação da Fábrica do Conhecimento, a opção mais próxima era a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), que está situada no município vizinho de Seropédica.

- **Brinquedoteca Viva**

Em 2001, o artista plástico Antônio Jader Pereira dos Santos, mais conhecido como Dim[51], foi convidado pela prefeitura de Paracambi para realizar uma exposição do seu trabalho, que consiste em brinquedos, esculturas e telas em madeira. A Cia Faces através de seu coordenador Gilberto Silva, foi a responsável pela produção deste evento.

Segundo os organizadores esta exposição foi um marco nas transformações das instalações da fábrica, que neste momento ainda estava muito abandonada. Silva lembra que a primeira instituição de ensino, atual FAETERJ, mas a época IST, foi instalada neste período. Durante tempo que durou a exposição (um mês), o número de visitantes foi muito grande, compareceram alunos de praticamente todas as escolas do município, muitos ex-operários, moradores da cidade e, também, de cidades vizinhas. (SILVA,2016).

Quando exposição se encerrou, despertou na prefeitura e nos organizadores do evento um interesse pela criação de um novo projeto: uma Brinquedoteca Viva. Coube à Cia Faces Produções, durante os dois anos, a implantação e coordenação deste espaço. A maioria dos alunos é morador do município de Paracambi, contudo há quem também se desloque de municípios vizinhos para realizar os cursos e atividades oferecidas dentro da Fábrica.

[51] O artista plástico Antônio Jáder Pereira dos Santos, Dim, nasceu em 1967, em Camocim, Ceará. Constrói brinquedos e mantém, em um sítio no município de Pindoretama, a 50 quilômetros de Fortaleza, um museu de 500 peças de sua obra, que são brinquedos que não precisam de energia elétrica e não utilizam tecnologia avançada. Eles funcionam com a imaginação e energia de quem brinca, independentemente da idade.

Figura 27: Exposição permanente na Brinquedoteca Viva.

Fonte: Brinquedoteca Viva.

O Projeto Brinquedoteca Viva tem desde o início o objetivo de desenvolver, em jovens e adultos, a cultura do brinquedo artesanal, além de incentivar práticas de reciclagem e reutilização de objetos cujo destino normal seria o lixo.

Em 2016, o funcionamento do projeto consiste numa parceria da Secretaria Municipal de Educação com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Segundo a coordenadora Sandra Ferreira, dentre as atividades que o projeto realiza, encontram-se as oficinas realizadas por alunos.

Estas oficinas são oferecidas aos alunos da rede pública do município, com duração de seis meses, e ocorrem em três fases: apresentação das ferramentas para corte dos materiais que darão origem aos brinquedos. Estes materiais são os mais variados e relacionam-se com a construção do brinquedo. Desta forma, podem ser madeira, papelão, cartolina, papel *craft*, potes de iogurte, miçangas, entre outros.

Após a elaboração do brinquedo, passa-se a pintura à tinta. Com a conclusão desta etapa final, há a montagem das diversas partes dando origem a um brinquedo novo. Como na primeira fase se trabalha com ferramentas como serras e furadeiras, só podem participar das oficinas, jovens acima de 14 anos. (FERREIRA, 2016).

Figura 28: Exposição permanente na Brinquedoteca Viva.

Fonte: Brinquedoteca Viva.

Além das oficinas, a Brinquedoteca Viva realiza exposições e vendas em feiras e eventos, dentro e fora de Paracambi. Os valores arrecadados nesses eventos são empregados na aquisição de materiais e de ferramentas para as próximas oficinas. A sede do projeto possui três funcionários, está localizada num dos anexos da antiga Fábrica Brasil. Neste local, são oferecidas as oficinas e uma exposição permanente de brinquedos. Dentre estes, há aqueles fabricados nas próprias oficinas e também de autoria do artesão local, Francisco Assis. (FERREIRA, 2016).

- **A incubadora de empresas**

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Infraestrutura e Energia da cidade de Paracambi, é o órgão que responde pela incubadora de empresas[52], que é a responsável por dezessete pequenos e médios estabelecimentos

[52] Não foi apresentada nenhuma documentação desta incubadora, assim como, em algumas das empresas que tive acesso, também não tive contato com documentos.

industriais que funcionam em alguns galpões da Fábrica do Conhecimento. Aldano César Santiago[53], funcionário desta Secretaria, de 2008 a 2016, não acompanhou o início do processo desta implantação, que começou com a aquisição do imóvel, em 2001. No entanto, conhece bem a trajetória da incubadora, assim como, também, todos os acontecimentos relacionados tanto à antiga fábrica de tecidos, como a atual Fábrica do Conhecimento.

Seus pais, durante vinte e cinco anos foram operários na antiga fábrica de tecidos, e ele, aos quatorze anos, começou a trabalhar como aprendiz de mecânica geral na oficina mecânica da mesma. Saiu aos dezoito para trabalhar em outras empresas, mas sempre acompanhou a vida da fábrica de tecidos e da cidade. Ele e também o seu filho foram beneficiados com os cursos ofertados no local. Concluíram os cursos de informática e de línguas, e o filho está cursando o ensino técnico no IFRJ.

Segundo Santiago (2016), quando a prefeitura adquiriu o prédio, seu estado de conservação era muito precário. Não havia recursos para reformas e a manutenção de parte das instalações. No convênio com as instituições de ensino[54] só havia a garantia de ocupação parcial dos espaços disponíveis. As obras, para acomodar estas instituições já aconteciam no prédio principal, e, nos galpões do entorno ainda existia muitos resíduos da antiga fábrica, máquinas, rolos de fios e de tecidos, materiais de escritório, enfim, tudo que foi deixado para trás pelos antigos proprietários. Era preciso tomar medidas urgentes que assegurassem o uso também daqueles espaços. Segundo relato do ex-operário Lair Silva[55] (2016), durante dias após a aquisição do prédio, o que se observava era a saída de caminhões carregados de materiais retirados destes galpões.

De acordo com Santiago (2016), estes galpões vinham sofrendo ações degradadoras. Cita, por exemplo, o furto das calhas e de alguns encanamentos, que por serem de bronze possuem alto valor de venda. Estas ações, além de causar danos à construção, acarretavam infiltrações que encareciam ainda mais a manutenção e

[53] No momento desta entrevista, César não trabalhava mais em Paracambi, estava trabalhando na prefeitura da vizinha cidade de Mendes.
[54] As quatro instituições de ensino instaladas no local – FAETERJ, CETET e a atual IFRJ que no ano da instalação era CEFET- Quintino - ainda hoje só ocupam e se responsabilizam pela manutenção do prédio principal. O CEDERJ ocupa a extensão deste prédio.
[55] Tive muitas conversas com o ex-operário Lair Silva, porém todas informais, pois quando íamos realizar a entrevista para esta pesquisa, o novo prefeito da cidade, assim como seu secretariado já haviam tomado posse, o Lair foi contratado para fazer a manutenção do prédio e a nova gestão não permitia que nenhum funcionário concedesse entrevista sobre o local.

restringiam as possibilidades de uso imediato.

Figura 29: Metalúrgica que compõe a incubadora de empresas.

Fonte: Acervo pessoal.

O tecelão aposentado Adailton dos Santos Araújo também testemunhara o estado físico que se encontravam estes galpões, quando as empresas começaram a se instalar neles, pois trabalha na primeira das dezessete empresas que funcionam lá. Mora no bairro vizinho de Lajes, e percorre cerca de 30 minutos de bicicleta até seu local de trabalho. Nasceu na Paraíba, e aos quatorze anos, com o tio aprendera o ofício. Exerceu o oficio em fábricas de tecidos no estado da Paraíba e na cidade do Rio de Janeiro, em fábricas no centro e no bairro do Grajaú.

Morador de Paracambi, desde a década de 1980, trabalhou como tecelão na Fábrica Brasil, de 1984 até 1996, quando esta fechou. Retornando em 2002 para participar da nova trajetória do prédio da antiga fábrica, continuaria exercendo seu oficio na única tecelagem da incubadora.

A empresa, segundo Araújo (2016), é do tipo “fundo de quintal” e funcionava, anteriormente, no município de São Gonçalo no Estado do Rio de Janeiro. Por ser conhecido do tecelão e de pessoas ligadas à administração pública do município, o proprietário não teve dificuldades para transferir seu negócio para um dos galpões disponíveis. A única exigência que teria que cumprir seria a reforma e manutenção do local que ocupasse.

Figura 30: Investiplan

Fonte: Arquivo pessoal.

As outras empresas, segundo Santiago (2016), foram instaladas da mesma forma que a tecelagem e têm a mesma estrutura, são pequenas e médias empresas do ramo de confecção do vestuário, fábrica de bolsas, bijuterias, estamparia e uma metalúrgica. A destinação que foi dada às instalações da fábrica de tecidos para Santiago, foi bastante acertada, pois, proporciona oportunidades de estudo para a comunidade, gera emprego para a população e renda para a cidade, devido ao crescimento da instituição e ao desenvolvimento do comércio ao redor do polo educacional.

Adailton (2016), por sua vez, avalia que as atividades da fábrica do conhecimento não vão durar muito tempo, devido às mudanças de políticos e à falta de preservação e conservação com aquele espaço. Ele considera que não há a manutenção devida. O tecelão assim como o secretário tem ciência de que o sítio é tombado, porém demonstram não ter conhecimento sobre a extensão desse tombamento, e afirmam não possuir qualquer tipo de informação sobre o processo. Consideram que a responsabilidade de cuidar dos prédios é da Prefeitura e dos atores envolvidos na reutilização do espaço e que deveria existir uma comissão responsável para cuidar deste assunto.

Figura 31: Tecelagem

Fonte: Arquivo pessoal.

Apontam, ainda, a importância de ter um lugar para apresentar as informações sobre o que foi a fábrica de tecidos. Um local de visitação como um centro de documentação ou um museu, por exemplo; gostam muito de fazer parte desta história. Além disso, ressaltam que se não for feito nada, o tempo apagará toda a memória daquele lugar.

5 CONSIDERAÇOES FINAIS

O estudo de caso do processo de reconversão da Fábrica de Tecidos Brasil Industrial em Fábrica do Conhecimento, aqui apresentado, procurou investigar se as instituições educacionais e culturais instaladas nas edificações da antiga fábrica de tecidos têm ajudado a refletir e a preservar a memória fabril e operária da cidade de Paracambi; se os elementos do patrimônio industrial da cidade estão sendo preservados de acordo com as orientações do processo de tombamento, e se há a patrimonialização dos bens tombados.

Foi confirmada a hipótese de que ocorre um desconhecimento, por parte dos gestores das instituições, dos detalhes do processo de tombamento do sítio fabril, assim como, a abrangência da área tombada. Os atores sociais que ocupam os espaços tombados conhecem que há um tombamento, mas ignoram quais estruturas são tombadas, o que é um processo de tombamento e sua finalidade. Desconhecem, também, quais caminhos percorrer para que se efetive a patrimonialização destas estruturas fabris.

O desconhecimento do tombamento e a não preservação da memória fabril da cidade por parte destes atores sociais acarretam consequências para o processo de patrimonialização deste bem cultural. Identificou-se na literatura que o que justifica e caracteriza um processo de patrimonialização é o interesse comum do grupo pelo bem, e que este está ligado ao sentimento de identificação e de continuidade do grupo. O que identifica aquelas edificações é sua origem como fábrica de tecidos, portanto, enquanto as memórias dos ex-operários, não estiverem representadas de alguma forma, o processo de patrimonialização do bem não se concretizará.

No caso estudado, apenas a preservação das edificações está presente nas ações dos envolvidos na reconversão, e, ainda assim, parcialmente, visto que não há controle nas áreas ocupadas pelas empresas. Não se considerou o patrimônio imaterial, que consiste na memória dos trabalhadores da indústria têxtil, e esta está se perdendo, pois, não se pode contar mais com muitas dessas pessoas que já estão bastante idosas, não moram mais na cidade ou já morreram.

Outra questão também observada é que há falta de diálogo e convivência entre os ex-operários e os novos atores, embora muitos gestores, alunos e funcionários das instituições implantadas tenham fortes ligações com os ex-operários da fábrica de

tecidos. A memória dos trabalhadores não está presente nos ambientes educacionais e culturais. Não foi pensado um espaço para que os ex-trabalhadores da fábrica tivessem suas memórias representadas, e pelo que se observou, há preocupações neste sentido, mas ações efetivas mesmo, até o momento desta pesquisa, não havia nenhuma, salvo alguns murais e fotos em determinados locais.

A pesquisa apontou ainda, sobretudo nas entrevistas, que há formas diferentes de perceber a reconversão do espaço. Enquanto os gestores, funcionários e estudantes das instituições de ensino defendem a ampliação de seus domínios, os gestores das instituições culturais reclamam destas expansões, pois para eles, as ampliações deveriam ser controladas e incentivadas pelo poder público municipal. Aí entra a questão dos recursos para manutenção do espaço: como as instituições de ensino são subsidiadas pelo poder estadual e federal, possuem mais recursos e adquirem o direito à ocupação. Como exemplo, a área que estava destinada para um projeto cultural e que por falta de recursos foi utilizada para uma quadra de esportes do IFRJ.

Os trabalhadores das empresas, sobretudo os que vivenciaram o período da fábrica de tecidos, também, reclamam destas ampliações; entendem que no local deveria ter somente empresas. Defendem seus argumentos apontando a Fábrica do Conhecimento apenas como uma ação política, e que com as mudanças de gestão, não há garantias de que ela esteja entre as prioridades dos novos atores políticos e que pode deixar de existir.

A percepção quanto à responsabilidade e competência pela patrimonialização do bem cultural, para todos os entrevistados desta pesquisa, é atribuição dos poderes públicos e dos órgãos de patrimonialização. Este fato pode ser um fator negativo para a efetivação do processo de patrimonialização. Entre as principais causas apontadas pelo INEPAC que dificultam qualquer ação do órgão nos bens culturais tombados no Estado, sobretudo no caso de Paracambi, é a falta de comunicação, e, em alguns casos, de interesse dos gestores municipais e/ou detentores do bem.

As reflexões aqui expostas indicam que é recomendável e adequado seguir um caminho que aproxime mais os atores sociais responsáveis pela reconversão dos espaços fabris, e que, na medida do possível, se estabeleçam e se consolidem práticas efetivas que levem em conta a urgência em patrimonializar o bem ocupado.

A pesquisa mostrou a contradição entre o nome “Fábrica do Conhecimento” e o desconhecimento das pessoas que circulam no local sobre a história do lugar. Foi

observado que há produção de conhecimento e cultura nas instalações da secular fábrica de tecidos, mas não há iniciativas no sentido de preservar o patrimônio imaterial legado da fábrica.

Assim, pode-se considerar: o bem como Patrimônio? Sim. Tombado? Sim. Patrimonializado? Não.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. Introdução. In.: **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar:** textos em história oral. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2, de 11 de abril de 1969. **Define os Bens Integrantes do Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico do Estado da Guanabara e institui medidas para a sua proteção**, Brasília, DF, abril de1969.

BRASIL. Decreto-Lei nº 5.808, de 13 de julho de 1982. **Regulamenta a Lei nº 509, de 03/12/1981, que dispõe sobre o Conselho Estadual de Tombamento e dá outras providências**.Brasília, DF, jul. de 1982. Disponível em: http://www.inepac.rj.gov.br/application/assets/img/site/LegislacaoEstadual_11out05.p. Acesso em: dez. de 2016.

CABRAL, Lucas Manoel da Silva; LOPES, Rodrigo Antônio Alves. Industrialização têxtil de Petrópolis: estudo de caso sobre a Companhia Petropolitana de Tecidos. **Intervozes**: trabalho, saúde, cultura, Petrópolis, v. 1, n. 1, p 06-23, maio/out. 2016.

CARTA DE NIZHNY TAGIL SOBRE O PATRIMÓNIO INDUSTRIAL. **TICCIH**. Disponível em: <http://ticcih.org/wp-content/uploads/2013/04/NTagilPortuguese.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2015.

CIAVATTA, Maria. **Memória e Temporalidades do Trabalho e da Educação**. Rio de Janeiro: Faperj, 2007.

CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. **A evolução da indústria têxtil no contexto da afirmação do imperialismo americano**. XII Colóquio de Geocrítica 2012. Bogotá.

COSTA, Shirley; BERMAN, Debora; HABIB, Roseane Luz. **150 anos da indústria têxtil brasileira**. Rio de Janeiro: Senai; Cetiqt/Texto & Arte, 2000.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade; UNESP, 2006.

CHUVA, Márcia. **Reflexões e contribuições para a educação patrimonial**. Belo Horizonte: SEE/MG, 2002.

_____. História e patrimônio: entre o risco e o traço, a trama. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 34, 2011, p. 11-24.

DAVALLON, J. Memória e patrimônio: por uma abordagem dos regimes de patrimonialização. In: TARDY, C.; DODEBEI, V. (Org.). **Memória e novos patrimônios**. Marseille: OpenEdition, 2015. Disponível em: <http://books.openedition.org/oep/866> Acesso em: 04 de ago de 2017.

DOURADO, F. ; CUNHA, J. ; LIMA, A.; PALERMO, N. Os novos Empreendimentos na Baía de Sepetiba e o Passivo Ambiental da Cia Mercantil e Industrial Ingá. Baía de Sepetiba: Estado da Arte., 2012. Disponível em: <http://www.redebraspor.org/livros/2012/Braspor%202012%20-20Artigo%2012.pdf> Acesso em: jan 2017.

EMERY, Márcio de Morais. **O impacto da abertura ao comércio exterior da década de 1990 no setor têxtil brasileiro**. 2007.Tese (doutorado) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

FERREIRA, Maria Leticia Mazzucchi. Patrimônio industrial: lugares de trabalho, lugares de memória. **Rev. Museologia e Patrimônio,** v.2, n. 22/1, - jan./jun. 2009. Disponível em: < http://revistamuseologiaepatrimonio.mast br/ index .php/ ppgpmus/article/viewFile/43/23>. Acesso em: 27 jul. 2015.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. **Topoi** , 2002, v.3, n.5, p. 314-332. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/topoi/v3n5/2237-101X-topoi-3-05-00314.pdf>. Acesso em: 4 jun. 2016.

_____; AMADO, J. (Org.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FUJITA, Renata Mayumi Lopes; JORENTE Maria José. A indústria têxtil no Brasil: uma perspectiva histórica e cultural. **Revista ModaPalavra e-Periódico**, Santa Catarina, v. 8, n.15, jan./jul.2015. Disponível em: <http://www.periodicos.udesc.br/index.php/modapalavra/article/view/5893>. Acesso em: 5 mar. 2017.

FURTADO, Cristiane Silva. **Tecendo as redes do paternalismo lazer e identidade**

entre os trabalhadores da fábrica Paracambi (1874-1918). Dissertação (Mestrado) – PPHSC, PUC–RJ, 2012.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição. **Estudos Históricos,** Rio de Janeiro, v. 28, no 55, p. 211-228, jan.-jun.2015.

_____. O patrimônio como categoria de pensamento. In. ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p.25-33.

GORINI, A. P. F. Panorama do setor têxtil no Brasil e no mundo: reestruturação e perspectivas. **Revista do BNDES Setorial**, Rio de Janeiro, n.12, p.17-50, set. 2000.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Secretaria de Estado de Cultura. **Instituto estadual do patrimônio cultural**. Disponível em: <http://www.inepac.rj.gov.br/>. Acesso em: 15 out. 2015.

GRIPP, Allan. Governador ia inaugurar obra iniciada há 3 dias. **O Globo**, Rio de Janeiro, 27 mar. 2002, Caderno Rio, p. 23.

GUANABARA. **Decreto nº 5.808, de 13 de julho de 1982**. Dispõe sobre o Conselho Estadual de Tombamento e dá outras providências. Disponível em: <http://www.inepac.rj.gov.br/application/assets/img/site/LegislacaoEstadual_11out05.pdf>. Acesso em: 5 fev. 2017.

GUANABARA. Decreto-Lei nº 2, de 11 de abril de 1969. Diário Oficial do Estado da Guanabara, 14 abr. 1969. Disponível em: <http://www.jobim.org/lucio/bitstream/handle/2010.3/896/IX%20A%2002-00623%20L.pdf?sequence=3>. Acesso em: 5 fev. 2017.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.

HARTOG, François. Tempo e patrimônio. Tradução de João Carlos Reis. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p. 261-273, jul./dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/vh/v22n36/v22n36a02.pdf>. Acesso em: 4 maio 2017.

HUYSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**: arquitetura, monumentos, mídia.

Rio: Aeroplano, 2000.

_____. O processo de reflexividade. **Revista de Urbanismo e Arquitetura**, Belo Horizonte, 2003. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/rua/article/view/3228/2346>. Acesso em: 11 ago. 2017.

KELLER, Paulo Fernandes. Apropriação da memória operária. In: CIAVATTA, Maria. **Memória e temporalidades do trabalho e da educação**. Rio de Janeiro: Faperj, 2007. p. 117-130.

_____. **Fábrica e Vila operária:** a vida cotidiana dos operários têxteis em Paracambi/RJ. Engenheiro Paulo de Frontin: Solon Ribeiro, 1997.

_____. Dominação, resistência e reciprocidade no mundo do trabalho. **Enfoques**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, 2007. Disponível em: <http://enfoques.ifcs.ufrj.br/ojs/index.php/enfoques/article/view/55/48> Acesso em: 2 jul. 2017.

_____. Impactos da globalização econômica sobre a cadeia têxtil brasileira: o caso do pólo têxtil de Americana (SP). **Revista Universidade Rural**, Série Ciências Humanas, Seropédica, v. 28, n. 1, jan./dez., 2006. p. 59-77. Disponível em: <www.editora.ufrrj.br/revistas/humanasesociais/rch/rch28n1-2/59-77.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2017

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). Cartas Patrimoniais. **Carta de Burra**. Brasília: IPHAN, 1980. Disponível em: < http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de % 20Burra%201980.pdf >. Acesso em: 27 jul. 2015.

_____. Cartas Patrimoniais. **Carta de Atenas**. Brasília: IPHAN, 1993. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de% 20Atenas%201933.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2015.

_____. Cartas Patrimoniais. **Carta de Veneza**. Brasília: IPHAN, 1964. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2015.

LAMEIRÃO, Marcelo Chaves; SILVA, Paulo Vinícius Aprígio da. História, memória e patrimônio: paradigmas da contemporaneidade. In: ENCONTRO ANPUH-RIO, 13., 2008, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos ...** Rio de Janeiro: UFRRJ, 2008.

LUZ, Nícia V. **A luta pela industrialização do Brasil.** São Paulo: Alfa Ômega, 1975.

MASSUDA, Ely Mitie A indústria têxtil brasileira sob o impacto da abertura econômica 1992 – 1999 **Acta Sci. Human Soc. Sci**. Maringá, v. 28, n. 1, p. 121-129, 2006. Disponível em: < file:///C:/Users/cosme.INT-SCRIPTORIO/Downloads/189-787-1-PB%20(1).pdf> Acesso em: set. 2016.

MENDONÇA, A.M. Vazios e ruínas industriais. Ensaio sobre friches urbaines. **Arquitextos**, São Paulo, ano 2, jul. 2001. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/02.014/869>. Acesso em: 16 dez. 2017.

MENEGUELLO, Cristina. Espaços e vazios urbanos. In: FORTUNA, C.; LEITE, R. (Org.). **Plural de cidade**: novos léxicos urbanos. Coimbra: Almedina, 2009.

_____. Patrimônio industrial como tema de pesquisa. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL HISTÓRIA DO PRESENTE, 1. 2011, Florianópolis. **Anais eletrônicos ...** Florianópolis: UDESC; ANPUH-SC; PPGH, 2011. Disponível em: <http://eventos.udesc.br/ocs/index.php/STPII/stpi/paper/viewFile/313/234>. Acesso em: 13 out. 2015.

_____. A preservação do patrimônio e o tecido urbano. Parte 2: Manchester, Dublin e São Paulo: reflexões a partir de três estratégias para a recuperação do passado urbano. **Arquitextos**, São Paulo, ano 1, ago. 2000. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/01.003/993>. Acesso em: 13 out. 2015.

MONTEIRO FILHA, Dulce Corrêa; CORRÊA, Abidack. O complexo têxtil. In.: **BNDES 50 anos**: histórias setoriais. Rio de Janeiro: BNDES, 2002.

NATAL, Clélia R. N.; NATAL, **Gilson. História de Paracambi 1800 a 1987**. Rio de Janeiro: Guavira Editores, [1987?].

NORA, Pierre. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. Projeto História. São Paulo, 1993.

OJIMA, Ricardo; SILVA, Robson Bonifácio da; PEREIRA, Rafael H. Moraes. **A mobilidade pendular na definição das cidades-dormitório: caracterização sociodemográfica e novas territorialidades no contexto da urbanização brasileira.** Disponível em: <www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/.../comunic_sec_1_mob_pen_def.pdf >. Acesso em: 21 abr. 2017.

OLIVEIRA, Ajara C.; LA CROIX, L. M. Impactos da reestruturação econômica nas favelas cariocas: trajetória e paradigmas. In: **A ENCE aos 50 anos**: um olhar sobre o Rio de Janeiro / Escola Nacional de Ciências Estatísticas. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Cultura é patrimônio**: um guia. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

OLIVEIRA, Maria Fernanda Pinheiro de. Institucionalização da memória: igreja da venerável ordem terceira de São Francisco da Penitência: questão patrimonial. **Morpheus - Revista Eletrônica em Ciências Humanas**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 3, 2003.

OREIRO, J.; FEIJÓ, C. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 2, 2010.

OTAVIANO, Perci. **Perci Otaviano**: depoimentos [2005]. Entrevistador: Maria Ciavatta. Niterói: Universidade Federal Fluminense. Núcleo de Estudos, Documentação e Dados sobre Trabalho e Educação (NEDDATE), 2005. Entrevista concedida ao projeto Memória e Temporalidade.

PARACAMBI. Lei municipal ordinária n. 646, de 21 de fevereiro de 2002. **Hzinho**, 23 fev., 2002, Atos oficiais.

PEREIRO, Xerardo. Patrimônio cultural: o casamento entre patrimônio e cultura. **Adra** - Revista dos sócios do Museu do Povo Galego, Santiago de Compostela, n. 2, p. 23-41, 2006. Disponível em:<http://home.utad.pt/~xperez/ficheiros/publicacoes/patrimonio_cultural/Patrimonio_Cultural.pdf>. Acesso em: 4 ago. 2017.

PIMENTA, Ricardo Medeiros. **Retalhos de memória**: lembranças de operários têxteis sobre identidade e trabalho. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2012.

PIRES,Leila Cristina Pinto. A organização da União dos Operários em Fábricas de

Tecidos (UOFT) entre os anos de 1917 e 1918.In.: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO, 16. Saberes e Práticas Científicas **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: Anpuh-Rio; Fiocruz, 2014. p. 1-9. Disponível em: <http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1400284770_ARQUIVO_ArtigoAnpuhLeilaPires.pdf> Acesso em: 16 out. 2016.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 2, v. 3, 1989.

RABELLO, Sonia**. O Estado na preservação dos bens culturais**: o tombamento. Rio de Janeiro, IPHAN, 2009. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/SerRee_OTombamento_m.pdf. Acesso em: dez.2016.

RIBEIRO, Felipe Augusto dos Santos. Uma cidade entre o rural e o urbano: fábricas, fazendas, tecelões e camponeses em Magé. **Iluminuras**, Porto Alegre, v. 14, n. 33, p. 11-26, jul./dez. 2013.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. Rio de Janeiro: exemplo de metrópole partida e sem rumo? **Novos Estudos Cebrap**, Rio de Janeiro, n. 45, p.167-182, jul. 1996. Disponível em: <http://novosestudos.uol.com.br/v1/files/uploads/contents/79/20080626_rio_de_janeiro.pdf>. Acesso em: 13 out. 2015.

SILVA, José Alderir da; CABRAL, André Luíz de Lourenço. Revisitando o conceito de desindustrialização. In: ENCONTRO DE ECONOMIA BAIANA, 10., São Paulo, 2014. **Anais eletrônicos ...** São Paulo, 2014. Disponível em: <http://www.eeb.sei.ba.gov.br/pdf/2014/pl/revisitando_o_conceito.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2016.

SILVA, Robson Dias da. **Estrutura industrial e desenvolvimento regional no Estado do Rio de Janeiro (1990-2008).** Tese (Doutorado). Instituto de Economia. Universidade Estadual de Campinas, 2009. Disponível em: < http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000480270 >. Acesso em: 13 out. 2015.

_____. Desconcentração, desindustrialização e transformações produtivas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro no pós 1990. In: SEMINARIO INTERNACIONAL DE LA RED IBEROAMERICANA DE INVESTIGADORES SOBRE GLOBALIZACIÓN Y TERRITORIO, 10., 2010, Mendonza. **Anais eletrônicos ...** Mendonza: Red Iberoamericana de Editores de Revistas, 2010. p. 1-14. Disponível em: <http://institutocifot.com/seminario_rii/pdfs/grupo6/06.04-Dias da Silva.pdf>. Acesso em: 13 out. 2015.

SOARES, Luiz Carlos. **A indústria na sociedade escravista:** um estudo das fábricas têxteis na Região Fluminense (1840-1880). Rio de Janeiro: ANPUH, 2014.

SUZIGAN, W. **Indústria Brasileira, origem e desenvolvimento**. São Paulo, Brasiliense, 1986.

STEIN, Stanley. **Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil, 1850/1950**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Estudo socioeconômico dos municípios do Estado do Rio de Janeiro**: Paracambi. Rio de Janeiro, 2015.

TEIXEIRA, Francisco M. P. **A história da indústria têxtil paulista**. São Paulo: Sinditêxtil-SP, 2007.

VEIGA, Lilian Bechara Elabras**. Diretrizes para a implantação de um Parque Industrial Ecológico**: uma proposta para o PIE de Paracambi, RJ. Tese (Doutorado em Ciências em Planejamento Energético) -.Programa de Pós-Graduação de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007

WEID, Elisabeth von der. A indústria têxtil no Brasil: Estudo de caso de uma empresa do Rio de Janeiro. Fontes Documentais. In: BASTOS, Ana Marta Rodrigues; WEID, Elisabeth von der. **O fio da meada:** estratégia de expansão de uma indústria têxtil – Companhia América Fabril (1878-1930). Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986.

Apêndice A: Quadros dos entrevistados.

Quadro 1- Entrevistados do prof. Paulo Keller

Nome do entrevistado	Instituição	Função	Local e data da entrevista
Francisca da Silva Cruz	Cia Brasil Industrial	Ex-operaria	Paracambi, em 14 nov. 1992

Quadro 2 – Entrevistados da prof. Maria Ciavatta

Nome do entrevistado	Instituição	Função	Local e data da entrevista
Améria Ferreira Zanella	Brasil Industrial	Ex-operária	Paracambi, em 11 de nov de 2005
Geraldo do Carmo Muniz	Sindicato dos têxteis de Paracambi	Diretor	Sindicato dos têxteis de Paracambi, em 16 de dez. 2005
Luiz Henrique Soares	Sindicato dos têxteis de Paracambi	Diretor	Sindicato dos têxteis de Paracambi, em 16 de dez. 2005
Joice Bonino Castilho	Sindicato dos têxteis deParacambi,	Diretora	Sindicato dos têxteis de Paracambi, em 16 de dez. 2005
Perci Otavianao	Brasil Industrial	Ex-operário	Paracambi, em 16 de dez. de 2005
Francisco Benito Maia	Brasil Industrial	Ex-operário	Paracambi, em 11 de jan. de 2006
Maria Rita dos Santos Marinho	Escola de Musica villa-Lobos	Diretora	Paracambi, em 03 de ago.de 2006
Marise Macedo da Silva	CETEP	Dietora	Paracambi, em 03 de ago.de 2006

Quadro 3 – Entrevistados desta pesquisa

Nome do entrevistado	Instituição	Função	Local e data da entrevista
Adailton dos Santos Araújo	Tecelagem	Tecelão	Paracambi, em 25 de out. 2016
Aldano Cesar Santiago	Secretaria de Desenvolvimento Prefeitura de Paracambi	Superintendente	Mendes, em 13 fev. 2017
Denise Mendes	INEPAC	Diretora	Centro da cidade do Rio de Janeio em 6 de out De 2016
Dinah Lener	INEPAC	Diretora	Centro da cidade do Rio de Janeio em 6 de out De 2016
Eridan Santos de Gouvêa	Espaço da Ciência	Monitor	Paracambi, em 06 de fev. 2017
Gabriel Ribeiro Temponi Reis	IFRJ	Técnico em mecânica	Paracambi, em 07 de fev. 2017

Gilberto Luiz da Silva	Companhia de Teatro	Coordenador	Paracambi, em 23 de nov. 2016
Glaucia Virginia Costa	Escola de Música Villa Lobos	Coordenador	Paracambi, em 25 de out. 2016
Hudson dos Santos Barros	FAETERJ	Diretor	Paracambi, em 03 de fev. 2017
Iaralene A. Ângelo Santos	Balle Municipal Canto do Curió	Diretora	Paracambi, em 23 de . 2016
Rafael Kalleb	CEDERJ	Aluno	Paracambi, em 08 de out. 2016
Robson Marques de Souza	CEDERJ	Diretor	Paracambi, em 23 de nov. 2016
Sandra M. Pereira de Mello	CETEP	Diretor	Paracambi, em 25 de out. 2016
Sandra Mara Ferreira	Brinquedoteca Viva	Monitor	Paracambi, em 25 de out. 2016

Apêndice B: Roteiro para a entrevistas:

1) Qual seu nome, o que significa a instituição e qual o seu cargo?
2) O sr.(a) responde pela unidade.?
3) Desde quando está na direção.?
4) Qual o caráter desta instituição, ela é pública?
5) Que tipo de atividades/cursos é oferecido?
6) Qual é o público alvo?
7) Este público é atingido?
8) Você tem alguma informação sobre o que era aqui antes de ser Fábrica do Conhecimento.?
9) O Sr. (a) está aqui desde o início da implantação. Como foi o processo desta unidade vir para este local?
10) Como é a contratação de pessoas para trabalhar na instituição?
11) Qual a quantidade de alunos atendidos?
12) Como é feita a seleção dos alunos.?
13) O Sr.(a) atende toda a demanda ou sobram alunos?
14) Eles são daqui da cidade?
15) Há pesquisas com os alunos para avaliar as atividades/cursos?
16) Como é a relação desta instituição com a comunidade?
17) Há alguma atividade envolvendo os moradores e ex-operários da fábrica de tecidos Brasil Industrial?
18) As atividades são documentadas em fotografias, vídeos? As notícias que saem sobre estas atividades são guardadas? Existe uma preocupação em construir um acervo?
19) O Sr.(a) tem alguma informação sobre o processo de tombamento deste sitio.
20) A instituição tem alguma ação pedagógica no sentido de preservação e conservação do espaço onde está instalada? Quais?
21) A instituição tem alguma ação pedagógica com a finalidade de fornecer informações acerca da importância cultural e histórica deste espaço. Quais?
22) Qual a reflexão que o Sr.(a) faz sobre o que está acontecendo aqui. Durante tanto tempo este espaço foi uma fábrica de tecidos e hoje todas estas instituições realizando atividades de ensino, culturais e de lazer. Qual é o seu sentimento?